

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 14/04/2020	Página: 02
Cita o Preço da Hora	

Tribuna

Aplicativo

Lançado nas redes sociais pelo governador Rui Costa no último sábado (11), o aplicativo Preço da Hora Bahia já foi baixado por mais de 30 mil baianos e segue atraindo grande interesse do consumidor ao permitir a realização de cotações em segundos e sem sair de casa. Com o grande número de pessoas em quarentena em função da pandemia do coronavírus, a ferramenta disponibilizada pelo governo baiano traz informações em tempo real extraídas das notas fiscais eletrônicas, bastando fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, usando o celular, ou digitar o nome do produto desejado.



CAPA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](http://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](http://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](http://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas))

COLUNISTAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](http://www.bahiaja.com.br/colunistas)) **ARTIGOS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](http://www.bahiaja.com.br/artigos))

FALE CONOSCO ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](http://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

ter?a-feira, 14 de abril de 2020

TECNOLOGIA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TECNOLOGIA](http://www.bahiaja.com.br/tecnologia))

Mais de 30 mil baianos já baixaram o app Preço da Hora Bahia

O aplicativo utiliza a geolocalização do aparelho para encontrar os menores preços em um raio de até 30 quilômetros

Ascom Sefaz , Salvador | 13/04/2020 às 17:52

Lançado nas redes sociais pelo governador Rui Costa no sábado, o aplicativo Preço da Hora Bahia já foi baixado por mais de 30 mil baianos, e segue atraindo grande interesse do consumidor ao permitir a realização de cotações em segundos e sem sair de casa. Com o grande número de pessoas em quarentena em função da pandemia do coronavírus, a ferramenta disponibilizada pelo governo baiano traz informações em tempo real extraídas das notas fiscais eletrônicas, bastando fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, usando o celular, ou digitar o nome do produto desejado.

"Pra te ajudar a ficar menos tempo na rua", disse o governador em seu perfil no Instagram, "e coibir preços abusivos". Em tom didático, ele explicou ainda: "Com ele, você compara preços pelo celular, sem sair de casa. As informações são atualizadas em tempo real, extraídas das notas fiscais eletrônicas. Menos exposição na rua, mais economia, mais segurança", completou.

O lançamento veio no momento apropriado, já que, com o Preço da Hora Bahia, é possível comparar, por exemplo, os preços de itens hoje difíceis de encontrar, como álcool em gel, máscaras e luvas, em meio a seis milhões de produtos comercializados diariamente em toda a Bahia. A pesquisa abrange todos os produtos vendidos no varejo, com destaque especial para combustíveis e medicamentos.

Como as informações têm como fonte exclusiva as notas fiscais eletrônicas armazenadas na Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), torna-se mais importante do que nunca solicitar a nota fiscal em todas as compras. Com o Preço da Hora Bahia, ressalta, "cada usuário economiza, e todos ganham", enfatiza o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.

As informações são fornecidas pelas cerca de 180 mil empresas presentes nos 417 municípios da Bahia, ao emitirem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Diariamente, são mais de 3,2 milhões de notas fiscais processadas pela Sefaz-Ba, com picos superiores a 4,4 milhões. Só em Salvador são emitidas mais de 1,2 milhão notas fiscais eletrônicas todos os dias. O Interior, por outro lado, responde por 68% do total de produtos comercializados no varejo.

Consórcio Nordeste

O Preço da Hora Bahia baseia-se em uma solução desenvolvida pelo governo da Paraíba em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cedida para a Bahia como parte da política de intercâmbio de boas práticas entre os estados no âmbito do Consórcio Nordeste, presidido pelo governador Rui Costa. A adaptação foi feita pela Sefaz-Ba, tendo a Prodeb (Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia) como parceiro tecnológico.

Disponível para celulares Android e iOS, a ferramenta permite ao usuário fazer suas próprias listas de compras e obter as melhores cotações para elas, possibilitando assim definir produtos favoritos para facilitar a pesquisa. Além do App, a solução inclui também uma página web (<http://precodahora.ba.gov.br>), que amplia as possibilidades de navegação a partir do computador.

O aplicativo utiliza a geolocalização do aparelho para encontrar os menores preços em um raio de até 30 quilômetros, que pode ser ajustado a parâmetros informados pelo usuário. Ao receber a relação de preços e locais onde eles estão sendo praticados, o consumidor terá na tela informações sobre quando foi realizada a última venda, telefone e rota para chegar ao estabelecimento. É possível, ainda, acessar um gráfico com o histórico de preços do produto.

A Sefaz-Ba esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas, e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.



(<http://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=6&idNoticia=125597)

MAIS NOTÍCIAS

(<http://www.bahiaja.com.br/tecnologia/noticia/2020/04/13/agente-de-empreendedorismo-estimula-vendas-com-delivery,125586,0.html>)

Agente de Empreendedorismo estimula vendas com delivery

(<http://www.bahiaja.com.br/tecnologia/noticia/2020/04/13/agente-de-empreendedorismo-estimula-vendas-com-delivery,125586,0.html>)

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Governo

13/04/2020 15:43

Mais de 30 mil baianos já baixaram o app Preço da Hora Bahia

Lançado nas redes sociais pelo governador Rui Costa no último sábado (11), o aplicativo Preço da Hora Bahia já foi baixado por mais de 30 mil baianos e segue atraindo grande interesse do consumidor ao permitir a realização de cotações em segundos e sem sair de casa. Com o grande número de pessoas em quarentena em função da pandemia do coronavírus, a ferramenta disponibilizada pelo governo baiano traz informações em tempo real extraídas das notas fiscais eletrônicas, bastando fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, usando o celular, ou digitar o nome do produto desejado.

“Pra te ajudar a ficar menos tempo na rua”, disse o governador em seu perfil no Instagram, “e coibir preços abusivos”. Em tom didático, ele ainda explicou: “Com ele, você compara preços pelo celular, sem sair de casa. As informações são atualizadas em tempo real, extraídas das notas fiscais eletrônicas. Menos exposição na rua, mais economia, mais segurança”.

Com o Preço da Hora Bahia, é possível comparar, por exemplo, os preços de itens hoje difíceis de encontrar, como álcool em gel, máscaras e luvas, em meio a seis milhões de produtos comercializados diariamente em toda a Bahia. A pesquisa abrange todos os produtos vendidos no varejo, com destaque especial para combustíveis e medicamentos.

Como as informações têm como fonte exclusiva as notas fiscais eletrônicas armazenadas na Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), torna-se ainda mais importante solicitar a nota fiscal em todas as compras. Com o Preço da Hora Bahia, “cada usuário economiza, e todos ganham”, enfatiza o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.

As informações são fornecidas pelas cerca de 180 mil empresas presentes nos 417 municípios da Bahia ao emitirem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Diariamente, são mais de 3,2 milhões de notas fiscais processadas pela Sefaz-BA, com picos superiores a 4,4 milhões. Somente em Salvador são emitidas mais de 1,2 milhão notas fiscais eletrônicas todos os dias. O Interior, por outro lado, responde por 68% do total de produtos comercializados no varejo.

Consórcio Nordeste

O Preço da Hora Bahia baseia-se em uma solução desenvolvida pelo Governo da Paraíba em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cedida para a Bahia como parte da política de intercâmbio de boas práticas entre os estados no âmbito do Consórcio Nordeste, presidido pelo governador Rui Costa. A adaptação foi feita pela Sefaz-BA, tendo a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb) como parceiro tecnológico.

Disponível para celulares Android e iOS, a ferramenta permite ao usuário fazer suas próprias listas de compras e obter as melhores cotações para elas, possibilitando assim definir produtos favoritos para facilitar a pesquisa. Além do App, a solução inclui também uma página na web (precodahora.ba.gov.br), que amplia as possibilidades de navegação a partir do computador.

O aplicativo utiliza a geolocalização do aparelho para encontrar os menores preços em um raio de até 30 quilômetros, que pode ser ajustado a parâmetros informados pelo usuário. Ao receber a relação de preços e locais onde eles estão sendo praticados, o consumidor terá na tela informações sobre quando foi realizada a última venda, telefone e rota para chegar ao estabelecimento. É possível ainda acessar um gráfico com o histórico de preços do produto.

A Sefaz-BA esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras.

O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria](#).



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

Veículo: A Tarde	Caderno: Capa
Data: 14/04/2020	Página: A1
Assunto: Empresários reivindicam adiar pagamento do ICMS .	

A TARDE
O jornal de toda Bahia

COVID-19 Solicitação prevê parcelamento em 60 meses do tributo de abril, maio, junho e julho

Empresários reivindicam adiar pagamento do ICMS

Depois do pleito do setor produtivo – realizado há cerca de duas semanas por entidades que representam a indústria, o comércio e a agricultura na Bahia –, ontem foi a vez dos pequenos

e médios empresários reivindicarem, do governo do estado, a revisão do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por conta da pandemia do novo corona-

“As empresas necessitam de fôlego”

CARLOS FALCÃO, pres. do GBB

virus. Em carta veiculada em jornais de grande circulação, o Grupo Business Bahia (GBB), formado por empreendedores em diversas áreas da economia, propôs ao governador Rui Costa (PT)

o parcelamento do tributo estadual referente aos meses de abril, maio, junho e julho. A proposta é realizar o pagamento em até 60 prestações, a primeira só em janeiro de 2021. **AB**

A TARDE

O jornal de toda Bahia

COVID-19 Grupo Business Bahia propõe o parcelamento do tributo

EMPRESÁRIOS BAIANOS REIVINDICAM A REVISÃO DO ICMS

FÁBIO BITTENCOURT

Depois do pleito do setor produtivo – feito há cerca de duas semanas por entidades que representam a indústria, o comércio e a agricultura no estado –, ontem foi a vez dos pequenos e médios empresários reivindicarem,

cas e físicas –, como por exemplo o adiamento do prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda; redução a zero da alíquota de IOF para novas operações de crédito; postergação do recolhimento de PIS/Pasep, Cofins e contribuição patronal para o INSS; e do paga-

do governo baiano, a revisão do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), isso devido e enquanto durar a crise instalada pela pandemia do novo coronavírus.

Em carta veiculada em jornais de grande circulação, o Grupo Business Bahia (GBB), formado por empreendedores em diversas áreas da economia, propôs ao governador Rui Costa (PT) o parcelamento do tributo estadual referente aos meses de abril, maio, junho e julho, para pagamento em até 60 prestações, a primeira só em janeiro de 2021.

O pedido vai ao encontro de medidas já anunciadas pelo governo federal, no sentido de “aliviar” a barra tributária de pessoas jurídi-

cas e físicas, e do pagamento de impostos para MEI (microempreendedor individual) e microempresas.

Aqui na Bahia, nem o governo do estado editou norma “flexibilizando” o calendário para pagamento do licenciamento de veículos (IPVA); nem a prefeitura de Salvador prorrogou o prazo para quitação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

De acordo com os especialistas ouvidos pela reportagem de A TARDE, com alíquota na casa de 18%, o ICMS é dos tributos que mais “pesam” no fluxo de caixa da maioria das empresas, como também é o mais importante para todas as unidades federativas do país.

Segundo o economista especialista em finanças pú-



Comércio fechado impede o faturamento, mas empresários queixam-se do pagamento do ICMS 'antecipado'

blicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), João Gabriel Rosas, em 2019, a arrecadação do estado com a obrigação foi de R\$ 24,6 bilhões, e os setores que mais repassaram foram de petróleo e gás; comércio varejista; e os serviços de utilidade pública, como água, energia e telefonia. Ainda segundo Rosas, levantamento realizado em março pela SEI apontou queda de R\$ 1,5 bilhão na receita de ICMS este ano.

“O pleito vai no sentido de medidas já sinalizadas pela União, de prorrogação do pagamento de alguns impostos, mas é preciso lembrar que o governo federal tem maior capacidade de ar-

rolar suas dívidas, tem um maior lastro. O ICMS é a receita mais importante do estado, que entra em um caixa único, estratégica para o financiamento de projetos de desenvolvimento e investimento, além do pagamento de despesas ordinárias e gastos prioritários”, afirma.

Ainda segundo Rosas, o estado da Bahia “vem observando o comportamento de outros estados, da própria União, mas ainda não editou medida nessa área”.

Convênio

De acordo com o presidente do GBB, o empresário Carlos Sérgio Falcão, a proposta é focada no ICMS “porque já existe um convênio do Con-

selho Nacional de Política Fazendária, de 2017, que autoriza a (tal) concessão durante estado de calamidade pública”. Em contrapartida, o empresariado se compromete a preservar os postos de trabalho ao menos também até julho, ele diz.

“As empresas baianas necessitam de fôlego para sobreviver, e o ICMS representa um desembolso expressivo no fluxo de caixa. Além disso, o governo federal já anunciou que irá liberar bilhões para estados e municípios para o combate à pandemia, bem como suspensão do pagamento de dívidas. O estado não deve abrir mão de receita, mas adequar essa arrecadação à capacidade de

pagamento das empresas”.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Bahia (Fecomércio), Carlos de Souza Andrade, “assina” embaixo. “Concordo. Também já pedimos ao governador. É o que mais pesa no caixa das empresas. R\$ 700 bilhões serão investidos pela União e os estados vão receber parte. O momento é de guerra”.

A assessoria de imprensa da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) não localizou fonte disponível para comentar o assunto na tarde de ontem, e a do governador Rui Costa não retornou, até 21h45, e-mail enviado pela reportagem perguntando se há proposta em estudo.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

MÁRCIO WALTER MACHADO*

Um projeto de lei (PL) do governo do estado visa garantir vale-alimentação para todos os estudantes da rede. De acordo com o governador Rui Costa (PT-BA), a iniciativa beneficiará cerca de 800 mil alunos e custará em torno de R\$ 44 milhões de recursos próprios da gestão estadual.

O projeto de lei foi enviado ontem à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) para aprovação. Além disso, Rui Costa informou que, por intermédio da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz), está em comunicação com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB).

"Não conseguimos ainda ter um cadastro de 100%, mas temos um de 579 mil alunos e estamos negociando com a Caixa e o Banco do Brasil qual o formato mais rápido de fazer chegar esse dinheiro na mão de cada família", afirmou Rui Costa.

Para Tiago Ramos, 19 anos, estudante do projeto Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que faz uma das refeições na escola, a aprovação será muito bem-vinda.

"É difícil fazer três refeições ao dia, ainda mais em uma família que tem o pai e a mãe desempregados e que se sustentam de bicos. Eu trabalho, nos dias normais, fazendo prestação de serviço de digitação de carteirinha de estudante para a União Estadual dos Estudantes

COVID-19 Projeto de lei enviado ontem à Assembleia Legislativa da Bahia custará em torno de R\$ 44 milhões de recursos próprios da gestão estadual

VALE-ALIMENTAÇÃO DEVE ATINGIR 800 MIL ALUNOS

Carlos Cassam / Ag. A TARDE / 30.3.2020



A iniciativa vai ajudar estudantes que costumam fazer alguma refeição em uma das unidades da rede estadual

Rui Costa informou que, por intermédio da Sefaz, está em contato com a CEF e o BB para agilizar o processo

tes (Uees) e recebo metade de um salário. Mas agora, com a questão do isolamento, não sei como ficará".

Máscaras

Além disso, o governador informou que, ontem, seria sancionado o PL aprovado pela Alba, no último sábado, determinando que estabelecimentos privados e públicos, em funcionamento, são obrigados a distribuir máscaras para os funcionários

em serviço e fiscalizar o uso do material.

As penas previstas para quem descumprir a medida são o pagamento de multa e até o fechamento do estabelecimento. "Estamos reforçando o apelo à população para que use máscaras, já que esta pode ser uma forma de conter o avanço do coronavírus", explicou Rui Costa.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

PANDEMIA PL aprovado na Câmara substituiu o chamado Plano Mansueto

AJUDA A ESTADOS E MUNICÍPIOS É APROVADA

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 431 votos a 70, o Projeto de Lei Complementar 149/19, substitutivo do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) ao projeto conhecido como Plano Mansueto, que prevê ajuda financeira da União a estados, Distrito Federal e municípios para o enfrentamento à pandemia de covid-19. O texto segue para apreciação do Senado.

O projeto prevê compensar a queda de arrecadação do Imposto de Circulação, Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS) de 2020 em relação ao ano passado.

Vários líderes partidários defenderam a retirada do au-

O projeto prevê compensar a queda de arrecadação do ICMS e do ISS de 2020 em relação a 2019

mento de limite de endividamento dos estados do projeto, e o líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), afirmou que o governo é contra o texto. Uma das críticas é ter deixado fora do projeto o congelamento de salários dos servidores. Ele também mencionou a negativa de vincular os recursos da recomposição

a gastos especificamente voltados para o combate do novo coronavírus.

"O governo quer ajudar os estados e os municípios, mas não desta forma", disse Vitor Hugo. Ele afirmou ainda que o critério da divisão dos recursos deve levar em conta a contaminação por covid-19.

O líder do Cidadania, de-

putado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), disse que a votação é importante neste período de crise. "Tudo o que está sendo votado é temporário e engloba o período da crise. Estamos fazendo tudo para tomar as medidas necessárias agora e, depois, retomar os cuidados com a questão fiscal", disse Jardim.

O deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) destacou que não é bom permitir novos empréstimos no momento atual. "É um relatório simples e competente, que lida com o fato de que os estados e municípios terão perda de receitas e aumento das despesas, e não poderão abrir mão das despesas com saúde", disse.



O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o projeto ontem por 431 votos a 70

Maryanna Oliveira / Câmara dos Deputados

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 13/04/2020	



GRUPO BUSINESS BAHIA APRESENTA NOVA PROPOSTA PARA ICMS A RUI



admin 13 Abril, 2020

Carlos Sérgio Falcão, presidente do Grupo Business Bahia, apresentou uma segunda carta ao governador Rui Costa para discutir a sobrevivência das empresas no estado. Composto por 250 líderes e gestores baianos, o grupo vem debatendo e elaborando propostas diante da crise da pandemia do novo coronavírus. Assim com a primeira carta apresentada a Rui e também ao prefeito ACM Neto, no dia 29 de março Falcão destaca que é preciso garantir soluções para empresas e assegurar os empregos gerados por elas. Ele também reafirmou o “desembolso expressivo” do ICMS no fluxo de caixa.

Em uma lista de considerações, o Grupo Business Bahia afirma que “ainda não houve, por parte do estado da Bahia, nenhuma medida efetiva anunciada em apoio a essas empresas” e que com base no Convênio 169/2017, seja instituído o “Parcelamento Especial de Crise”. O parcelamento seria direcionado a pequenas empresas, não optantes pelo Simples Nacional e também para médias empresas, considerando para estas “parcelamentos dos impostos apurados de abril; maio; junho e julho/2020, para pagamento em até 60 (sessenta) prestações mensais, a primeira exigível a partir de janeiro/2021”.

“Estamos convencidos que, se medidas como essa não forem decretadas, deverá haver um considerável aumento da inadimplência nos próximos meses, por incapacidade real de contribuição, o que resultará no aumento de despesas para gerenciar milhares de processos

administrativos e ações judiciais, sem a respectiva previsibilidade de arrecadação no curto/médio prazo”, declara o presidente na carta.

Foto: divulgação

Veículo: Bocão News	Notícias
Data: 14/04/2020	



Coronavírus

Pela terceira vez em uma semana, Rui Costa abre crédito suplementar de R\$ 27 milhões à Saúde



14 de Abril de 2020 às 07:53 Por: Arquivo BNews Por: Yasmin Garrido 0 comentários

Pela terceira vez em menos de uma semana, o governador Rui Costa (PT) remanejou recursos dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social a outras áreas do estado que necessitam de uma atenção maior em meio à pandemia pelo novo coronavírus.

Desta vez, além da Saúde, **que é sempre contemplada** e já **recebeu, ao todo, mais de R\$ 80 milhões**, a maior beneficiada foi a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, que vai receber R\$ 35 milhões para custear os gastos com ações de combate à Covid-19.

A medida foi publicada, nesta terça-feira (14), no Diário Oficial do Estado e o reforço de R\$ 64 milhões contempla também as secretarias de Educação, Desenvolvimento Rural, Relações Institucionais e a Secom.

A abertura de crédito suplementar nada mais é do que a realocação de verbas de uma área para a outra por parte de um governo. Ou seja, dentro do orçamento já estipulado para aquele exercício, é possível, diante da

necessidade, que se retire peça crédito suplementar para cobrir as despesas extras de um setor.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Governo

10/04/2020 17:30

Governo do Estado divulga novo decreto de calamidade pública para obter recurso federal

O Governo da Bahia publica decreto na edição do Diário Oficial desta sexta-feira (10) para declaração de estado de calamidade pública. O documento será encaminhado ao Governo Federal para que seja obtido o reconhecimento da União. Com este novo decreto, o estado e municípios poderão acessar recursos federais via Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para que sejam utilizados no combate à pandemia da Covid-19. Esta medida facilita o acesso dos municípios que já tenham casos confirmados do novo coronavírus, bem como ao Estado, reduz a burocracia e acelera as etapas para liberação do dinheiro.

Não há um valor pré-determinado do recurso que poderá ser liberado ao estado e municípios. A destinação do recurso cabe aos gestores e pode ser usado tanto para compra de cestas básicas pelos municípios ou para aquisição de equipamentos pela Secretaria de Saúde do Estado por exemplo.

Embora o novo decreto contemple todos os municípios baianos, a liberação do recurso será realizada apenas às cidades que tenham pelo menos um caso da Covid-19 confirmado. A medida que os municípios tiverem casos confirmados, a solicitação do recurso poderá ocorrer via site da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O Governo do Estado já publicou um decreto anterior, em 20 de março, aprovado pela Assembleia Legislativa da Bahia, com declaração de calamidade pública. Este decreto refere-se à dispensa do atingimento dos resultados fiscais e limitação de empenho prevista, bem como suspensão da contagem de prazos.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/04/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 13 de Abril de 2020 - 22:10

Sebrae diz que mais de 60% dos empresários na Bahia interromperam atividades



Uma pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) apontou que na Bahia, mais de 60% dos empresários entrevistados afirmaram que interromperam temporariamente o funcionamento das suas empresas com a pandemia e outros 5,34% disseram que encerraram as atividades. Apenas 6,54% não mudaram a forma de funcionar.

O questionário busca analisar os impactos da pandemia do novo Coronavírus nas micro e pequenas empresas baianas. O levantamento nacional ouviu mais de seis mil empresários de todas as Unidades da Federação e do Distrito Federal.

Outro dado levantado pela pesquisa foi a forma como os empreendedores baianos estão funcionando neste período. A maioria deles (48,94%) tiveram horário reduzido e outros 43,97% estão atuando apenas com entrega (delivery) ou online. Apenas 10,64% dos empresários adotaram o teletrabalho (home office).

Dentre os motivos que levaram os empresários da Bahia alterarem ou interromperem o funcionamento das suas empresas, pouco mais de 21% disseram que decidiram por conta própria, mas outros 78,07% só fizeram a alteração por conta da determinação dos governos.

Sobre a situação das finanças das empresas baianas antes da crise causada pelo Coronavírus, a maioria dos entrevistados (48,63%) afirmou que estavam razoáveis. Mais de 29% disseram que as contas da empresa estavam ruins e 21,49% delas atuavam com a situação financeira boa.

Em relação ao faturamento mensal, mais de 84% dos empreendedores afirmaram que houve diminuição. Somente 3,10% disseram que a receita aumentou com a pandemia. Apenas 2,73%

das empresas baianas permaneceram com o faturamento igual ao anterior às medidas de contenção do Coronavírus.

A pandemia do novo Coronavírus acendeu o alerta também sobre a precariedade de matéria-prima para abastecer os negócios brasileiros. Na Bahia, mais de 55% dos empresários entrevistados pelo levantamento apontaram que encontrou dificuldades de encontrar insumos ou para sua empresa. Outros 44,51% não relataram dificuldade em abastecer seus estoques ou adquirir material para produção.

Outro dado levantado pela pesquisa foi a média de empregos mantidos com a chegada da crise nas empresas baianas. No estado, a média é de 3,1 pessoas empregadas nos negócios, incluindo familiares, empregados fixos e temporários, formais e informais. A média do Brasil é de 4,4 empregados mantidos por empresa neste período. A pesquisa diagnosticou que 30,85% dos empresários da Bahia não demitiram seus funcionários.

A pandemia também levou os empreendedores baianos a adotarem medidas para evitar o fechamento das suas empresas. Cerca de 48% dos entrevistados disseram que mantiveram a sua relação como antes, mas 18,78% deram férias coletivas, 24,02% suspenderam o contrato de trabalho e 17,47% reduziram a jornada de trabalho com redução de salários, conforme permitido pelo Governo federal.

Quando perguntados sobre quais seriam as medidas governamentais mais impactantes que poderiam compensar os efeitos do Coronavírus no seu negócio, a maioria (55,63%) dos entrevistados apontaram o auxílio temporário para subsistência do empresário e sua família como principal medida. Outra forma de impactar positivamente, de acordo com 1/3 dos entrevistados, seria aumentar as linhas de crédito e reduções de impostos e taxas (29,30%).

Com a crise, 52,65% dos empresários baianos devem pedir empréstimos para manter seus negócios sem gerar demissões. Outros 30,15% afirmaram que não pretendem ou não sabem se precisarão de crédito. Mesmo com a crise 75,53% deles ainda não solicitaram empréstimo e mais de 76% disseram que não conseguiram resposta positiva quando solicitado. Cerca de 15% ainda aguardam a análise de crédito.

A maioria dos empresários entrevistados na Bahia são do comércio (59,22%), seguidos do serviço (37,31%), indústria (3,04%) e agropecuária (0,43%). No ramo de atuação, a maioria estão no segmento de alimentos e bebidas (21,69%) e mais de 28% deles exercem a atividade de 5 a 10 anos.

A média mensal de faturamento é de até R\$ 6 mil para a maioria (41,27%) dos entrevistados pelo levantamento. Na Bahia, a pesquisa contou com a participação de 38,86% dos entrevistados do sexo masculino e 61,14% de mulheres.

Indústria baiana bate crescimento nacional

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia divulgou um estudo revelador de crescimento 12 vezes maior em relação à produção média nacional, considerando os meses de janeiro e fevereiro deste ano.

O trabalho, produzido pela gerência executiva de desenvolvimento industrial, indica 6% favoráveis à indústria de transformação baiana contra 0,5% do mesmo setor considerando todos os estados da federação.

No entanto, tomando como base o mês de fevereiro deste ano, no acumulado de 12 meses, a produção industrial baiana registrou queda de 1,6%, de acordo com os resultados obtidos na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física.

A desaceleração verificada na produção baiana ficou certificada a partir de cálculos realizados sobre dados e estatísticas fornecidos pelos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CONSULTA AO RESULTADO – Os resultados estaduais, com todos os números considerados mais relevantes, disponíveis a partir de cada segmento industrial e gráficos, estão disponíveis para consulta na home page da Fieb, no endereço fieb.org.br.

O relatório ainda não reflete o efeito da pandemia da Covid-19 e seus impactos em todas as cadeias de produção e serviços, com perda de emprego, renda, capacidade de consumo e investimentos, sinalizando uma forte desestruturação.

A conclusão dos especialistas é pela incerteza, pois não se sabe se a crise será superada, e, em caso de chegar a bom termo, a imprevisibilidade de prazos não permite qualquer projeção pelas equipes de pesquisa.

Mercado prevê queda de 1,96% na economia brasileira

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

Com a pandemia de Covid-19, o mercado financeiro tem piorado a estimativa para a queda da economia este ano. A previsão de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – passou de 1,18% para 1,96%. Esta foi a nona redução consecutiva.

A previsão para o crescimento do PIB em 2021 subiu de 2,50% para 2,70%. As previsões de expansão do PIB em 2022 e 2023 permanecem em 2,50%.

A cotação do dólar deve fechar o ano em R\$ 4,60, contra R\$ 4,50 na semana passada. Para 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R\$ 4,47, contra R\$ 4,40 da semana passada.

As instituições financeiras consultadas pelo BC reduziram a previsão de inflação para 2020 pela quinta vez seguida. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu de 2,72% para 2,52%. Para 2021, a estimativa de inflação segue em 3,50%, assim como para 2022 e 2023.

Em previsão, divulgada domingo, o Banco Mundial estimou uma queda de 5% no PIB do Brasil

Opep estuda cortar produção de petróleo para estimular preços

FRANCE PRESSE
Washington

A Opep e seus aliados estão considerando cortar a produção de petróleo em 20 milhões de barris por dia, segundo um acordo para estimular os preços, afirmou ontem Donald Trump, presidente dos EUA, país que não integra o grupo.

"Tendo participado das negociações, para dizer de forma moderada, o número que a Opep+ está considerando cortar é de 20 milhões de barris por dia, não os 10 milhões que geralmente estão sendo relatados", escreveu Trump no Twitter.

Trump disse que o acordo de domingo – que remove cerca de 10 milhões de barris por dia do mercado – ajudará o setor de energia a se recuperar do impacto da nova pandemia de coronavírus. "Obrigado a todos que trabalharam comigo para recuperar essa grande indústria, principalmente a

Rússia e a Arábia Saudita", acrescentou.

Os preços do petróleo subiram na Ásia ontem, mas caíram com o fechamento dos mercados, pois os investidores temiam que o pacto não cortasse a produção o suficiente para sustentar os preços e compensar a menor demanda.

As afirmações de Trump ajudaram a sustentar um pouco os preços em um mercado vacilante. Mas no fechamento o barril de WTI para entrega em maio caiu 1,5%, a US\$ 22,41, enquanto o Brent do Mar do Norte para entrega em junho subiu 0,83%, a US\$ 31,74.

Acordo

Os principais produtores estão trabalhando em um pacto há dias, e um acordo foi anunciado na sexta-feira, sem divulgar números, quando Trump disse que ajudaria o México, que até então estava relutante em cortar a produção conforme

solicitado.

O México aceitou o acordo na sexta-feira, depois que Trump prometeu ajudá-lo com sua desaceleração da produção, em troca de um reembolso dessas compras "em uma data posterior".

De fato, foi a secretária de energia do México, Rocío Nahle, quem primeiro relatou o corte de 9,7 milhões de barris acordado no domingo no âmbito das negociações da Opep+, seus aliados e outros países produtores.

Os preços do petróleo diminuíram devido à queda da atividade econômica global no contexto da pandemia, bem como à guerra de preços entre a Arábia Saudita e a Rússia.

A Opep e seus aliados reunidos na Opep+ concordaram no domingo em uma redução diária de 9,7 milhões de barris (mbd) de produção em maio e junho.

A produção vai aumentar gradualmente. O corte passará para 7,7 de julho a de-



Trump diz que corte será de 20 milhões de barris/dia

zembro e para 5,8 mbd de janeiro a abril de 2022.

Este corte "histórico" – como foi descrito pelo secretário-geral da Opep, Mohammed Barkindo – busca sustentar os preços do petróleo, atingidos pelas medidas de confinamento e pela desaceleração do transporte mundial e do consumo de energia.

Mas, para Andy Lipow, da

Lipow Oil Associates, os 20 mbd de Trump são mais uma meta do que uma realidade concreta.

Segundo este especialista, nem sequer é certo que os cortes de 9,7 mbd serão respeitados.

"Muitas questões permanecem sobre o número de barris a serem retirados do mercado", explicou Andy Lipow.

Mandel Ngan / AFP

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 14/04/2020	



IMPACTO DA AJUDA DO GOVERNO A ESTADOS E MUNICÍPIOS SERÁ DE R\$ 89,6 BILHÕES



admin 14 Abril, 2020

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto que recompõe durante seis meses as perdas de estados e municípios com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e com o Imposto Sobre Serviços (ISS, municipal). O impacto da medida ao governo federal será próximo de R\$ 90 bilhões. Sendo R\$ 80 bilhões para a recomposição de ICMS/ISS por 6 meses e R\$ 9,6 bilhões com suspensão de dívidas com bancos públicos (CEF e BNDES) em 2020

O projeto prevê uma compensação da União na queda da arrecadação de ICMS e ISS por seis meses – entregues entre maio e outubro de 2020, porém referentes às quedas dos meses de abril a setembro de 2020. A compensação será nominal – isto é, sem correção inflacionária – e terá como base a queda nos meses de abril a setembro de 2020, comparados ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao ICMS, recolhido pelos estados, a divisão será feita da seguinte forma: 75% serão destinados aos estados; 25% serão repassados aos municípios, sendo que a divisão será feita com base na participação de cada município na receita do ICMS do estado nos mesmos meses de 2019.

Os recursos devem ser pagos pela União até o último dia útil do mês subsequente. Por exemplo: a queda da arrecadação de abril de 2020 poderá ser entregue até o último dia de maio. Para receber, estados e municípios terão que comprovar a queda da arrecadação ao Ministério da Economia em até 15 dias após o encerramento de cada mês. Se não comprovarem a tempo, nos meses de abril, maio e junho, receberão uma antecipação do auxílio de 10% da arrecadação dos impostos referentes aos meses de 2019. Se esse percentual for

maior do que o ente federativo deve receber, isso será deduzido no mês seguinte ou, após o fim do seguro, compensado nas distribuições de FPE e FPM.

Um regulamento do Ministério da Economia vai definir como os valores do auxílio financeiro serão calculados, transferidos e publicados. O Tribunal de Contas da União (TCU) fará auditoria dos valores, especialmente sobre a correção dos valores transferidos e os informados por estados e municípios. Serão anulados os atos que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios tributários, bem como isenção, suspensão, alteração no prazo de recolhimento que reduza a arrecadação de ICMS e de ISS.

As exceções são:

- postergação de prazo de recolhimento de impostos por micro e pequenas empresas;
- renúncias e benefícios diretamente relacionados ao enfrentamento do coronavírus, se requeridas pelo Ministério da Saúde ou para preservação do emprego.

Segundo o texto, as dívidas de estados e municípios com bancos públicos estão suspensas entre março e dezembro de 2020. O BNDES e a Caixa podem criar termos aditivos para refinarciar as operações de crédito até o fim deste ano. Em operações garantidas pela União, a garantia está mantida sem a necessidade de alterar o contrato. Até o fim de 2020, a União também está impedida de executar as garantias das dívidas de estados e municípios junto ao Banco do Brasil.

O relator também detalha novas exceções à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) diante do decreto de calamidade pública em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Isto é, abranda a lei apenas durante a crise. Entre as mudanças, estão trechos que tratam do aumento de despesa e da concessão de incentivo ou benefício tributário. Em relação a este último, o próprio texto detalha as situações em que isso pode acontecer – postergação de prazo de recolhimento de impostos por micro e pequenas empresas e renúncias e benefícios diretamente relacionados ao enfrentamento do coronavírus.

Pelo projeto, a flexibilização de trechos da LRF está prevista apenas para despesas relacionadas ao combate do novo coronavírus. O aumento de despesas que não estejam relacionadas aos efeitos da calamidade está proibido. O projeto determina ainda que o Congresso crie uma subcomissão, ligada à Comissão Mista de Orçamento (CMO), para acompanhar as medidas orçamentárias voltadas ao enfrentamento da calamidade pública.

Foto: divulgação

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 14/04/2020	



CÂMARA APROVA PROJETO QUE REPÕE A ESTADOS E MUNICÍPIOS PERDAS COM ICMS E ISS



admin 14 Abril, 2020

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto que recompõe durante seis meses as perdas de estados e municípios com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e com o Imposto Sobre Serviços (ISS, municipal). O objetivo da proposta é reduzir os efeitos na economia da crise do novo coronavírus. O texto segue para o Senado.

Pela proposta, Estados serão compensados pela queda no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é responsável por parte considerável da arrecadação estadual. No caso dos municípios e do Distrito Federal, a União irá compensar o Imposto Sobre Serviço (ISS), um dos principais tributos recolhidos pelas prefeituras.

Os repasses da União, segundo o texto, serão feitos entre maio e outubro deste ano. De acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), esse período acompanha a projeção da crise no país feita pelo Ministério da Saúde. Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente em ações para o combate à pandemia de coronavírus.

O texto também prevê a suspensão das dívidas de estados e municípios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal entre março e dezembro de 2020. O impacto total do projeto de lei é estimado em R\$ 89,6 bilhões nas contas públicas.

Apesar da tentativa de se chegar a um acordo com o governo federal, a proposta levada a plenário não agradou ao Executivo. Segundo o líder do governo na Casa, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), a equipe econômica não queria vincular a ajuda aos entes federados à queda do recolhimento de ICMS e o ISS. Para o ministro Paulo Guedes, a recomposição integral das perdas seria um “cheque em branco” para estados mais ricos.

A proposta seria oferecer um valor fechado de recursos, sem necessariamente compensar os estados e municípios pela perda de arrecadação. “Não há qualquer intenção do governo de não ajudar estados e municípios, pelo contrário. Havia até uma possibilidade, sinalizada pela Economia, de aumentar o valor que o governo falou inicialmente, mas, infelizmente, a forma como vai ser distribuída, como foi colocada no substitutivo, recompondo ISS e ICMS, vai nos impedir nesse momento de votar junto no mérito”, afirmou o líder.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), no entanto, defendeu a compensação com arrecadação e lembrou que, mesmo que a União também tenha uma queda no valor arrecadado, poderá emitir títulos da dívida pública como forma de captar recursos, ao contrário de estados e municípios, que não podem fazer isso. “Ou nós vamos de forma emergencial garantir o valor nominal da arrecadação de estados e municípios ou eles vão ficar inviabilizados de atender a população no máximo em 30, 60 dias, dependendo da situação de cada estado”, disse Maia.

O texto inicial era bem mais amplo. Batizado de Plano Mansueto, em referência ao seu autor, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, o projeto foi apresentado no ano passado e instituía um programa de renegociação das dívidas dos estados em dificuldade financeira. Diante da crise do coronavírus, a discussão sobre a necessidade de socorrer os estados foi retomada. No entanto, houve controvérsia quanto à renegociação das dívidas dos estados com a União no longo prazo. Críticos argumentaram que o foco deveria ser o curto prazo.

Também gerou polêmica a ideia de abrir linhas de crédito da ordem de R\$ 50 bilhões para os estados no curto prazo exigindo apenas como contrapartida que não fosse dado reajuste nos salários de servidores no período. Esses dois pontos acabaram ficando de fora do texto votado pela Câmara.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 13/04/2020	



GUEDES VAI PEDIR VETO DE BOLSONARO SE SOCORRO AMPLIADO A ESTADOS FOR APROVADO



admin 13 Abril, 2020

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou a interlocutores que, caso o Congresso aprove um pacote de socorro ampliado para estados e municípios, vai pedir o veto do projeto ao presidente Jair Bolsonaro. A Folha de SP informa, que em reunião com sua equipe, o ministro disse que conversou com Bolsonaro e ele está disposto a usar seu poder de vetar dispositivos aprovados pelo Legislativo, caso seja necessário.

Inicialmente, o governo apresentou um plano de ajuda aos governos regionais com impacto de R\$ 88 bilhões, incluindo repasses diretos, liberação de crédito e suspensão de dívidas. O pacote incluía o chamado Plano Mansueto, que permitiria ajuda aos estados em troca de medidas de ajuste fiscal. Insatisfeitos, parlamentares e governadores articularam uma proposta alternativa, que foi vista como uma “bomba fiscal” pela equipe econômica. O texto, segundo o Tesouro Nacional, poderia gerar um impacto de até R\$ 220 bilhões.

Foto: Evaristo Sa / Getty Images

Tribuna

OUTRA VEZ

Prefeito prorroga fechamento do comércio em Feira



O PREFEITO de Feira de Santana, Colbert Martins Filho (DEM), decretou ontem um novo prazo para fechamento do comércio, dos bares e restaurantes

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins Filho (DEM), decretou ontem um novo prazo para fechamento do comércio, dos bares e restaurantes - até o dia 20 de abril - bem como de escolas e faculdades municipais e privadas, que seguem sem funcionar até o dia 03 de maio. O decreto N° 11.524 foi publicado em edição extra do Diário Oficial Eletrônico.

Permanecem, todavia, em funcionamento os serviços de atendimento Delivery no âmbito do Município de Feira de Santana. Fica prorrogado o fechamento do Mercado de Arte Popular e

da zona comercial do Feiraguay, durante o período supracitado. Também está mantido o fechamento completo de todos os Shopping Centers, galerias e afins, até o dia 20. A CEASA e o Centro de Abastecimento funcionarão, durante este período, em regime de horário reduzido, das 04h às 14h.

Ficam prorrogadas, pelo mesmo prazo todas as medidas atinentes ao transporte público de passageiros já adotadas pelos Decretos anteriores acerca da situação de Calamidade Pública, em razão do COVID-19. "Visando à preservação da vida e da saúde das pessoas incluídas no grupo de risco, fica mantida a restrição, temporária, entre os dias 06/

04/2020 a 20/04/2020, da utilização do transporte coletivo urbano no Município de Feira de Santana aos idosos que possuem direito à gratuidade tarifária; sendo mantida a utilização de tais serviços durante o período compreendido entre as 08h às 17h", destaca a gestão, em nota.

Fica suspenso, até o dia 3 de maio, o funcionamento dos seguintes estabelecimentos: Academias de Ginástica; Cinemas; Teatros e demais Casas de Espetáculo; Parques Infantis privados; e Centros Esportivos. Permanecem suspensas, por prazo indeterminado, as atividades do Planetário Museu Parque do Saber, dos Teatros Municipais, das Bibliotecas Municipais, do

Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira, bem como do Projeto Arte de Viver, promovido pela Fundação de Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Cultura Egberto Tavares Costa; bem como dos Parques Públicos administrados pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

"O não-cumprimento das medidas estabelecidas no presente Decreto será caracterizado como violação à legislação municipal e sujeitará o infrator às penalidades e sanções aplicáveis, inclusive, no que couber, cassação de licença de funcionamento", ressalta.

Quatro secretarias ficam incumbidas de fazer cumprir os decretos.

Gusmão assina novo decreto e impõe exigências em Conquista

O prefeito de Vitória da Conquista, Hérzém Gusmão (MDB), prorrogou por mais sete dias o fechamento do comércio na cidade. A decisão foi publicada em edição extra no Diário Oficial. Ontem, o município registrou a primeira morte pelo novo coronavírus.

O paciente estava internado no Hospital São Vicente. Trata-se de um homem de 69 anos que estava internado desde o dia 31 de março. O paciente, com comorbidade, já tinha confirmado, através de teste, o diagnóstico de Covid-19.

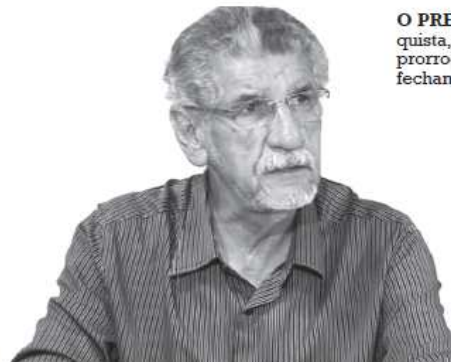
"A Prefeitura de Vitória da Conquista e o prefeito

Hérzém Gusmão se solidarizam com a família neste momento de dor. Aproveitamos para lembrar que a Covid-19 é uma doença grave e todos devemos nos prevenir: lavar sempre as mãos, fazer o uso do álcool em gel, ficar em casa, evitar aglomerações e, caso seja extremamente necessário ir à rua, usar máscara", declarou a gestão, em nota.

O novo Decreto estabelece, porém, novas exigências, como o uso obrigatório de máscaras para todos os funcionários dos estabelecimentos que irão permanecer abertos. As medidas temporárias têm por objetivo a preven-

ção contra o coronavírus, doença que já matou mais de 100 mil pessoas e infectou cerca de 2 milhões em todo o mundo.

Com o decreto, permanecem fechados: o atendimento ao público de todo o comércio, varejo e atacado. Locais de prestação de serviço, assim como de Shopping Centers, galerias e afins (supermercados e farmácias localizados no interior dessas lojas poderão funcionar). Também não poderão funcionar os seguintes estabelecimentos: academias de ginástica, salões de beleza, teatros e cinemas, entre outros. Os restaurantes e bares permanecem



O PREFEITO de Vitória da Conquista, Hérzém Gusmão (MDB), prorrogou por mais sete dias o fechamento do comércio na cidade

de saúde, farmácias, assistência médica e hospitalar, hipermercados, supermercados, mercados, feiras livres, açougues, clínicas veterinárias, bancos, lotéricas e cooperativas de crédito, lojas de material de construção, etc. A lista completa pode ser conferida no Diário Oficial.

O Regime Excepcional de Teletrabalho para serviços essenciais no âmbito da Administração Pública do Município foi prorrogado pelo prazo de sete dias. Além do uso de máscaras pelos funcionários, a prefeitura determina a limpeza permanente e adequada e a divulgação de informações sobre os métodos de prevenção ao contágio. (HB)

fechados, permitido o serviço de delivery e entrega no balcão.

Além disso, permanecem suspensas as visitas aos cemitérios ficando permitido somente os sepultamentos com número máximo de 10 (dez) pessoas.

Estabelecimentos considerados essenciais vão continuar abertos respeitando o distanciamento dos clientes, a ausência de aglomerações e a obrigatoriedade do uso de máscaras por todos os funcionários. Alguns deles são: serviços

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 14/04/2020	Página: 02

Tribuna

Apoio

O vereador e vice-líder da oposição na Câmara de Salvador, Luiz Carlos Suíca (PT), considera fundamental o projeto de lei que destina cerca de R\$ 4 milhões a mais de 800 mil estudantes da rede estadual de ensino na Bahia. Nesta segunda-feira (13), após saber da medida do governador Rui Costa (PT), o edil petista voltou a frisar a importância da assistência do estado durante o período de pandemia do novo coronavírus.

Setor elétrico

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a repassar para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN) e para parte dos agentes do mercado livre os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. A ação visa reforçar a liquidez do setor elétrico em meio ao cenário de pandemia da Covid-19. A medida antecipa R\$ 2,022 bilhões reservados para alívio futuro de encargos para as distribuidoras do ambiente de contratação regulada (ACR) e para 7.166 agentes do ambiente de contratação livre (ACL).

Crédito rural

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a renegociação e a prorrogação de pagamento de crédito rural para produtores afetados pela seca e por dificuldades de comercialização em razão das medidas de isolamento social, necessárias para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. O CMN também autorizou os bancos a prorrogarem o pagamento de crédito de custeio e de investimento aos produtores rurais, inclusive agricultores familiares, e suas cooperativas, cuja atividade tenha sido afetada pelas medidas de distanciamento social.

Reposição de perdas passa, mas Guedes acena com veto

ESTADOS E MUNICÍPIOS Em derrota para o governo, a Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base do projeto de lei para ajudar estados e municípios a combaterem a crise do coronavírus. O texto tem impacto estimado de R\$ 89,6 bilhões – mais que o dobro do oferecido pelo Tesouro Nacional – e não prevê congelamento de salários do funcionalismo como contrapartida, como previa a equipe econômica.

Antes mesmo da votação, o ministro da Economia, Paulo Guedes, havia sinalizado que o governo está disposto a vetar o projeto. Paulo Guedes é contra o mecanismo elaborado pelos deputados para auxiliar os entes federados. A maior crítica é atrelar os repasses à queda na arrecadação de impostos.

Guedes disse que a ideia é uma “irresponsabilidade fiscal e incentivo perverso”,

●● Existe a possibilidade concreta de o presidente (Jair Bolsonaro) avaliar a possibilidade de veto. Essa discussão ainda vai continuar Major Vitor Hugo

Líder do governo na Câmara, contrariado com medida de auxílio a estados e municípios

por permitir que gestores locais sejam menos cuidadosos com suas finanças.

A proposta foi aprovada por 431 votos a 70 e agora precisa ser analisada no Senado. O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO) – único a orientar contra a proposta – disse que vai sugerir que o presidente Jair Bolsonaro veto trechos do texto, por recomendação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

“O governo vai atuar no Senado para modificar (a proposta). Existe a possibilidade concreta de o presidente avaliar a possibilidade de veto. Essa discussão ainda vai continuar”, avisou.

O principal ponto da proposta é a previsão de repasses federais para compensar governos locais por perdas na arrecadação, medida criticada pelo governo. Só esse trecho tem impacto estimado de R\$ 80 bilhões, segundo cálculos do relator da proposta, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ).

O valor é mais que o dobro que o previsto pelo governo.

O texto prevê que o Tesouro compensará governos locais pelas perdas na arrecadação de tributos.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 14/04/2020	Página:

Correio*

MERENDA ESCOLAR NA PANDEMIA

R\$ 44 MILHÕES

é o valor estimado para reforçar a alimentação de 800 mil alunos da rede estadual; projeto de lei será votado hoje

Correio***24h****ECONOMIA**

8

Corte de salário e da jornada já atinge 1 milhão de brasileiros

EMPREGO As medidas provisórias que flexibilizaram os contratos trabalhistas durante a pandemia de coronavírus permitiram a preservação de mais de 1 milhão de empregos até agora, disse ontem à noite o secretário especial de Previdência e Trabalho do ministério da Economia, Bruno Bianco. Segundo ele, o governo lançará, hoje ou amanhã uma página na internet com os números atualizados de postos de trabalho preservados.

O site também terá o número de acordos individuais e coletivos que permitem a suspensão do contrato de trabalho ou a redução de jornada com redução proporcional de salários. “O objetivo é quantificar esse processo online. Colocaremos ali, todos os dias, quantos empregos estão sendo preservados”, disse

Governo lançará uma página na internet com os números atualizados dos empregos preservados

Bianco, que apelidou o novo site de “Empregômetro”.

Bianco classificou de “excelente” a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que considerou legais e com efeito imediato os acordos individuais fechados com base na Medida Provisória 936, que criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Segundo o secretário especial, trabalhadores e empregadores terão segurança jurídica para fecharem os acordos.

“Esse é um importante momento pelo qual passamos, que ainda mais segurança jurídica ao processo. Estamos convictos de que a MP é segura do ponto de vista jurídico e constitucional. Agora temos o crivo de um ministro do STF dando ainda mais segurança jurídica”, declarou.

Pela decisão de Lewandowski, os acordos indivi-


duais fechados dentro das faixas de salário estabelecidas pela medida provisória são legítimos e têm validade imediata. Caso o sindicato da categoria do empregado feche um acordo coletivo, este se sobreporá ao acerto individual.

Há dez dias, o próprio Lewandowski tinha decidido que as empresas tinham dez dias para notificarem os sindicatos da intenção de suspenderem contratos e de promoverem cortes salariais. No entanto, não estava claro se os acordos individuais perderiam a validade. Nesta quinta-feira, o plenário do STF julgará a ação, movida pelo partido Rede.

Bianco disse também que o governo está focado no desenho de medidas para o mercado de trabalho no “pós-crise”, mas não detalhou quais iniciativas estão sendo cogitadas.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A luta política na ajuda aos estados

A briga entre o Ministério da Economia e a Câmara dos Deputados atravessou o fim de semana e tomou o dia inteiro de ontem. Como já havia tomado a sexta-feira. O governo acabou derrotado, porque não entendeu a urgência de uma decisão como essa. O debate é sobre quanto e de que forma o Tesouro vai ajudar os estados. A Câmara fugiu de uma polêmica, mas abriu outra. Há argumentos bons de lado a lado, e há a insanidade da luta política em plena pandemia. O governo federal tem que socorrer estados e municípios e, claro, deve ter mecanismos para evitar o descontrole. Mas a urgência da hora exige que a ajuda chegue o mais cedo possível.

O projeto que foi a voto não tinha o mais controverso, que era o pedido de aval para empréstimos que a equipe econômica chamou de cheque em branco. Segundo o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), foi a própria equipe que havia proposto isso. De qualquer forma, o projeto desistiu do endividamento mas ampliou a compensação de arrecadação de ICMS e ISS para seis meses e a chamou de "seguro". A palavra causou arrepios na área econômica. Por seis me-

ses o governo federal cobrirá toda a queda de arrecadação de ICMS e ISS em relação aos valores nominais do ano passado. A equipe econômica acha que os estados e as cidades maiores serão beneficiados porque são os que têm uma parcela maior da sua receita dependendo desses dois impostos, ICMS e ISS.

"Se for assim, o governo federal terá que transferir mais para estados mais ricos. Melhor fazer isso per capita: transfere a mesma coisa por pessoa. Estados mais populosos vão receber mais", explicou um dos técnicos do governo.

A Câmara justifica dizendo que o projeto do governo já aprovado garantiu as parcelas do Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios, FPE e

FPM, que são receitas mais importantes para os estados mais pobres. E que agora é sim momento de ajudar mais os estados maiores que são os que neste momento têm o maior número de infectados e mortos pelo novo coronavírus.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, por sua vez, explicou que não gosta da ideia de um seguro, porque isso geraria, na visão dele, um incentivo ao "descuido" das arrecadações municipais e estaduais. Como toda a perda iria para a União, os estados e os municípios nada perdem concedendo incentivos fiscais, e os gestores seriam menos preocupados em arrecadar. Guedes acha que o projeto estimula menos arrecadação.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, explicou que se a ar-

recadação melhorar mais rapidamente, em quatro meses, por exemplo, o governo federal deixaria de repassar os recursos.

"O ministro Paulo Guedes havia dito que os recursos para a saúde eram ilimitados. O governo federal pode emitir dívida. Não é para manter a estrutura de saúde do ano passado, tem que ampliar, ampliar leitos de UTI, vai precisar de recursos extras. Na hora que São Paulo, Rio, Belo Horizonte fazem um hospital de campanha, precisam de recursos extraordinários. E o que estamos tratando aqui é apenas a recomposição nominal do ano passado".

Para evitar esse ambiente crispado entre Maia e Guedes, o assunto foi entregue ao ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, que

fez uma reunião com líderes sobre o assunto e não convidou Maia. Ele disse que não deveria ter sido convidado mesmo, mas rebateu a crítica que recebeu da equipe econômica:

"O governo disse que o empréstimo era pauta bomba, tiramos o empréstimo. O desrespeito à Câmara foi muito grande, mas ficamos tranquilos e equilibrados. Vamos reafirmar a nossa responsabilidade e manter no texto o que é fundamental. Quando a arrecadação melhorar, não precisa repassar esses recursos".

A proposta foi aprovada ontem na Câmara por 431 votos a favor e apenas 70 contrários da bancada governista. A grande questão que fica é que ela passará pelo Senado e depois irá para o governo ser implementada. Seja qual for o resultado da tramitação, se esse clima de luta política continuar o país perderá. Não há mais tempo para esse tipo de disputa, o ambiente de cooperação é a única forma de enfrentar esta crise. É preciso sim prevenir abusos fiscais futuros, mas se esse for o objetivo principal o país correrá o risco maior, o de perder tempo e vidas humanas no presente.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 14/04/2020	Página:

Correio*

PANDEMIA DERRUBA RECEITA DAS EMPRESAS

PESQUISA O Sebrae divulgou ontem uma pesquisa sobre principais impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas. Na Bahia, mais de 60% dos entrevistados afirmaram que interromperam temporariamente o funcionamento das suas empresas e outros 5,34% disseram que encerraram as atividades. Apenas 6,54% não mudaram a forma de funcionar. O estudo apontou ainda que mais de 84% dos empreendedores afirmaram que houve diminuição no faturamento.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 14/04/2020	Página:

Correio*

SKAF DEFENDE VOLTA DE FORMA 'SERENA E GRADUAL'

ECONOMIA Aliado de Jair Bolsonaro, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf (MDB), advoga a tese de encerrar a quarentena determinada pelo governo paulista no dia 22 de abril, sem que haja prorrogação. Para Skaf, nesta data, a infraestrutura de saúde vai estar preparada para a demanda de doentes. “Temos de reativar de forma prudente, gradativa e com todas as cautelas”, defendeu.



AJUDAS LOCAIS

Garantia de ICMS a estados seria 'irresponsabilidade', diz Guedes

Proposta que prevê que União compense perdas na arrecadação dos governos locais é defendida por líderes na Câmara

Por Agência O Globo | 13/04/2020 17:15





Agência Brasil

Ministro da Economia Paulo Guedes criticou plano de ajuda a estados e municípios

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, disse ao Globo que a criação de um seguro contra perdas na arrecadação de impostos de **estados e municípios** seria uma "irresponsabilidade fiscal" e um "incentivo perverso".

A proposta foi defendida na tarde desta segunda-feira pelo presidente da Câmara dos Deputados, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ).

— Seria uma irresponsabilidade fiscal e incentivo perverso. Um cheque em branco para governadores de estados mais ricos, pois não sabemos quanto tempo vai durar esta crise da saúde — afirmou Guedes.

A proposta defendida por Maia e pelo relator da proposta, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), prevê que o governo **federal se comprometa a cobrir as perdas de receita de ICMS** (no caso dos estados) **e de ISS** (nos municípios).

Guedes, por sua vez, defende que a ajuda aos governos locais seja feita por meio de um **valor fixo, de R\$ 32 bilhões**. Parte desse dinheiro seria destinado a Saúde e Assistência Social e outra parte ficaria livre, para que os entes possam arcar com o pagamento de outrosserviços, mesmo com a queda da arrecadação.

Na versão mais recente do texto, essa espécie de seguro seria garantida por até seis meses — antes, a garantia era de três meses.

Veja: **Rodrigo Maia e presidente da Febraban discutem medidas financeiras**

A equipe econômica teme que uma garantia de arrecadação se transforme em um incentivo para que **estados e municípios** sejam **menos cuidadosos** com as suas finanças, já que terão a certeza de que as perdas serão compensadas.

O governo teme que a medida se transforme em uma nova Lei Kandir, medida que

Veículo: Política Livre	
Data: 14/04/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

14 de abril de 2020 | 10:51

‘Grande paralisação’ levará economia global a pior recessão desde 29, diz FMI

ECONOMIA

O avanço vertiginoso da pandemia do coronavírus fez com que o FMI (Fundo Monetário Internacional) projetasse um cenário econômico sombrio para este ano em todo o mundo. Segundo relatório divulgado nesta terça-feira (14), a economia global vai sofrer retração de 3% em 2020, a maior desde a crise de 29, e a recuperação deve aparecer somente no ano que vem, ainda de forma parcial e bastante incerta.

No fim de 2019, a projeção do Fundo para o crescimento da economia mundial em 2020 era de 3,4%, ou seja, o tombo de mais de 6% é muito maior do que o registrado na crise financeira de 2008, por exemplo.

“É muito provável que este ano a economia global experimente sua pior recessão desde a Grande Depressão, superando a vista durante a crise financeira de dez anos atrás”, diz o documento assinado por Gita Gopinath, economista-chefe do FMI.

“A ‘Grande Paralisação’ [Great Lockdown], podemos chamá-la, é projetada para encolher dramaticamente o crescimento global”, completa o texto que equipara a magnitude da crise deste ano somente com a vivida na depressão que assolou o mundo na década de 1930.

Em seu Panorama da Economia Mundial, o Fundo traça um paralelo entre a pandemia e uma guerra ou crise política, e diz que ainda existe uma “severa incerteza” sobre a duração e a intensidade do choque que esse surto vai provocar.

Com as ponderações à mesa, o FMI afirma que é possível esperar a retomada no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) mundial na casa dos 5,8% no ano que vem, mas que isso vai depender da implementação de medidas e políticas públicas em cada país.

Os danos econômicos vão atingir de economias ricas a países emergentes e em desenvolvimento, como o Brasil, mas estes serão os mais prejudicados.

Segundo o FMI, a economia brasileira deve ter queda de 5,3% em 2020, com crescimento previsto em 2,9% no ano que vem. Neste domingo (12), o Banco Mundial já havia divulgado projeções para uma baixa brusca do PIB do Brasil, na casa de 5%.

No relatório mais recente do FMI -em outubro de 2019, ainda antes da pandemia-, a previsão era de que a economia brasileira crescesse 2% em 2020. Se comparado a essa última expectativa, o tombo é de 7,3%.

Já a previsão para as economias desenvolvidas deve ser de queda de 6,1%, com recuperação prevista em torno de 4,5% no ano que vem.

Entre as duas maiores economias do mundo, EUA e China, o tamanho da queda será de grandes proporções e também seguem as dúvidas quanto à eficiência na recuperação de cada país.

Nas projeções do fim de 2019, o FMI esperava que os EUA crescessem 2,1% em 2020, enquanto a China chegasse a 5,8%.

Atuais líderes em casos confirmados e mortes por Covid-19, os EUA devem ter retração de 5,9% do PIB e voltarem a crescer no ano que vem na casa dos 4,7%.

Na origem da pandemia, os chineses ainda devem experimentar um crescimento positivo, de 1,2%, após terem alcançado cerca de 6% em 2019. A recuperação deve ser de 9,2% em 2020, segundo o FMI.

Uma das apostas do Fundo para a retomada da economia global após a crise de 2018, a Zona do Euro deve cair 7,5% e voltar com 4,7% em 2021.

Veículo: Política Livre	
Data: 14/04/2020	Caderno: Economia



14 de abril de 2020 | 10:08

Em cenário anterior à pandemia, prévia do PIB do BC registrou alta de 0,35% em fevereiro

ECONOMIA

A economia brasileira cresceu 0,35% em fevereiro, na comparação com o mês anterior, aponta o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado nesta terça-feira, 14, pelo Banco Central (BC). Esse resultado ainda não capta os efeitos da pandemia do coronavírus na economia mundial e brasileira, que começaram a ser sentidos com mais intensidade a partir do mês de março.

O indicador é considerado uma “prévia” do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. O resultado foi calculado após ajuste sazonal (uma espécie de “compensação” para comparar períodos diferentes). Na comparação com fevereiro do ano passado, o índice de atividade apresentou crescimento de 0,60%, segundo informações do Banco Central.

De acordo com informações da instituição, esse foi o primeiro aumento da prévia do PIB, na comparação com o mês anterior, desde outubro do ano passado (segundo dados revisados). Foi o primeiro crescimento depois de três meses de retração.

Ainda de acordo com O BC, foi registrada uma alta de 0,33% no primeiro bimestre deste ano, contra o mesmo período do ano passado, e de 0,66% em 12 meses até fevereiro. Esses valores foram calculados sem ajuste sazonal, pois considera períodos iguais.

O IBC-Br foi criado para tentar antecipar o resultado do PIB, que é divulgado pelo IBGE. Os resultados do IBC-Br, porém, nem sempre mostraram proximidade com os dados oficiais do PIB. O cálculo dos dois têm diferenças. O índice do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos.

Veículo: Política Livre	
Data: 14/04/2020	Caderno: Economia



14 de abril de 2020 | 08:47

Governo estuda reduzir imposto e dar crédito para socorrer usinas na crise de coronavírus

BRASIL

O governo estuda reduzir impostos e conceder crédito para ajudar produtores de etanol a enfrentarem a crise gerada pela pandemia do coronavírus. O setor diz temer que a redução do preço da gasolina e a queda nas vendas provoque quebra generalizada.

Ainda não há dados fechados sobre a queda nas vendas, mas a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) diz que o movimento começou há algumas semanas, com os sucessivos cortes no preço da gasolina, que minaram a competitividade do etanol.

Há duas semanas, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), abastecer com etanol só era vantajoso em São Paulo e Goiás —a conta considera que etanol só é eficiente se custar até 70% do preço da gasolina.

“A produção de petróleo deu uma enclachada, a cotação foi lá embaixo e [a gasolina] está muito melhor”, diz o gerente de inovação Celso Santi, 31, morador de Maringá (PR). “Eu gostaria que o governo tivesse uma ação para o etanol acompanhar e também ficar mais barato.”

Na semana passada, segundo a ANP, o preço médio do etanol caiu 5% nas bombas (a gasolina caiu 2,5%), e Mato Grosso entrou na lista dos estados onde o biocombustível é mais vantajoso. Na média nacional, o preço do etanol equivale a 68% do da gasolina.

O diretor técnico da Unica, Antônio Pádua, diz que as usinas já perceberam queda nas vendas em março. Ele espera que os preços retomem a competitividade nas próximas semanas, com o repasse aos postos da queda nas usinas —que soma 28% desde a segunda semana de março.

O ganho, porém, se dará sobre um mercado muito menor. “Agora, na primeira quinzena de abril é que o consumo vai apresentar queda significativa”, afirma. A crise, diz, pega ao menos 30% das empresas com elevado endividamento. O mercado entende que a isenção temporária da cobrança de PIS/Cofins sobre o produto já é consenso no governo. A alíquota atual é de R\$ 0,24 por litro (R\$ 0,13 cobrados dos produtores e R\$ 0,11 dos distribuidores).

O Ministério da Agricultura diz que detalhes ainda estão sendo discutidos com o Ministério da Economia. As duas partes também avaliam uma linha de crédito para financiar estoques e reduzir o prejuízo do consumidor enquanto o consumo não retoma. O setor pede ainda aumento da Cide na gasolina, hoje em R\$ 0,10 por litro. A medida estaria sendo avaliada pelo Ministério de Minas e Energia, que não respondeu ao pedido de informações sobre o tema.

No início de março, o presidente Jair Bolsonaro se mostrou contrário à elevação da carga tributária sobre o combustível, então proposta pela pasta para formar um colchão e diluir o repasse da volatilidade internacional das cotações do petróleo para as bombas. “Agora estamos em situação de guerra”, defende Pádua, citando que o setor gera mais de 75 mil empregos diretos.

A redução na demanda por combustíveis abriu discussões também sobre o Renovabio, criado em 2016 para financiar a expansão de biocombustíveis. Distribuidoras pedem o adiamento do início do programa, previsto para 2020. O Renovabio determina que vendedores de derivados de petróleo comprem dos produtores de biocombustíveis certificados de descarbonização em volume equivalente ao montante de combustíveis que comercializam.

A ideia é penalizar o comércio de combustíveis mais poluentes. As empresas do setor alegam, porém, que as metas individuais de compra de certificados foram calculadas com base no consumo de 2019. Presidente da distribuidora Rodoil, Roberto Tonietto diz que suas vendas de gasolina caíram 70% e as de diesel, 30%. A empresa tem uma rede de 400 postos e abastece outros 2.000 de bandeira branca.

“É algo que vou ter que passar para o preço, não tem como arcar com isso”, diz. Segundo ele, além da queda de consumo, não há sinais de qual seria o preço dos certificados. “A gente não sabe se já chegou no pico [da pandemia], quando vai normalizar.” A Unica é contrária ao adiamento do programa, mas diz que o governo pode calibrar as metas. A pasta de Minas e Energia não respondeu.

poder coronavírus

Um presidente sem palavra

Irrelevante, Bolsonaro não merece tanta atenção da mídia

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

Um bom exemplo do poder das palavras de um líder veio do Reino Unido. Tendo se recuperado de um caso grave de Covid-19, o primeiro-ministro Boris Johnson gravou um depoimento oficial lapidário: demonstra empatia com os doentes, apoio e admiração aos profissionais de saúde, louva o sistema público de saúde do país e conclama a população ao esforço coletivo necessário para enfrentar a tragédia. Independente do juízo maior

que se possa fazer sobre o governo de Boris Johnson, foi uma fala digna de um líder nacional. Ninguém cogita que algo similar possa vir de Bolsonaro. Não esperamos do presidente nenhum sentimento nobre, nenhuma inspiração coletiva, nada que acene para a união e para valores nacionais. Dele não sai nada além de provocações baratas e brigas políticas de absoluta mesquinhez. Elas também não indicam o rumo que o governo tomará. Até

o momento em que escrevo esta coluna, Luiz Henrique Mandetta continua ministro da Saúde, mesmo depois de dar uma entrevista ao Fantástico em que disse com todas as letras que ele e o presidente divergem na estratégia. Que ele continue ministro só demonstra o quão frouxo é Bolsonaro no campo da ação. Fala que o isolamento social é desastroso para o Brasil e mesmo assim não troca o ministro que promove o isolamento. Bolsonaro torna-se cúmplice

daquilo que suas palavras condenam. Ladrão mas não morde. Tampouco esperamos a verdade das palavras dele. Quando Bolsonaro disse em 9 de março que tinha "provas" de que as eleições de 2018 foram fraudadas, ninguém acreditou — nem mesmo seus apoiadores e fãs. Era óbvio que ele não tinha prova nenhuma; era só mais um blefe, mais uma mentira contada para chacoalhar as águas do debate público e ser esquecida no dia se-

quinte, quando novas provocações aparecessem. Assim como a emissão descontrolada de moeda corrou seu valor, o palavrório inconsequente de Bolsonaro deprecia a palavra presidencial. Durante uma hiperinflação, as pessoas param de aceitar pagamentos em dinheiro. É hora de tratar as palavras do presidente da mesma maneira: como elas de nada valem, também não devem ser levadas a sério ou receber o destaque da imprensa. Como todo mundo que passou pelos anos de colégio deve ter aprendido, uma provocação só tem poder na medida em que damos importância a ela. Bolsonaro ir a pé à farmácia ou à padaria nada mais é do que uma provocação barata de um presidente que carece da coragem para fazer valer suas palavras na

condução do governo. Essa e outras pirraças presidenciais (e dos filhos) são objetivamente irrelevantes para o país, e só adquirem centralidade na mídia em que reagimos a elas. Tomar as suas gracinhas o centro do debate público é conceder-lhe uma importância que não tem. O presidente não manda mais no país. Comporta-se como uma criança birrenta que tenta atrapalhar o trabalho dos adultos. Na medida em que seu choro desvia nossa atenção, ele é bem sucedido. Está desacreditado, mente sem parar; e buscar gerar barulho para que não nos dessem conta do óbvio: na maior crise de seu governo (a primeira não causada por ele), Bolsonaro é irrelevante. Trate-mo-lo como tal. Neste momento, não merece mais do que a notinha no pé da página.

DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso Rocha de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QU. Elio Gaspari, Conrado Hübner Mendes | QUI. Fernando Schüller | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli



Funcionários da Magnamed Equipamentos Hospitalares trabalham na fábrica, em Cotia Na Lata - 27/Jul16/FotoPress

Lei abre brecha para batalhas entre União e governos locais

Na emergência da Covid-19, fábricas são alvo até de pedidos simultâneos de confisco

Walter Nunes

SÃO PAULO A lei que dispõe sobre as medidas que podem ser adotadas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus abriu brechas para que União e governos locais travem disputas jurídicas entre eles.

Aprovada pelo Congresso em regime de urgência, a lei entrou em vigor em 6 de fevereiro. Desde então, prefeituras, governos estaduais e União passaram a usar a legislação para medidas excepcionais como as de confisco de equipamentos e serviços essenciais para a prevenção e o tratamento da Covid-19.

Motivam essas batalhas judiciais, por exemplo, requisição de respiradores, equipamentos de proteção individual e álcool em gel que ainda estavam nas fábricas.

Há casos em que um mesmo alvo é requisitado por mais de uma esfera de governo. Outro entrave são pedidos de confisco da União direcionados a fábricas, mas de olho em lotes já vendidos a estados e municípios. No Amapá, por exemplo, a União havia determinado o confisco de 25 aparelhos respiradores que estavam armazenados pela fabricante In-

termed Equipamentos Médico Hospitalar. O lote, porém, já estava vendido para o governo estadual.

O caso foi parar na Justiça Federal, após o senador Raul Góes (Rede AP) ter entrado com uma ação popular contra o confisco. O próprio governo federal recuou e, em sua manifestação, disse ser a favor de deixar os equipamentos com o estado.

Cinco dias depois, o juiz federal Hilton Sávio Gonçalves Pires acatou o pedido e proibiu a retirada dos ventiladores pulmonares da fábrica.

Nas semanas passadas, quando o Amapá entrou na fase mais aguda da epidemia, com aceleração de casos, o Ministério da Saúde anunciou o envio de respiradores para Macapá, mas Raul Góes diz que o anúncio se refere ao mesmo lote de equipamentos alvo do confisco.

"Então eu fui checar e os respiradores que eles dizem que estão mandando são na verdade os que o estado já havia comprado", disse o senador.

Em Cotia, na Grande São Paulo, houve disputa ainda mais acirrada, desta vez envolvendo a prefeitura e União. O município havia comprado um lote de 35 ventiladores

pulmonares da empresa Magnamed, que tem fábrica na cidade. Após a compra, o Ministério da Saúde enviou um ofício à empresa requisitando todo o estoque de respiradores e a produção dos próximos 180 dias, o que incluía os 35 ventiladores pulmonares já adquiridos pelo município.

O Prefeitura de Cotia, então, entrou na Justiça contra o pedido federal. Mais uma vez houve recuo da União. O Ministério da Saúde emitiu um segundo ofício, no qual retirava a determinação da requisição total da produção, liberando a comercialização de parte do estoque para estados e municípios.

No final de março, a juíza federal Adriana Zanetti derrubou o primeiro pedido de confisco do Ministério da Saúde. Foi a vez então de a prefeitura confiscar aparelhos que já havia comprado.

Os 35 respiradores ainda não haviam passado por testes que garantiriam a segurança do seu funcionamento, mas o vice-prefeito, que acumula o cargo de secretário municipal de Segurança, foi até a fábrica com policiais e retirou os 35 equipamentos. Ele estava com a decisão judicial embaixo do braço.

No dia seguinte, outra reviravolta. A juíza de plantão Adriana Delboni Tarico decidiu que a prefeitura tinha que devolver os aparelhos respiradores. Ela acolheu o pedido do Ministério Público Federal porque considerou um "risco imediato o uso de 35 aparelhos pulmonares microprocessados sem a prévia fiscalização da Anvisa", a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O procurador da República Yuri Corrêa da Luz, que atuou neste caso no plantão, chamou a atenção para a brecha da lei. "A lei feita pelo Legislativo federal que autoriza [o confisco], na verdade autoriza que outros entes da Federação façam também", disse o procurador à Folha.

"Então a lei acaba gerando um ambiente de guerra de requisições entre entes federativos, porque ela não tem nenhum mecanismo previsto nela própria de coordenação dessas requisições. E não há nenhum lugar na Constituição que coloque que a União tem prevalência sobre os outros entes", completa.

Preocupado com a possibilidade de confiscos, não só de respiradores, mas também de equipamentos de proteção, o governador João Do-

ria (PSDB-SP) fez essa reclamação ao próprio presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e ao ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

"Não faz nenhum sentido confiscar equipamentos e insumos. Se essa questão for mantida, tomaremos medidas necessárias no ramo judicial", disse o governador, no final de março.

O diretor da Faculdade de Direito da USP, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, especialista em direito do estado, diz que a União tem uma prerrogativa de organizar os esforços, mas a partir da aplicação dos recursos. "Então, por exemplo, se ela compra respiradores para a rede pública de saúde, ela decide onde vai alocar. Mas isso não dá à União o poder de confiscar do poder público equipamentos que são adquiridos pelos entes públicos da Federação para a rede local", diz Floriano.

"A requisição deve ser um remédio excepcional. Ao preferir o exercício autista da autoridade à coordenação de compra e alocação, estão criando um caos onde devia prevalecer a coordenação, desorganizando o sistema. Vai dar errado."

Ele considera que as ações sendo direcionadas às fábricas são "um pouco mais delicadas, porque a lei autoriza requisitar do privado. Mesmo assim essa deve ser a exceção e não a regra".

Conforme mostrou a Folha na última sexta-feira (10), medidas judiciais e administrativas em vários estados vêm comprometendo o planejamento de hospitais, laboratórios e da indústria farmacêutica na distribuição de equipamentos de proteção individual a seus profissionais de saúde e funcionários.

A falta de critérios definidos que autorizem vários tipos de confisco — na maior parte amparados por decretos estaduais ou municipais — levou 11 entidades da área médica a pedirem intervenção do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

A reportagem aponta ainda que as entidades encaminham uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ao STF para que haja normatização que delimite as circunstâncias em que esse tipo de confisco possa ocorrer.

A ação movida pela CNSA (Confederação Nacional da Saúde), entidade que reúne federações hospitalares e sindicados patronais, aponta que "amontoam-se os relatos de fornecedores de equipamentos médicos que recebem múltiplas requisições, oriundas de diversos entes da administração pública, de maneira caótica e desordenada, muitas vezes reatando mais de uma delas sobre os mesmos bens e comprometendo todos os equipamentos em estoque".

+

O que diz a lei

REQUISIÇÃO DE BENS

O inciso VII, do artigo 3º, trata do confisco de bens e serviços pelas autoridades, que tem sido motivo de embates entre a União e governos locais. O texto diz que "as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, dentre outras, as seguintes medidas (...) requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa"

QUEM PODE DETERMINAR O CONFISCO

Mais adiante, a legislação enumera os entes que podem confiscar os bens e serviços. Além do Ministério da Saúde, o texto cita "gestores locais de saúde, nas hipóteses dos incisos III, IV e VII (...)". O inciso VII é justamente o que trata da eventual requisição de produtos. De acordo com o procurador da República Yuri Corrêa da Luz, que atuou em um caso de disputa por respiradores, "a lei (...) na verdade autoriza que outros entes da Federação façam também [o confisco]". Já o diretor da Faculdade de Direito da USP, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, diz que a União não tem "poder de confiscar do poder público equipamentos que são adquiridos pelos entes públicos da Federação para a rede local".

OUTRAS MEDIDAS

O texto legal também confere ao Ministério da Saúde e aos governos locais o poder de determinar "isolamento" e "quarentena", além da realização obrigatória de "testes laboratoriais" e "vacinação" e "restrição excepcional e temporária (...) por rodovias, portos ou aeroportos de entrada e saída do país e locomoção interestadual e intermunicipal"; entre outras medidas de combate à pandemia.

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

O mesmo artigo (3º) da legislação afirma ainda que as medidas poderão ser tomadas "somente (...) com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública".

Câmara aprova projeto de socorro a estados e municípios; Guedes quer veto

Apesar de desidratada, versão do pacote ainda não agrada ao ministro, que fala em bomba fiscal

BRASÍLIA E SÃO PAULO Após concessões do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os deputados aprovaram nesta segunda-feira (13) o projeto de socorro aos estados na crise causada pelo coronavírus. Apesar de desidratada, a versão não agrada ao ministro Paulo Guedes (Economia), que, em caso de aprovação pelo Congresso, defende veto à proposta.

O pacote emergencial não prevê contrapartidas dos chefes de Executivo estadual e municipal, como queria a equipe econômica. O texto-base foi aprovado por 431 a 70. O plenário da Câmara analisou e rejeitou os destaques — pedidos de alteração do texto.

O projeto segue para o Senado, onde o governo já tenta articular mudanças.

Encabeçado por Maia, o projeto prevê auxílio financeiro a estados e municípios que perderam arrecadação com a pandemia.

Segundo líderes da Câmara, o efeito nas contas públicas do texto aprovado é de R\$ 89,6 bilhões. A versão original tinha um impacto calculado em R\$ 220 bilhões pelo Ministério da Economia, que classificou a proposta como bomba fiscal.

A proposta inicial de Maia encontrou resistência até mesmo de aliados. O pacote, na versão mais ampla, foi divulgado na quinta (9). O presidente da Câmara tentou aprovar o projeto no mesmo dia e não teve apoio no plenário. Ele teve, portanto, de negociar com partidos para conseguir aprovar o socorro nesta segunda.

Em outra frente, o time de Guedes tentou emplacar um projeto próprio, mas foi derrotado pela articulação da Câmara, apesar de ter conseguido reduzir o pacote de bondades que Maia queria aprovar para os governadores.

A proposta apoiada pela equipe de Guedes prevê o repasse entre R\$ 30 bilhões e até 40 bilhões para compensar a queda nas receitas dos estados e municípios.

No entanto, o montante é considerado por congressistas muito aquém do que os governadores anseiam. A versão apreciada na Câmara calcula em R\$ 80 bilhões a transferência de recursos do governo.

O Ministério da Economia quer mudar os critérios de distribuição do dinheiro. Guedes defende que essa transferência tenha um valor fixo, em vez de ser calculada com base na perda de ICMS (imposto estadual) e ISS (municipal). A avaliação é que essa maneira seria juridicamente mais segura.

Em mensagem a jornalistas nesta segunda, o ministro criticou a compensação variável desses tributos, que, segundo ele, daria mais recursos para estados mais ricos.

"Seria uma irresponsabilidade fiscal e um incentivo perverso, um cheque em branco para governadores de estados mais ricos", disse.

Líderes da Câmara, contudo, rejeitaram essa ideia. O texto dos deputados estipula que o pagamento dependerá da perda de arrecadação em cada mês. Assim, governadores e prefeitos terão a segurança de que a receita nominal (sem considerar a inflação) será a mesma do ano passado.

O prazo para essas compensações também é motivo de impasse entre Câmara e governo. Maia quer que esse mecanismo funcione por seis meses, durante toda a pandemia — de abril a setembro.

O Ministério da Economia defende que o plano emergencial tenha prazo fixo, o que da-

ria clareza aos cofres públicos.

Além disso, o governo tem a avaliação de que, com a garantia de compensação integral de impostos, estados e municípios poderão conceder benefícios fiscais e diferimentos (adiar prazo de pa-

gamento de impostos) de maneira pouco criteriosa.

Diante de duras críticas em relação ao pacote apresentado na semana passada, o presidente da Câmara admitiu nesta segunda que havia problemas na primeira versão do

projeto emergencial e anunciou a supressão de dois trechos da proposta.

O grupo que articula o pacote desistiu da ideia de abrir margem para que governadores se endividassem neste ano, deixando uma brecha

para que os recursos fossem usados em anos posteriores.

Esse trecho, que obrigava a União a garantir empréstimos mesmo de estados com baixa capacidade fiscal e tinha impacto aproximado de R\$ 55 bilhões, foi retirado do

projeto da Câmara.

"Nós tiramos o excesso, tiramos os empréstimos e fizemos uma proposta enxuta", disse Maia antes da votação.

Os líderes aceitaram também excluir o trecho que suspendia as dívidas dos estados e dos municípios com a União, cujo impacto seria de cerca de R\$ 45 bilhões.

Só foi mantida a suspensão de dívidas com bancos públicos, calculada entre R\$ 9 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Maia abriu mão ainda de um dispositivo que beneficiava o Rio de Janeiro, estado que aderiu ao RRF (Regime de Recuperação Fiscal) em 2017.

Continua na pág. A18

Investir
é uma coisa.
Investir
com solidez
é outra.

Há mais de 175 anos,

obedientes a sábios princípios, nossa tradição secular de segurança ajudou a construir e proteger o patrimônio de nossos clientes por gerações.

Mesmo não sendo cliente, acompanhe nossas análises diárias, como o Morning Call, no canal do Safra no YouTube.

Invista como um especialista, abra sua conta pelo app, sem sair de casa.



www.safra.com.br



Safra

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Cabo de guerra

Excluídos da flexibilização promovida pelo governo de Santa Catarina nas restrições ao funcionamento do comércio de rua e dos hotéis, os shoppings cobraram o governador Carlos Moisés (PSL) para deixá-los abrir as portas já a partir desta segunda-feira (13). "O tratamento deve ser isonômico entre lojas de rua e de shoppings, conforme entendimento já pacificado no STF", disse Glauco Humai, presidente da Abrasce, associação do setor, em uma carta enviada a Moisés.

AR-CONDICIONADO Apesar de serem locais fechados, no comunicado, a Abrasce argumentou que os shoppings são tão seguros quanto o comércio de rua porque fazem controle de fluxo, higienização e limpeza constantes.

VITRINE No anúncio feito neste fim de semana, em que liberou a abertura de lojas de rua e hotéis, Moisés ampliou o prazo de fechamento dos shoppings no estado para 30 de abril. As escolas ficam paradas até 31 de maio, assim como academias, teatros, cinemas e eventos esportivos.

AS COMPRAS Conforme o Painel S.A. antecipou nesta segunda-feira (13), a associação de shoppings já começou a distribuir um guia com planejamento para quando chegar o momento da reabertura, cogitando medidas como desinfetar os sapatos de visitantes e tirar as tradicionais bandejas de plástico das praças de alimentação.

CORREDOR Procurado pela coluna, Humai afirmou que, com a carta enviada ao governador, a Abrasce não está dizendo que o momento da reabertura é agora. "O que estamos pedindo é isonomia entre o comércio de rua e o de shoppings", diz ele.

LUTO Após dois resultados negativos em exames para a Covid-19, o coronavírus foi detectado em laudo da morte de Bruno Borer, 53, presidente da empresa Roca Brasil Cerâmica, neste domingo (12).

TRAJETÓRIA O executivo morreu na quarta-feira (8), após ter sido internado em Curitiba com sintomas da doença. Borer assumiu a presidência da companhia em janeiro deste ano depois de 30 anos na empresa. Ele deixa mulher e filhos.

PROCURA-SE A oferta de vagas de enfermeiros de UTI no site de empregos Catho cresceu 718% em março. Segundo a empresa, também avançaram as ofertas de postos para técnicos de enfermagem (708%) e auxiliares de lojas para supermercados (691%). Mais de 3,700 vagas para profissionais da saúde foram abertas em uma semana, diz a Catho.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Mês em % ao mês

■ Mínimo ■ Máximo



Fonte: Praxos SP.

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência março*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 10% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 10% R\$ 1.220,21

ME (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 até R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06 14%

*O prazo para a empresa inscrever na DCTF e, para pessoas físicas, até o dia 15/abr.

REGRESSO No fim da reunião virtual do conselho de empresários Diálogo pelo Brasil, na Fiesp, nesta segunda-feira (13), ficou combinado que a entidade vai centralizar a elaboração de um protocolo das medidas de segurança que as companhias adotará após o retorno à normalidade.

LUPA A ideia de levantar práticas já adotadas na experiência internacional, entre países que foram atingidos pela pandemia antes do Brasil.

AMBULÂNCIA Em apenas dez dias, a consultoria imigratória Hayman-Woodward diz que 21 profissionais de saúde brasileiros já receberam ou estão prestes a ganhar o green card por meio de seus serviços. O número cresceu após o governo americano tomar medidas para acelerar o processo.

SONHO AMERICANO Como base de comparação, a Hayman-Woodward afirma que em março e abril de 2019, a empresa registrou 13 green cards para trabalhadores da área. Em todo o ano passado, 137 profissionais de saúde brasileiros foram contratados por instituições americanas, mas a consultoria estima que vai ultrapassar 200 neste ano.

LINHA DE MONTAGEM Na contramão das outras centrais sindicais, que se opõem a acordos individuais entre empresas e funcionários para reduzir jornada e salário na pandemia, a Força Sindical lançou nesta segunda (13) um formulário online para agilizar as negociações. O sistema será usado pelos metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes (SP).

PASSAGEM Para Juruna, secretário-geral da Força, a medida também pode favorecer negociações com pequenas empresas. Ele diz que não há intenção de dificultar acordos.

QUEM DÁ MAIS Nos últimos dias, empresários que doaram para o combate ao coronavírus vinham fazendo comparações entre os calibres das iniciativas anunciadas por seus países, considerando que algumas delas estão incompatíveis com as fortunadas dos doadores. Mas após o Itai anunciar que destinaria R\$ 1 bilhão para a causa, o assunto acabou.

Câmara aprova projeto de socorro a estados e municípios; Guedes quer veto

Continuação da pág. A17

O texto excluiu anistia para o pagamento de valores devidos por estados em crise. O impacto da renúncia era estimado em R\$ 15 bilhões, segundo a equipe econômica.

As concessões, no entanto, não foram suficientes para acalmar o governo. O time de Guedes defende que governadores e prefeitos sejam impedidos de conceder aumento salarial a servidores públicos em contrapartida ao acesso ao pacote de medidas.

A ideia não é consenso dentro do governo. A medida é impopular, especialmente em meio a eleições municipais.

"A gente precisa ter clareza de que o presidente vai assinar a proposta", disse Maia, expondo a resistência de Jair Bolsonaro à ideia de travar os salários de servidores federais, estaduais e municipais.

O projeto aprovado pela Câmara impede aumento de despesas não diretamente relacionadas ao enfrentamento do coronavírus neste ano, mas não trata do congelamento salarial até o fim de 2021, como defendia a equipe econômica.

O líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL-GO), sustentou que o impedimento de reajuste salarial seria um sinal do governo aos anseios de centrais sindicais e até deputados que querem o corte de jornada e de salário no funcionalismo público.

A interlocutores Guedes afirmou que, caso o Congresso aprove um pacote de socorro ampliado para estados e municípios, vai pedir o veto do projeto ao presidente.

Segundo relatos, em reunião com sua equipe, o ministro disse que conversou com Bolsonaro e ele está disposto

+ POR AUXÍLIO DE R\$ 600, CPF PODERÁ SER SOLICITADO GRATUITAMENTE POR E-MAIL. A Receita anunciou nesta segunda (13) que vai liberar solicitação gratuita de CPF por e-mail, ficando dispersada a presença na agência. A medida tem o objetivo de desburocratizar o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 criado para combater efeitos da crise.

a usar seu poder de vetar dispositivos aprovados pelo Legislativo, caso seja necessário.

Antes dessa etapa, o texto tem que passar pelo Senado, onde o governo já começa a se articular para barrar os dispositivos que desagradam a Guedes. Se a estratégia não der resultado é que Bolsonaro usaria seu poder de veto para impedir um impacto fiscal maior do que o desejado.

Acusado pela equipe econômica de tentar emplacar uma pauta-bomba para socorrer estados e municípios, Maia rebateu o que chamou de grande "desrespeito" à Casa que comanda.

"Agora, nós não podemos ser acusados num dia e depois não sermos a solução. O desrespeito à Câmara foi muito grande", afirmou. Thiago Resende, Bernardo Caram, Danielle Brant e Alexa Salomão

Superpoderes do BC são retirados da PEC do Orçamento de Guerra

Possibilidade de autoridade monetária comprar títulos privados é restringida pelo BC; projeto terá de voltar para a Câmara

Iara Lemos

BRASÍLIA Os superpoderes do BC (Banco Central), itens previstos no texto original da PEC do Orçamento de Guerra, foram retirados pelo Senado da proposta original que já havia sido aprovada pela Câmara.

Com a mudança, um texto substitutivo da PEC deve ser votado pelos senadores em sessão virtual nesta quarta (15). Após a aprovação, a PEC será encaminhada para nova análise dos deputados.

O substitutivo elaborado pelo relator Antonio Anastasia (PSDB-MG) foi construído com os líderes partidários.

Ao todo, 58 emendas foram apresentadas à proposta, a maioria tratando de alteração no artigo que se refere à atuação do Banco Central na compra de títulos privados.

Anastasia acatou as reivindicações dos colegas, propondo uma nova sistemática para a atuação do Banco Central no mercado secundário.

Pelo substitutivo, a compra de títulos no mercado secundário fica condicionada a determinadas modalidades de títulos e desde que os ativos tenham sido objeto de avaliação de qualidade de crédito por agência internacional de classificação.

Também fica previsto que os títulos tenham preço de referência publicados por entidade acreditada pelo BC.

"Manter a estabilidade e o funcionamento adequado e eficiente dos mercados financeiros, de capitais e de pagamentos é essencial para evitar crises financeiras que possam levar a uma exacerbada aguda dos problemas que estamos vivendo no presente. Medidas que contenham potencial para mitigar ou conter o risco sistêmico são importantes e bem-vindas", destacou o relator.

No substitutivo, Anastasia ainda determinou que as operações do Banco Central sejam publicadas diariamente com todas as suas informações e consolidadas em relatórios mensais do presidente do BC, Roberto Campos Neto, ao Congresso Nacional, que terá o poder final de fiscalização.

O novo texto ainda propôs a retirada de todo o artigo que previa a criação do comitê de

gestão de crise, que ficaria responsável pela fiscalização das ações do governo durante o estado de calamidade.

O relatório vai atribuir ainda mudança no que diz respeito às atuações do Congresso, assegurando a possibilidade de sustar atos que sejam irregulares ou extrapolem os limites da PEC. Pelo projeto original, essa função estava a cargo do comitê.

"É preciso focar o mais importante, os limites que devem ser impostos à atuação do BC. Além desses limites, é fundamental estabelecer quais serão as informações divulgadas de modo a permitir um maior controle dessas operações por parte dos órgãos de fiscalização. É essencial que o Banco Central envie informações detalhadas sobre as operações", afirmou o senador em seu relatório.

O relatório de Anastasia foi lido em sessão virtual durante a tarde, depois de ter sido fechado em conjunto com os líderes que estiveram reunidos durante toda a manhã.

Atualmente, o BC não pode entrar nesse mercado, mas apenas de forma secundária: ele não poderá adquirir títulos diretamente com as empresas que os emitem, mas poderá comprá-los de outros atores que já os tenham, como bancos e fundos de investimentos. Mesmo valendo apenas para o período da pandemia, a medida era considerada po-

+ ONDE HÁ MUDANÇAS

COMITÊ DE CRISE

O que queria a Câmara

Formação de um Comitê de Gestão de Crise,

composto por Bolsonaro e pelos seus ministros, para acompanhar contratos

O que quer o Senado

Exclusão do Comitê de Gestão de Crise,

colocando a fiscalização dos atos do governo sob responsabilidade do Congresso

BC

O que quer a Câmara

Fica autorizado a comprar e vender títulos do Tesouro nos mercados secundários local e internacional

O que quer o Senado

A compra de títulos no mercado secundário fica condicionada a certas modalidades de títulos e desde que os ativos tenham sido objeto de avaliação de qualidade de crédito por agência de classificação de risco

O que quer o Senado

A criação de um regime extraordinário financeiro e de contratações para facilitar a execução do Orçamento relacionado às medidas emergenciais. Com isso, o governo fica dispensado de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que as despesas sejam apenas para o período de calamidade, e não virem atos permanentes

Validade

De 20 de março a 31 de dezembro de 2020

lêmica e podia travar a tramitação da proposta.

Na quinta-feira (9), o presidente do banco chegou a fazer uma apresentação aos senadores defendendo a manutenção do texto original.

O BC afirmou que a medida original tem o objetivo de aumentar a liquidez de empresas, mas os senadores alegam que o Tesouro pode ficar exposto a papéis com alto risco de inadimplência, o que pode prejudicar as finanças a longo prazo.

"A condição dos líderes para que o relatório seja votado nesta quarta-feira é a retirada da imunidade do Banco Central. É um absurdo ter imunidade em torno de uma atividade que já tem um monte de sigilo. Os líderes não aceitam votar dessa forma", afirmou a presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, Simone Tebet (MDB-MS).

Pela proposta original, o Tesouro teria de arcar, em todas as negociações, com 25% do valor dispendidos.

O ministro Paulo Guedes (Economia) também entrou na defesa da medida, tendo reuniões separadas com as bancadas do Senado, mas não conseguiu alterar a posição dos senadores em defesa dos valores. Segundo o relator da proposta, o índice é desnecessário e foi retirado do substitutivo.

"A autorização do Ministério da Economia e o mínimo de 25% de aporte de capital por parte do Tesouro em cada operação parecem medidas absolutamente desnecessárias. Essas condicionantes não aparentam ter fundamentação técnica e podem ser retiradas", afirmou o relator.

Além das discussões em torno do Banco Central, os senadores ainda apresentam dúvidas em relação à forma de votação da PEC, que será feita em plenário virtual, em votação aberta, sem que tenha passado por análise prévia de nenhuma comissão por causa do estado de calamidade.

A divergência resultou em um mandato de segurança no STF, ingressado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Para ele, a votação é abusiva, uma vez que sessões de votação remota não deveriam ser usadas para alteração de PECs.



O governador João Dória (PSDB-SP) durante entrevista sobre a Covid-19 nesta segunda (13) do mês de maio.

Com tombão na arrecadação, SP faz pacote de corte de gasto

Estado quer evitar colapso com queda de R\$ 10 bi no ICMS de abril a junho

Último OnLine S.A. e Contabilidade - CNPJ nº 07.191.902/0001-95 - RUA 30, 202 - 05514-000

Relatório de administração

Balancete demonstrativo do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Ativo Circulante	2.119.209.209	2.014.218.278
Ativo Não Circulante	1.107.361.822	1.079.019.502
Total do Ativo	3.226.571.031	3.093.237.780
Passivo		
Passivo Circulante	1.107.361.822	1.079.019.502
Passivo Não Circulante	2.119.209.209	2.014.218.278
Total do Passivo	3.226.571.031	3.093.237.780

Igor Igiel

SÃO PAULO Com uma queda prevista na arrecadação de cerca de R\$ 10 bilhões de abril a junho devido à crise do coronavírus, o governo do estado de São Paulo elaborou um pacote de corte de custos.

A meta é preservar o pagamento de salários do funcionalismo e os serviços de saúde e segurança. As medidas iniciais devem impactar de R\$ 2,3 bilhões nesses três meses.

Até o fim do ano, o governo João Dória (PSDB) cre que economizará R\$ 17 bilhões ao somar isso a outras ações em curso ou em estudo, como a suspensão da parcela mensal da dívida com a União (R\$ 1,2 bilhão) e do pagamento de PIS/Pasep (R\$ 100 milhões).

O mais rico estado do país pode entrar em colapso financeiro, com um déficit de até R\$ 4 bilhões em caixa previsto para julho, se nada for feito. "A arrecadação do ICMS caiu 22% em abril, ou R\$ 2,3 bilhões a menos, e a previsão é que caia duas vezes mais em maio e junho", disse o vice-governador, Rodrigo Garcia (DEM).

A queda é resultado da quarentena imposta a serviços não essenciais em São Paulo a partir de 23 de março, medida que tem sido adotada em diversos países para tentar desacelerar a taxa de contágio do novo coronavírus e evitar a sobrecarga de hospitais.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é o principal tributo dos estados. Em 2019, rendeu R\$ 147 bilhões aos cofres paulistas, quase 85% do total arrecadado no ano. O estado registrou um superávit primário de R\$ 18,3 bilhões.

Hoje, segundo Garcia, o caixa do governo está estável. "Trabalhamos sempre com uma margem de 30% de folga. Sem as medidas, teremos dificuldades já em junho", afirmou. O principal gasto mensal é com salários, R\$ 6 bilhões.

Dois decretos serão publicados nesta terça-feira (14) por Dória. Num deles, é prevista a economia de R\$ 650 milhões por 90 dias com reduções orçamentárias.

Gastos com limpeza e manutenção predial e com o atendimento presencial do Poupave também estão suspensos, assim como com o transporte escolar. Serão reduzidos 50% dos contratos com organizações sociais de cultura — com equipamentos como museus fechados, o objetivo é manter apenas os salários.

Além disso, um segundo decreto prevê R\$ 655 milhões economizados com a suspensão de auxílio-alimentação e de transporte a servidores trabalhando em casa, de pagamentos de diárias e passagens, de novas compras e despesas, de novas obras, de novos concursos e de concursos em andamento. Obras existentes serão tocadas para evitar desemprego maior.

Serão vetados gastos com publicidade e eventos não relacionados à crise, a antecipação do 13º salário dos servidores e a venda de 1/3 das férias. Saúde e segurança pública não entram no pacote de limitações, como a suspensão de bônus por resultado. "É um reescalonamento do gasto, como no caso do 13º, que será todo pago em dezembro", afirmou Garcia.

Redução de salários ou de jornada para servidores não acontecerá, até porque isso dependeria de uma mudança na Constituição.

Para o vice-governador, o esforço é necessário nestes primeiros meses pela expectativa de que a atividade econômica comece a se recuperar no segundo semestre.

Nas avaliações do governo paulista, o distanciamento social espelrou um pico mais agudo de casos da Covid-19 em abril e o distribuiu para maio.

O monitoramento de movimentação de pessoas por meio do acompanhamento de seus celulares indicava nesta segunda (13) que 59% dos paulistas permaneceram em suas casas, índice abaixo dos 70% considerados ideais.

O isolamento é uma peça central da disputa política que cerca a crise do coronavírus no país. O presidente Jair Bolsonaro faz campanha à reeleição contra a prática, pelo temor de que o impacto econômico óbvio da ação entre seus planos de reeleição em 2022.

Ele acusa Dória e outros governadores com pretensões presidenciais, como Wilson Witzel (PSC RJ), de exagerar os riscos da Covid-19, contrariando recomendações do próprio Ministério da Saúde e de organismos internacionais.

Até aqui, Dória e Witzel têm sido mais bem aprovados do que Bolsonaro na condução da crise, segundo o Datafolha.

São Paulo, unidade mais populosa da Federação, é um dos centros da pandemia no país. Teve até esta segunda 8.800 casos e 608 mortes, uma taxa de infecção superior à brasileira (19,5 casos por 100 mil habitantes, ante 11 casos por 100 mil habitantes no país).

Bolsonaro quer mais testes em sistema para monitoramento de aglomerações

TEC

Julio Wiziack

BRASÍLIA Depois de um alerta dado pelo presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, recomendou "prudência" e "mais testes" na ferramenta desenvolvida pelas empresas de telefonia que permite monitorar deslocamentos humanos via sinais de celular.

Pessoas que participam das discussões afirmam que não houve veto de Bolsonaro e que a ferramenta ainda poderá ser implementada pelo governo federal.

O governador de São Paulo, João Dória, já adotou esse sistema.

Pontes apareceu na sexta-feira (10) em suas mídias sociais defendendo o monitoramento de aglomerações via celular em suas mídias sociais.

No sábado (11), o ministro disse que Bolsonaro ligou pedindo que o serviço só fosse liberado após testes "exaustivos" pelo governo.

Assessores do governo afirmam que o memorando de cooperação assinado entre o ministério e as teles só foi enviado na sexta, atrasando o cronograma.

As operadoras de telefonia, no entanto, afirmam nos bastidores que a plataforma de monitoramento já está pronta e passou por testes.

A reação de Bolsonaro ocorreu depois que muitos aliados reclamaram ao presidente de que poderia haver risco de quebra de sigilo telefônico (aces-

so a dados protegidos, como o titular da linha telefônica). A Folha teve acesso aos testes da plataforma. Primeiro, os dados se referem sempre ao dia anterior. Ou seja: não funciona em tempo real.

Além disso, na tela do sistema, só aparecem manchas formadas pela concentração de celulares em torno das antenas das operadoras.

Zonas em azul representam baixa concentração, em amarelo, em vermelho, elevada aglomeração. A ferramenta, no final, fornece uma espécie de "mapa de calor".

Não há disponibilização de números de celulares, nem nenhum dado dos clientes.

Outra preocupação de quem reclama da plataforma digital de monitoramento foi a de que daria elementos para que governadores decretassem o recrudescimento de políticas de isolamento.

Bolsonaro defende publicamente a retomada das atividades econômicas.

Mesmo diante de um atraso no projeto a nível federal, as operadoras dizem que os governadores podem adotar imediatamente essa ferramenta como forma de monitorar aglomerações e traçar medidas de contenção.

Por meio de sua assessoria, o Sinditelebras, associação que representa as empresas de telecomunicações, informa que "os mapas de calor" [como chamam as imagens de identificação de aglomerações pelas cidades] seguem estritamente a legislação, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados.

Google e Apple explicam app que notifica contato

Paula Soprana

SÃO PAULO O Google e a Apple exemplificaram nesta segunda-feira (13) em entrevista) como funcionaria o sistema que desenvolveu em parceria e que vai criar um recurso de rastreamento de contatos por celular para auxiliar no combate à Covid-19.

Soprana que João e Maria se encontram pela primeira vez e passam dez minutos juntos. Caso tenham os aplicativos, seus telefones trocam avisos de identificadores anônimos (um número aleatório gerado em cada celular que dura 14 dias) por bluetooth.

Covid-19 é diagnosticado com o aplicativo e insere o resultado do teste positivo no aplicativo da autoridade pública. Com seu consentimento, o telefone faz o upload de 14 dias dos seus avisos de transmissão em uma nuvem.

Um tempo depois, o celular de Maria baixa as chaves de transmissão de todos os testes positivos para a doença em sua região. O aplicativo detecta que ela se encontrou com João. Ela, então, recebe uma notificação dizendo que foi exposta a alguém que testou positivo para Covid-19.

Para usar o recurso, será preciso fazer o download de um app que estará disponível nas lojas virtuais de Apple e Google.

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2004

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2003

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2002

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2001

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2000

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1999

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1998

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1997

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1996

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1995

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1994

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1993

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1992

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1991

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1990

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1989

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1988

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1987

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1986

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1985

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1984

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1983

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1982

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1981

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1980

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1979

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1978

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1977

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1976

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1975

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1974

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1973

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1972

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1971

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1970

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1969

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1968

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1967

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1966

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1965

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1964

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1963

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1962

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1961

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1960

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1959

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1958

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1957

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1956

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1955

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1954

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1953

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1952

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1951

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1950

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1949

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1948

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1947

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1946

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1945

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1944

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1943

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1942

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1941

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1940

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1939

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1938

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1937

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1936

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1935

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1934

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1933

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1932

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1931

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1930

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1929

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1928

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1927

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1926

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1925

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1924

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1923

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1922

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1921

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1920

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1919

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1918

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1917

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1916

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1915

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1914

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1913

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1912

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1911

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1910

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1909

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1908

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1907

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1906

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1905

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1904

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1903

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1902

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1901

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1900

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1899

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1898

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1897

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1896

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1895

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1894

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1893

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1892

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1891

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1890

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1889

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1888

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1887

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1886

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1885

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1884

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1883

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1882

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1881

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1880

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1879

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1878

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1877

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1876

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1875

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1874

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1873

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1872

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1871

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1870

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1869

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1868

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1867

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1866

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1865

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1864

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1863

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1862

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1861

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1860

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1859

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1858

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1857

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1856

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1855

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1854

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1853

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1852

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1851

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1850

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1849

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1848

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1847

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1846

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1845

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1844

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1843

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1842

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1841

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1840

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1839

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1838

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1837

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1836

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1835

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1834

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1833

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1832

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1831

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1830

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1829

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1828

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1827

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1826

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1825

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1824

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1823

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1822

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1821

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1820

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1819

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1818

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1817

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1816

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1815

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1814

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1813

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1812

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1811

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1810

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1809

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1808

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1807

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1806

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1805

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1804

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1803

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1802

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1801

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1800

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1799

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1798

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1797

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1796

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1795

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1794

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1793

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1792

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1791

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1790

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1789

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1788

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1787

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1786

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1785

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1784

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1783

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1782

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1781

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1780

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1779

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1778

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1777

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1776

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1775

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1774

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1773

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1772

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1771

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1770

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1769

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1768

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1767

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1766

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1765

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1764

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1763

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1762

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1761

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1760

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1759

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1758

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1757

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1756

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1755

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1754

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1753

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1752

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1751

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1750

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1749

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1748

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1747

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1746

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1745

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1744

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1743

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1742

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1741

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1740

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1739

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1738

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1737

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1736

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1735

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1734

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1733

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1732

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1731

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1730

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1729

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1728

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1727

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1726

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1725

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1724

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1723

Demons. do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 1722

mercado coronavírus

Montadoras podem ter prejuízo de R\$ 42 bilhões

Paralisação de quase todas as 65 fábricas deixa 370 mil em casa; algumas só retornarão em junho

Eduardo Sodré

SÃO PAULO As paradas de produção geradas pela pandemia do novo coronavírus deixam cerca de 370 mil funcionários de linhas de produção em casa. São trabalhadores de montadoras e das fornecedoras de autopeças, empresas que estão paradas desde a última semana de março.

Segundo a Bright Consulting, consultoria focada no setor automotivo, o prejuízo gerado pela pandemia do novo coronavírus na indústria automobilística brasileira deve chegar a R\$ 42 bilhões em 2020.

As previsões de retorno à produção têm sido revistas. A Toyota anunciou nesta segunda (13) que as quatro fábricas localizadas no estado de São Paulo só devem retomar as atividades fabris no fim de junho, entre os dias 22 e 24. Funcionários de áreas administrativas seguem trabalhando em home office.

Por meio de comunicado, a montadora de origem japo-

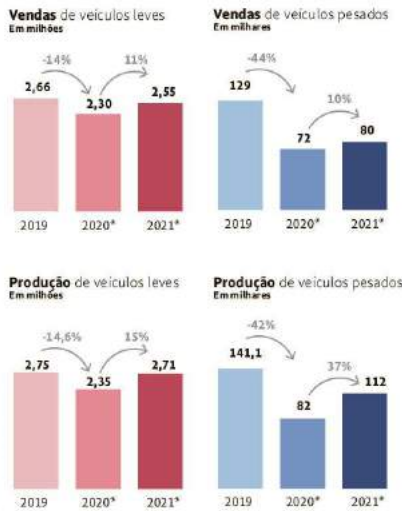
nesa diz que, para preservar os empregos, negociou mudanças temporárias em contratos de trabalho, com pequenas reduções de salários em alguns casos. A estratégia é semelhante à adotada pela General Motors, que também se vale de banco de horas, férias coletivas e planos de redução de custos para contornar a crise.

Todas as fábricas da GM no Brasil estão com produção paralisada e devem permanecer assim pelos próximos dois meses, a depender da evolução da pandemia no país. O programa de layoff (suspensão temporária e parcial do contrato de trabalho) da montadora prevê reduções salariais de 5% a 25%, a depender do cargo e da renda do trabalhador.

A Renault, que emprega 7.500 funcionários no complexo de São José dos Pinhais (PR), prorrogou o período de paralisação para 3 de maio. Na unidade da Ford em Camaçari, a volta está prevista para 30

Montadoras devem ter prejuízo de R\$ 42 bilhões em 2020

Previsões são de queda para o ano



65 é o número de fábricas de automóveis e componentes das empresas associadas à Anfavea

64** unidades estão fechadas

248 mil é o número de funcionários empregados no setor de fornecimento de peças

125,7 mil Número de empregados nas empresas associadas à Anfavea, de acordo com dados de março

*Previsões de Bright Consulting. **Apenas a unidade da Volvo em Pederneras (Interior de São Paulo) permanece em funcionamento parcial. A unidade produz maquinário pesado, como escavadeiras e carregadeiras. Fontes: Anfavea, Pensabreve e Bright Consulting.

de abril. Todas as datas estão sujeitas a alterações.

O volume de trabalhadores em casa impressiona. Em agosto de 2016, ano em que a produção de veículos caiu 11,2% em relação a 2015, fábricas localizadas em São Paulo e em Minas Gerais deram férias coletivas ou licença remunerada para 22 mil funcionários ao mesmo tempo, o que então era considerado um assombro. O país se aproximava dos 12 milhões de desempregados naquela época.

Em 1979, no auge dos perio-

dos de greve de metalúrgicos registrados entre 1978 e 1982, cerca de 180 mil trabalhadores ficaram parados por duas semanas na região do ABC (Grande São Paulo).

Hoje, as empresas evitam falar em demissões. A Caça Chery, que havia previsto o corte de 50 funcionários em Jacareí (Interior de São Paulo), voltou atrás e, após negociar com o sindicato de sua região, optou pelo layoff.

As empresas correm atrás de liquidez para manter a saúde financeira. "Acho que es-

“Acho que essa não é a pior crise, só da indústria, é uma das piores crises do mundo”

Pablo Di Si presidente da Volkswagen na América do Sul

sa não é a pior crise só da indústria, é uma das piores crises do mundo”, diz Pablo Di Si, presidente da Volkswagen na América do Sul.

Segundo o executivo, o cenário é de sobrevivência e não permite fazer projeções para o segundo semestre. Ele calcula que o prejuízo causado pela pandemia do novo coronavírus no Brasil deverá equivaler ao valor empregado em três anos de investimento.

O ciclo atual de aportes da montadora, que começou em 2016 e deveria terminar neste ano, prevê R\$ 7 bilhões para o Brasil.

“Precisamos olhar o curtíssimo prazo, o problema da liquidez do sistema. Os bancos vão precisar emprestar dinheiro”, diz o presidente da Volks.

Pablo afirma que há bom diálogo com o governo, em reuniões frequentes mediadas pela Anfavea. “Fico mais tranquilo ao ver que existe um claro entendimento de como a indústria funciona”, diz o presidente da Volkswagen.

Mesmo que as montadoras retomem a produção ainda no primeiro semestre, o ritmo levará algum tempo para ser retomado.

“A venda não ocorre de forma imediata no mercado e, neste contexto, os altos custos que impactarão na indústria da produção”, diz Milad Kalume, gerente de desenvolvimento da consultoria Iato.

“O desemprego e confiança do consumidor impactarão diretamente a retomada das vendas, o cenário não é dos melhores”.

Milad lembra também que a produção brasileira destinada à exportação depende de mercados sul-americanos, que estão sendo igualmente impactados pela crise.



GRENDENE DOA KITS PARA AGENTES DE SAÚDE

A empresa produziu, na unidade de Sobral (CE), 250 mil kits de proteção para profissionais de saúde; as doações serão feitas, inicialmente, nas cidades onde a empresa tem operações

Wellington Macedo/Folhapress

Governo estuda reduzir imposto e dar crédito para socorrer usinas

Nicola Pamplona e Diego Garcia

RIO DE JANEIRO E SANTOS O governo estuda reduzir impostos e conceder crédito para ajudar produtores de etanol a enfrentarem a crise gerada pela pandemia do coronavírus. O setor diz temer que a redução do preço da gasolina e a queda nas vendas provoquem quebra de usinas.

Ainda não há dados fechados sobre a queda nas vendas, mas a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) diz que o movimento começou há algumas semanas, com os sucessivos cortes no preço da gasolina, que minaram a competitividade do etanol.

Há duas semanas, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), abastecer com etanol só era vantajoso em São Paulo e Goiás — a conta considera que etanol só é eficiente se custar até 70% do preço da gasolina.

*A produção de petróleo deu

uma enclachada, a cotação foi lá e embaixo e [a gasolina] está muito melhor”, diz o gerente de inovação Celso Santi, 31, morador de Maringá (PR).

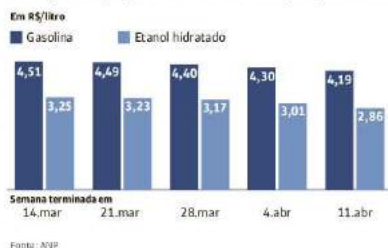
“Eu gostaria que o governo tivesse uma ação para o etanol acompanhar e também ficar mais barato”.

Nasemana passada, segundo a ANP, o preço médio do etanol caiu 5% nas bombas (a gasolina caiu 2,5%), e Mato Grosso entrou na lista dos estados onde o biocombustível é mais vantajoso. Na média nacional, o preço do etanol equivale a 68% do da gasolina.

O diretor técnico da Unica, Antônio Pádua, diz que as usinas já perceberam queda nas vendas em março. Ele espera que os preços retomem a competitividade nas próximas semanas, com o repasse aos postos da queda nas usinas — que soma 28% desde a segunda semana de março.

O ganho, porém, se dará sobre um mercado muito menor. “Agora, na primeira quin-

Evolução dos preços dos combustíveis após a pandemia



Fonte: ANP

zena de abril é que o consumo vai apresentar queda significativa”, afirma. A crise, diz, pega ao menos 30% das empresas com eleva do endividamento.

O mercado entende que a isenção temporária da cobrança de PIS/Cofins sobre o produto já é consenso no governo. A alíquota atual é de R\$ 0,24 por litro (R\$ 0,13 cobrados dos produtores e

R\$ 0,11 dos distribuidores).

O Ministério da Agricultura diz que detalhes ainda estão sendo discutidos com o Ministério da Economia. As duas partes também avaliam uma linha de crédito para financiar estoques e reduzir o prejuízo do consumidor enquanto o consumo não retoma.

O setor pede ainda aumento da Cide na gasolina, hoje em

R\$ 0,10 por litro. A medida estaria sendo avaliada pelo Ministério de Minas e Energia, que não respondeu ao pedido de informações sobre o tema.

No início de março, o presidente Jair Bolsonaro se mostrou contrário à elevação da carga tributária sobre o combustível, então o proposta pela pasta para formar um colchão e diluir o repasse da volatilidade internacional das cotações do petróleo para as bombas.

“Agora estamos em situação de guerra”, defende Pádua, citando que o setor gera mais de 75 mil empregos diretos.

Redução na demanda por combustíveis abriu discussões também sobre o Renovabio, criado em 2016 para financiar a expansão de biocombustíveis. Distribuidoras pedem o adiamento do início do programa, previsto para 2020.

O Renovabio determina que vendedores de derivados de petróleo comprem dos produtores de biocombustíveis certificados de descarboni-

zação em volume equivalente ao montante de combustíveis que comercializam.

A ideia é penalizar o comércio de combustíveis mais poluentes. As empresas do setor alegam, porém, que as metas individuais de compra de certificados foram calculadas com base no consumo de 2019.

Presidente da distribuidora Rodoil, Roberto Tonietto diz que suas vendas de gasolina caíram 70% e as de diesel, 30%. A empresa tem uma rede de 400 postos e abastece outros 2.000 de bandeira branca.

“É algo que vou ter que passar para o preço, não tem como arcar com isso”, diz. Segundo ele, além da queda de consumo, não há sinais de qual seria o preço dos certificados.

“A gente não sabe se já chegou no pico [da pandemia], quando vai normalizar”.

Unica é contrária ao adiamento do programa, mas diz que o governo pode calibrar as metas. A pasta de Minas e Energia não respondeu.

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@folha.com.br

Comércio agrícola vai ficar mais protecionista, diz pesquisador do Ipea

O coronavírus vai trazer grandes mudanças no comércio mundial, com um possível aumento do protecionismo. Esse rearranjo nas transações internacionais, que vai implicar uma forte desaceleração do comércio mundial, será feito, em boa parte, com base em medidas não tarifárias. Daí a importância de o Brasil conhecer bem essas medidas para administrar o seu comércio e saber como negociar nas relações bilaterais.

A avaliação é de Marcelo Nonnenberg, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Ele e as pesquisadoras Gerlane Andrade, Helena Oliveira e Alice Saccaro fizeram um extenso levantamento, que chamam de estudo exploratório, sobre as imposições de medidas não tarifárias no comércio mundial agrícola desde 1970.

O objetivo é verificar os efeitos dessas medidas sobre o agronegócio brasileiro.

Nonnenberg diz que as barreiras tarifárias têm diminuído ao longo dos anos, mas as

medidas não tarifárias (MNTs) tiveram uma forte evolução, nas décadas recentes.

De 1970 a 2017, os pesquisadores levantaram 60.712 barreiras não tarifárias no mundo, considerando 10 produtos, todos importantes na pauta das exportações do agronegócio brasileiro. Apenas de 2010 a 2017, foram 39.055 casos.

O Brasil começou a entrar mais fortemente na lista dos que sofreram essas barreiras a partir dos anos 2000, quando o país elevou a participação no cenário internacional no fornecimento de alimentos.

De 1970 a 2017, os produtos brasileiros foram alvo de 328 barreiras não tarifárias.

Destas, 202 são de 2010 a 2017. Segundo Nonnenberg, o número de medidas não tarifárias recebidas pelo Brasil é maior ou igual à média dos demais.

O país vem assumindo posições importantes no mercado internacional, liderando as exportações mundiais em pelos menos oito produtos.

Essa liderança brasileira vai

das tradicionais exportações de café a produtos mais recentes como soja, carnes e milho, como ocorreu em 2019.

O pesquisador do Ipea diz que nem todas as medidas não tarifárias são restritivas. Algumas, por exemplo, indicam apenas que uma caixa deverá ter uma seta vermelha indicando a posição para cima ou que o conteúdo dela é frágil. A maioria das medidas, no entanto, são sanitárias ou fitossanitárias. Nesse caso, podem implicar redução de comércio.

Parte das barreiras é baseada em ciência, mas outras mostram apenas um sentimento de preocupação, segundo Nonnenberg. Uma coisa é impedir a entrada de carne de países que têm a doença da vaca louca. Outra é impedir a importação apenas porque o importador acha que o produto não esteja bom.

"Conhecer o funcionamento e os impactos dessas medidas é essencial para o Brasil", diz ele. O comércio mundial de produtos agrícolas prati-



Colheita de abobrinha em Florida City, na Flórida (EUA)

Joe Raedle - Getty Images/IFOP

camente dobrou, em termos reais, de 1995 a 2015.

A demanda por alimentos é crescente, principalmente nos países emergentes nos quais há um aumento de renda.

Já a oferta de produtos também cresceu, devido a novas tecnologias e a maior produtividade. Essa produção, no entanto, se concentrou em

poucos países.

As medidas não tarifárias podem ser impostas tanto contra produtos de países individuais como para todo o comércio mundial. Os produtos mais afetados nos últimos anos têm sido carnes bovina e de aves e couro, itens nos quais o país tem grande importância no cenário internacional.

O Brasil recebe um elevado número de medidas não tarifárias em todos os produtos, e a participação das exportações brasileiras relativamente alta em todos eles.

Nos casos de açúcar, carne de aves e soja, essa participação é superior a 40%; nos demais, vai de 12% a 28%. Além disso, é um dos principais exportadores desses produtos.

Os pesquisadores constatarem que, de 1970 a 2017, a carne de ave brasileira recebeu 62 medidas não tarifárias, 42 delas no período de 2010 a 2017. A pressão sobre a carne bovina também foi grande, com 30 medidas de 2010 a 2017.

Têm presença marcante ainda na lista, nesse período, couro (26), milho (31) e celulose (13). Carne bovina e de aves e couro representam 44% das medidas não tarifárias.

Mas o número de medidas nem sempre mostra o peso sobre as exportações. O levantamento dos pesquisadores apontou que, mesmo tendo poucas medidas não tarifárias de ordem sanitária ou fitossanitária, as exportações de um produto podem ser muito afetadas.

O café, por exemplo, tem apenas seis medidas, mas elas afetam 32% das exportações.

1 milhão de formais já tiveram salário e jornada reduzidos

Govto estima que suspensões devam alcançar 24,5 milhões de trabalhadores

Bernardo Caram e Matheus Teixeira

BRASÍLIA O governo anunciou nesta segunda-feira (13) que mais de 1 milhão de acordos entre patrões e trabalhadores já foram feitos neste mês para reduzir jornadas e salários ou suspender contratos de trabalho durante a pandemia do novo coronavírus.

A informação é do secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco. O dado inclui acordos individuais e também acordos coletivos de categorias feitos com intermediação de sindicatos.

"Nesse período, os empresários, confiantes na medida, e os empregados também se uniram e chegaram aos seus acordos individuais e coletivos. Podemos dizer que essa medida provisória já tem frutuação, e os frutos são mais de 1 milhão de empregos preservados", disse.

No dia 9, o presidente Jair Bolsonaro editou uma MP (medida provisória) que autoriza corte salarial e jornada de trabalhadores durante a crise provocada pelo novo coronavírus. As reduções poderão ser feitas em qualquer percentual, podendo chegar a 100%.

Trabalhadores afetados receberão uma compensação do governo que pode chegar a 100% do que receberiam de seguro-desemprego em caso de demissão.

Nas contas do governo, a suspensão dos contratos ou redução de salário e jornada deve alcançar 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

O custo total do programa aos cofres públicos é estimado em R\$ 51,2 bilhões.

Por acordo individual, o empregador pode fazer cortes de jornadas e salários em 25%, 50% ou 70% por até três meses, a depender da faixa de renda do trabalhador.

Nos acordos coletivos, é permitida redução em qualquer percentual.

O governo pagará a esses trabalhadores uma proporção do valor do seguro-de-

semprego equivalente ao percentual do corte de salário. A compensação será de 25%, 50% ou 70% do seguro-desemprego, que varia de R\$ 1.045 a R\$ 1.813,03.

A suspensão de contratos, por sua vez, pode ser feita por até dois meses, o empregado recebe valor integral do seguro-desemprego.

O secretário disse que os dados serão atualizados periodicamente. Um site do governo trará uma espécie de "empregômetro", quantificando o número de acordos firmados.

não deixava claros os efeitos do acordo individual.

A decisão desta semana foi tomada após recurso da AGU (Advocacia-Geral da União), comandada pelo ministro André Mendonça. O ministro rejeitou o recurso, mas esclareceu pontos do despacho anterior que deixavam margem para interpretações diversas.

Especialistas e membros do governo chegaram a considerar que a decisão traria a validade imediata do acordo individual, exigindo o aval de sindicatos.

A proposta de negociação direta entre patrão e empregado para reduzir jornadas e suspender contratos durante a pandemia do novo coronavírus está na MP (medida provisória) 936, editada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Após a decisão da última semana, um recurso foi apresentado pela AGU. Agora, a nova decisão mantém o que havia sido determinado pelo ministro e deixa mais claros os pontos apresentados pelo governo.

De acordo com Mendonça, a nova decisão esclarece que todos os dispositivos da MP estão em pleno vigor e que os acordos individuais são válidos e têm efeito imediato. Diz ainda que, havendo acordo coletivo posterior, o empregado poderá aderir.

"Essa decisão traz segurança jurídica à matéria e garante o direito do trabalhador, o emprego e a sobrevivência de milhares de empresas. Vitória do país", afirmou o ministro.

Acordo individual tem efeito imediato, esclarece Lewandowski

Também nesta segunda-feira, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), deu nova decisão em que esclarece que acordos individuais de empresas para cortar salários e jornadas de trabalhadores têm efeito imediato, independentemente de posterior manifestação sindical.

Na segunda-feira passada (6), o magistrado havia decidido que os acordos individuais são válidos e têm efeito imediato. Diz ainda que, havendo acordo coletivo posterior, o empregado poderá aderir.

"Essa decisão traz segurança jurídica à matéria e garante o direito do trabalhador, o emprego e a sobrevivência de milhares de empresas. Vitória do país", afirmou o ministro.

Sindicatos cobram até R\$ 500 por aval, afirmam empresas

Em nota conjunta, CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical, CSB (Confederação dos Sindicatos do Brasil), UGT (União Geral dos Trabalhadores), CTB (Confederação dos Trabalhadores do Brasil) e NCST (Nova Central) disseram considerar a cobrança criminosa e que sindicatos seriam denunciados ao MPT (Ministério Público do Trabalho) caso insistissem na prática.

Além da Abrasel, a Ashop (associação dos lojistas de shoppings) também divulgou nota relatando a existência desse tipo de cobrança. Não informou, no entanto, quais sindicatos exigiram pagamento para liberar os acordos.

Para o professor de direito trabalhista da FMU Ricardo Calcini, a cobrança é ilegal. Ele afirma que os sindicatos têm o direito de buscar novas receitas, mas não deveriam cobrar por serviços que são próprios às suas funções. "Além de ilegal, me parece que acaba criando um estímulo à rescisão do contrato", diz.

SÃO PAULO Empresas que aderiram ao programa que permite redução de salário e jornada e suspensão de contratos relatam ter recebido cobranças de até R\$ 240 por funcionários para que os sindicatos de trabalhadores dessem

Fernanda Brigatti

ABANDONO DE EMPREGO
Solicitemos o comparecimento de **MIZLENE ALVES CAMPOS** portadora do Cartão de Trabalho nº 0307, Série 03073, SP, ao endereço abaixo, no prazo de 3 dias. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 852, inciso I da CLT. **Nome da Empresa: ECOLIMP SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA**, Endereço: Avenida Leonardo da Vinci, 951, Quilom. São Paulo, São Paulo, 14042320

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

Fundação Zerbini
CNPJ nº 06.833.874/0001-55
Avenida de Leão, 13

A Fundação Zerbini torna público o processo aberto para a Unidade do Instituto do Coração - IACC-UNICAMP a serem: Procs. 03/2020 - PJ - 03/2020 para Adaptação de Fisiocardiologia Pediátrica, conforme especificação constante no memorial descritivo do Anexo I do Edital que está anexado em 29/04/2020 às 09:30 hrs. Procs. 04/2020 - PJ - 04/2020 para Adaptação de Procs. 05/2020 - PJ - 05/2020 para Adaptação de Procs. 06/2020 - PJ - 06/2020 para Adaptação de Procs. 07/2020 - PJ - 07/2020 para Adaptação de Procs. 08/2020 - PJ - 08/2020 para Adaptação de Procs. 09/2020 - PJ - 09/2020 para Adaptação de Procs. 10/2020 - PJ - 10/2020 para Adaptação de Procs. 11/2020 - PJ - 11/2020 para Adaptação de Procs. 12/2020 - PJ - 12/2020 para Adaptação de Procs. 13/2020 - PJ - 13/2020 para Adaptação de Procs. 14/2020 - PJ - 14/2020 para Adaptação de Procs. 15/2020 - PJ - 15/2020 para Adaptação de Procs. 16/2020 - PJ - 16/2020 para Adaptação de Procs. 17/2020 - PJ - 17/2020 para Adaptação de Procs. 18/2020 - PJ - 18/2020 para Adaptação de Procs. 19/2020 - PJ - 19/2020 para Adaptação de Procs. 20/2020 - PJ - 20/2020 para Adaptação de Procs. 21/2020 - PJ - 21/2020 para Adaptação de Procs. 22/2020 - PJ - 22/2020 para Adaptação de Procs. 23/2020 - PJ - 23/2020 para Adaptação de Procs. 24/2020 - PJ - 24/2020 para Adaptação de Procs. 25/2020 - PJ - 25/2020 para Adaptação de Procs. 26/2020 - PJ - 26/2020 para Adaptação de Procs. 27/2020 - PJ - 27/2020 para Adaptação de Procs. 28/2020 - PJ - 28/2020 para Adaptação de Procs. 29/2020 - PJ - 29/2020 para Adaptação de Procs. 30/2020 - PJ - 30/2020 para Adaptação de Procs. 31/2020 - PJ - 31/2020 para Adaptação de Procs. 32/2020 - PJ - 32/2020 para Adaptação de Procs. 33/2020 - PJ - 33/2020 para Adaptação de Procs. 34/2020 - PJ - 34/2020 para Adaptação de Procs. 35/2020 - PJ - 35/2020 para Adaptação de Procs. 36/2020 - PJ - 36/2020 para Adaptação de Procs. 37/2020 - PJ - 37/2020 para Adaptação de Procs. 38/2020 - PJ - 38/2020 para Adaptação de Procs. 39/2020 - PJ - 39/2020 para Adaptação de Procs. 40/2020 - PJ - 40/2020 para Adaptação de Procs. 41/2020 - PJ - 41/2020 para Adaptação de Procs. 42/2020 - PJ - 42/2020 para Adaptação de Procs. 43/2020 - PJ - 43/2020 para Adaptação de Procs. 44/2020 - PJ - 44/2020 para Adaptação de Procs. 45/2020 - PJ - 45/2020 para Adaptação de Procs. 46/2020 - PJ - 46/2020 para Adaptação de Procs. 47/2020 - PJ - 47/2020 para Adaptação de Procs. 48/2020 - PJ - 48/2020 para Adaptação de Procs. 49/2020 - PJ - 49/2020 para Adaptação de Procs. 50/2020 - PJ - 50/2020 para Adaptação de Procs. 51/2020 - PJ - 51/2020 para Adaptação de Procs. 52/2020 - PJ - 52/2020 para Adaptação de Procs. 53/2020 - PJ - 53/2020 para Adaptação de Procs. 54/2020 - PJ - 54/2020 para Adaptação de Procs. 55/2020 - PJ - 55/2020 para Adaptação de Procs. 56/2020 - PJ - 56/2020 para Adaptação de Procs. 57/2020 - PJ - 57/2020 para Adaptação de Procs. 58/2020 - PJ - 58/2020 para Adaptação de Procs. 59/2020 - PJ - 59/2020 para Adaptação de Procs. 60/2020 - PJ - 60/2020 para Adaptação de Procs. 61/2020 - PJ - 61/2020 para Adaptação de Procs. 62/2020 - PJ - 62/2020 para Adaptação de Procs. 63/2020 - PJ - 63/2020 para Adaptação de Procs. 64/2020 - PJ - 64/2020 para Adaptação de Procs. 65/2020 - PJ - 65/2020 para Adaptação de Procs. 66/2020 - PJ - 66/2020 para Adaptação de Procs. 67/2020 - PJ - 67/2020 para Adaptação de Procs. 68/2020 - PJ - 68/2020 para Adaptação de Procs. 69/2020 - PJ - 69/2020 para Adaptação de Procs. 70/2020 - PJ - 70/2020 para Adaptação de Procs. 71/2020 - PJ - 71/2020 para Adaptação de Procs. 72/2020 - PJ - 72/2020 para Adaptação de Procs. 73/2020 - PJ - 73/2020 para Adaptação de Procs. 74/2020 - PJ - 74/2020 para Adaptação de Procs. 75/2020 - PJ - 75/2020 para Adaptação de Procs. 76/2020 - PJ - 76/2020 para Adaptação de Procs. 77/2020 - PJ - 77/2020 para Adaptação de Procs. 78/2020 - PJ - 78/2020 para Adaptação de Procs. 79/2020 - PJ - 79/2020 para Adaptação de Procs. 80/2020 - PJ - 80/2020 para Adaptação de Procs. 81/2020 - PJ - 81/2020 para Adaptação de Procs. 82/2020 - PJ - 82/2020 para Adaptação de Procs. 83/2020 - PJ - 83/2020 para Adaptação de Procs. 84/2020 - PJ - 84/2020 para Adaptação de Procs. 85/2020 - PJ - 85/2020 para Adaptação de Procs. 86/2020 - PJ - 86/2020 para Adaptação de Procs. 87/2020 - PJ - 87/2020 para Adaptação de Procs. 88/2020 - PJ - 88/2020 para Adaptação de Procs. 89/2020 - PJ - 89/2020 para Adaptação de Procs. 90/2020 - PJ - 90/2020 para Adaptação de Procs. 91/2020 - PJ - 91/2020 para Adaptação de Procs. 92/2020 - PJ - 92/2020 para Adaptação de Procs. 93/2020 - PJ - 93/2020 para Adaptação de Procs. 94/2020 - PJ - 94/2020 para Adaptação de Procs. 95/2020 - PJ - 95/2020 para Adaptação de Procs. 96/2020 - PJ - 96/2020 para Adaptação de Procs. 97/2020 - PJ - 97/2020 para Adaptação de Procs. 98/2020 - PJ - 98/2020 para Adaptação de Procs. 99/2020 - PJ - 99/2020 para Adaptação de Procs. 100/2020 - PJ - 100/2020 para Adaptação de Procs. 101/2020 - PJ - 101/2020 para Adaptação de Procs. 102/2020 - PJ - 102/2020 para Adaptação de Procs. 103/2020 - PJ - 103/2020 para Adaptação de Procs. 104/2020 - PJ - 104/2020 para Adaptação de Procs. 105/2020 - PJ - 105/2020 para Adaptação de Procs. 106/2020 - PJ - 106/2020 para Adaptação de Procs. 107/2020 - PJ - 107/2020 para Adaptação de Procs. 108/2020 - PJ - 108/2020 para Adaptação de Procs. 109/2020 - PJ - 109/2020 para Adaptação de Procs. 110/2020 - PJ - 110/2020 para Adaptação de Procs. 111/2020 - PJ - 111/2020 para Adaptação de Procs. 112/2020 - PJ - 112/2020 para Adaptação de Procs. 113/2020 - PJ - 113/2020 para Adaptação de Procs. 114/2020 - PJ - 114/2020 para Adaptação de Procs. 115/2020 - PJ - 115/2020 para Adaptação de Procs. 116/2020 - PJ - 116/2020 para Adaptação de Procs. 117/2020 - PJ - 117/2020 para Adaptação de Procs. 118/2020 - PJ - 118/2020 para Adaptação de Procs. 119/2020 - PJ - 119/2020 para Adaptação de Procs. 120/2020 - PJ - 120/2020 para Adaptação de Procs. 121/2020 - PJ - 121/2020 para Adaptação de Procs. 122/2020 - PJ - 122/2020 para Adaptação de Procs. 123/2020 - PJ - 123/2020 para Adaptação de Procs. 124/2020 - PJ - 124/2020 para Adaptação de Procs. 125/2020 - PJ - 125/2020 para Adaptação de Procs. 126/2020 - PJ - 126/2020 para Adaptação de Procs. 127/2020 - PJ - 127/2020 para Adaptação de Procs. 128/2020 - PJ - 128/2020 para Adaptação de Procs. 129/2020 - PJ - 129/2020 para Adaptação de Procs. 130/2020 - PJ - 130/2020 para Adaptação de Procs. 131/2020 - PJ - 131/2020 para Adaptação de Procs. 132/2020 - PJ - 132/2020 para Adaptação de Procs. 133/2020 - PJ - 133/2020 para Adaptação de Procs. 134/2020 - PJ - 134/2020 para Adaptação de Procs. 135/2020 - PJ - 135/2020 para Adaptação de Procs. 136/2020 - PJ - 136/2020 para Adaptação de Procs. 137/2020 - PJ - 137/2020 para Adaptação de Procs. 138/2020 - PJ - 138/2020 para Adaptação de Procs. 139/2020 - PJ - 139/2020 para Adaptação de Procs. 140/2020 - PJ - 140/2020 para Adaptação de Procs. 141/2020 - PJ - 141/2020 para Adaptação de Procs. 142/2020 - PJ - 142/2020 para Adaptação de Procs. 143/2020 - PJ - 143/2020 para Adaptação de Procs. 144/2020 - PJ - 144/2020 para Adaptação de Procs. 145/2020 - PJ - 145/2020 para Adaptação de Procs. 146/2020 - PJ - 146/2020 para Adaptação de Procs. 147/2020 - PJ - 147/2020 para Adaptação de Procs. 148/2020 - PJ - 148/2020 para Adaptação de Procs. 149/2020 - PJ - 149/2020 para Adaptação de Procs. 150/2020 - PJ - 150/2020 para Adaptação de Procs. 151/2020 - PJ - 151/2020 para Adaptação de Procs. 152/2020 - PJ - 152/2020 para Adaptação de Procs. 153/2020 - PJ - 153/2020 para Adaptação de Procs. 154/2020 - PJ - 154/2020 para Adaptação de Procs. 155/2020 - PJ - 155/2020 para Adaptação de Procs. 156/2020 - PJ - 156/2020 para Adaptação de Procs. 157/2020 - PJ - 157/2020 para Adaptação de Procs. 158/2020 - PJ - 158/2020 para Adaptação de Procs. 159/2020 - PJ - 159/2020 para Adaptação de Procs. 160/2020 - PJ - 160/2020 para Adaptação de Procs. 161/2020 - PJ - 161/2020 para Adaptação de Procs. 162/2020 - PJ - 162/2020 para Adaptação de Procs. 163/2020 - PJ - 163/2020 para Adaptação de Procs. 164/2020 - PJ - 164/2020 para Adaptação de Procs. 165/2020 - PJ - 165/2020 para Adaptação de Procs. 166/2020 - PJ - 166/2020 para Adaptação de Procs. 167/2020 - PJ - 167/2020 para Adaptação de Procs. 168/2020 - PJ - 168/2020 para Adaptação de Procs. 169/2020 - PJ - 169/2020 para Adaptação de Procs. 170/2020 - PJ - 170/2020 para Adaptação de Procs. 171/2020 - PJ - 171/2020 para Adaptação de Procs. 172/2020 - PJ - 172/2020 para Adaptação de Procs. 173/2020 - PJ - 173/2020 para Adaptação de Procs. 174/2020 - PJ - 174/2020 para Adaptação de Procs. 175/2020 - PJ - 175/2020 para Adaptação de Procs. 176/2020 - PJ - 176/2020 para Adaptação de Procs. 177/2020 - PJ - 177/2020 para Adaptação de Procs. 178/2020 - PJ - 178/2020 para Adaptação de Procs. 179/2020 - PJ - 179/2020 para Adaptação de Procs. 180/2020 - PJ - 180/2020 para Adaptação de Procs. 181/2020 - PJ - 181/2020 para Adaptação de Procs. 182/2020 - PJ - 182/2020 para Adaptação de Procs. 183/2020 - PJ - 183/2020 para Adaptação de Procs. 184/2020 - PJ - 184/2020 para Adaptação de Procs. 185/2020 - PJ - 185/2020 para Adaptação de Procs. 186/2020 - PJ - 186/2020 para Adaptação de Procs. 187/2020 - PJ - 187/2020 para Adaptação de Procs. 188/2020 - PJ - 188/2020 para Adaptação de Procs. 189/2020 - PJ - 189/2020 para Adaptação de Procs. 190/2020 - PJ - 190/2020 para Adaptação de Procs. 191/2020 - PJ - 191/2020 para Adaptação de Procs. 192/2020 - PJ - 192/2020 para Adaptação de Procs. 193/2020 - PJ - 193/2020 para Adaptação de Procs. 194/2020 - PJ - 194/2020 para Adaptação de Procs. 195/2020 - PJ - 195/2020 para Adaptação de Procs. 196/2020 - PJ - 196/2020 para Adaptação de Procs. 197/2020 - PJ - 197/2020 para Adaptação de Procs. 198/2020 - PJ - 198/2020 para Adaptação de Procs. 199/2020 - PJ - 199/2020 para Adaptação de Procs. 200/2020 - PJ - 200/2020 para Adaptação de Procs. 201/2020 - PJ - 201/2020 para Adaptação de Procs. 202/2020 - PJ - 202/2020 para Adaptação de Procs. 203/2020 - PJ - 203/2020 para Adaptação de Procs. 204/2020 - PJ - 204/2020 para Adaptação de Procs. 205/2020 - PJ - 205/2020 para Adaptação de Procs. 206/2020 - PJ - 206/2020 para Adaptação de Procs. 207/2020 - PJ - 207/2020 para Adaptação de Procs. 208/2020 - PJ - 208/2020 para Adaptação de Procs. 209/2020 - PJ - 209/2020 para Adaptação de Procs. 210/2020 - PJ - 210/2020 para Adaptação de Procs. 211/2020 - PJ - 211/2020 para Adaptação de Procs. 212/2020 - PJ - 212/2020 para Adaptação de Procs. 213/2020 - PJ - 213/2020 para Adaptação de Procs. 214/2020 - PJ - 214/2020 para Adaptação de Procs. 215/2020 - PJ - 215/2020 para Adaptação de Procs. 216/2020 - PJ - 216/2020 para Adaptação de Procs. 217/2020 - PJ - 217/2020 para Adaptação de Procs. 218/2020 - PJ - 218/2020 para Adaptação de Procs. 219/2020 - PJ - 219/2020 para Adaptação de Procs. 220/2020 - PJ - 220/2020 para Adaptação de Procs. 221/2020 - PJ - 221/2020 para Adaptação de Procs. 222/2020 - PJ - 222/2020 para Adaptação de Procs. 223/2020 - PJ - 223/2020 para Adaptação de Procs. 224/2020 - PJ - 224/2020 para Adaptação de Procs. 225/2020 - PJ - 225/2020 para Adaptação de Procs. 226/2020 - PJ - 226/2020 para Adaptação de Procs. 227/2020 - PJ - 227/2020 para Adaptação de Procs. 228/2020 - PJ - 228/2020 para Adaptação de Procs. 229/2020 - PJ - 229/2020 para Adaptação de Procs. 230/2020 - PJ - 230/2020 para Adaptação de Procs. 231/2020 - PJ - 231/2020 para Adaptação de Procs. 232/2020 - PJ - 232/2020 para Adaptação de Procs. 233/2020 - PJ - 233/2020 para Adaptação de Procs. 234/2020 - PJ - 234/2020 para Adaptação de Procs. 235/2020 - PJ - 235/2020 para Adaptação de Procs. 236/2020 - PJ - 236/2020 para Adaptação de Procs. 237/2020 - PJ - 237/2020 para Adaptação de Procs. 238/2020 - PJ - 238/2020 para Adaptação de Procs. 239/2020 - PJ - 239/2020 para Adaptação de Procs. 240/2020 - PJ - 240/2020 para Adaptação de Procs. 241/2020 - PJ - 241/2020 para Adaptação de Procs. 242/2020 - PJ - 242/2020 para Adaptação de Procs. 243/2020 - PJ - 243/2020 para Adaptação de Procs. 244/2020 - PJ - 244/2020 para Adaptação de Procs. 245/2020 - PJ - 245/2020 para Adaptação de Procs. 246/2020 - PJ - 246/2020 para Adaptação de Procs. 247/2020 - PJ - 247/2020 para Adaptação de Procs. 248/2020 - PJ - 248/2020 para Adaptação de Procs. 249/2020 - PJ - 249/2020 para Adaptação de Procs. 250/2020 - PJ - 250/2020 para Adaptação de Procs. 251/2020 - PJ - 251/2020 para Adaptação de Procs. 252/2020 - PJ - 252/2020 para Adaptação de Procs. 253/2020 - PJ - 253/2020 para Adaptação de Procs. 254/2020 - PJ - 254/2020 para Adaptação de Procs. 255/2020 - PJ - 255/2020 para Adaptação de Procs. 256/2020 - PJ - 256/2020 para Adaptação de Procs. 257/2020 - PJ - 257/2020 para Adaptação de Procs. 258/2020 - PJ - 258/2020 para Adaptação de Procs. 259/2020 - PJ - 259/2020 para Adaptação de Procs. 260/2020 - PJ - 260/2020 para Adaptação de Procs. 261/2020 - PJ - 261/2020 para Adaptação de Procs. 262/2020 - PJ - 262/2020 para Adaptação de Procs. 263/2020 - PJ - 263/2020 para Adaptação de Procs. 264/2020 - PJ - 264/2020 para Adaptação de Procs. 265/2020 - PJ - 265/2020 para Adaptação de Procs. 266/2020 - PJ - 266/2020 para Adaptação de Procs. 267/2020 - PJ - 267/2020 para Adaptação de Procs. 268/2020 - PJ - 268/2020 para Adaptação de Procs. 269/2020 - PJ - 269/2020 para Adaptação de Procs. 270/2020 - PJ - 270/2020 para Adaptação de Procs. 271/2020 - PJ - 271/2020 para Adaptação de Procs. 272/2020 - PJ - 272/2020 para Adaptação de Procs. 273/2020 - PJ - 273/2020 para Adaptação de Procs. 274/2020 - PJ - 274/2020 para Adaptação de Procs. 275/2020 - PJ - 275/2020 para Adaptação de Procs. 276/2020 - PJ - 276/2020 para Adaptação de Procs. 277/2020 - PJ - 277/2020 para Adaptação de Procs. 278/2020 - PJ - 278/2020 para Adaptação de Procs. 279/2020 - PJ - 279/2020 para Adaptação de Procs. 280/2020 - PJ - 280/2020 para Adaptação de Procs. 281/2020 - PJ - 281/2020 para Adaptação de Procs. 282/2020 - PJ - 282/2020 para Adaptação de Procs. 283/2020 - PJ - 283/2020 para Adaptação de Procs. 284/2020 - PJ - 284/2020 para Adaptação de Procs. 285/2020 - PJ - 285/2020 para Adaptação de Procs. 286/2020 - PJ - 286/2020 para Adaptação de Procs. 287/2020 - PJ - 287/2020 para Adaptação de Procs. 288/2020 - PJ - 288/2020 para Adaptação de Procs. 289/2020 - PJ - 289/2020 para Adaptação de Procs. 290/2020 - PJ - 290/2020 para Adaptação de Procs. 291/2020 - PJ - 291/2020 para Adaptação de Procs. 292/2020 - PJ - 292/2020 para Adaptação de Procs. 293/2020 - PJ - 293/2020 para Adaptação de Procs. 294/2020 - PJ - 294/2020 para Adaptação de Procs. 295/2020 - PJ - 295/2020 para Adaptação de Procs. 296/2020 - PJ - 296/2020 para Adaptação de Procs. 297/2020 - PJ - 297/2020 para Adaptação de Procs. 298/2020 - PJ - 298/2020 para Adaptação de Procs. 299/2020 - PJ - 299/2020 para Adaptação de Procs. 300/2020 - PJ - 300/2020 para Adaptação de Procs. 301/2020 - PJ - 301/2020 para Adaptação de Procs. 302/2020 - PJ - 302/2020 para Adaptação de Procs. 303/2020 - PJ - 303/2020 para Adaptação de Procs. 304/2020 - PJ - 304/2020 para Adaptação de Procs. 305/2020 - PJ - 305/2020 para Adaptação de Procs. 306/2020 - PJ - 306/2020 para Adaptação de Procs. 307/2020 - PJ - 307/2020 para Adaptação de Procs. 308/2020 - PJ - 308/2020 para Adaptação de Procs. 309/2020 - PJ - 309/2020 para Adaptação de Procs. 310/2020 - PJ - 310/2020 para Adaptação de Procs. 311/2020 - PJ - 311/2020 para Adaptação de Procs. 312/2020 - PJ - 312/2020 para Adaptação de Procs. 313/2020 - PJ - 313/2020 para Adaptação de Procs. 314/2020 - PJ - 314/2020 para Adaptação de Procs. 315/2020 - PJ - 31

saúde coronavírus

Doze capitais do país estão em nível de emergência por coronavírus

Pior índice é o de Fortaleza, seguida de São Paulo e Manaus; crise já custou R\$ 12 bilhões do SUS

Natália Cancian, Renato Machado e Talita Fernandes

BRASÍLIA Doze capitais já possuem taxas de incidência de casos do novo coronavírus, padrão que considera o volume de casos pela população, em patamar que indica situação de emergência.

O Ministério da Saúde adota essa classificação quando os índices ficam 25% acima da média nacional, hoje de 11 casos para 1 milhão de habitantes, um alerta devido ao aumento de casos da Covid-19.

Os dados foram informados nesta segunda (13) pela pasta.

"Dividimos essa incidência em três partes, como um sinal de trânsito. Em vermelho [cor que indica o patamar de emergência], é um alerta, pare, interrompa", explica o secretário de vigilância em saúde, Wanderson Oliveira, em referência às medidas de distanciamento social e redução de circulação que são recomendadas nestes casos.

As outras classificações são amarela, que indica atenção —para cidades acima da média nacional, mas em padrão ainda menor que as demais—, e verde, para aquelas abaixo desse parâmetro.

Entre as cidades, o maior coeficiente de incidência ocorre em Fortaleza, que registra 573 casos a cada 1 milhão de habitantes. Em seguida, está São Paulo, com 518 casos a cada 1 milhão, e Manaus, com 482 na mesma proporção.

Também entram na lista as cidades de Macapá, Florianópolis, Recife, São Luís, Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre, Brasília e Boa Vista. "Significa que temos que aumentar a atenção esses lugares", afirma Oliveira.

Nos últimos dias, o aumento acelerado de casos fez o Ministério da Saúde enviar uma carga de 60 respiradores para Fortaleza, Manaus e Macapá.

A escolha das cidades ocorreu com base em dados do volume de casos para a população e também da estrutura disponível na rede de saúde para atendimento, informou a pasta.

Nesta segunda, em novas medidas de reforço, a pasta anunciou o envio de membros da Força Nacional do SUS, composta por profissionais de saúde com experiência para atuar em situações de emergência, a Manaus. A equipe será composta por dez enfermeiros e sete médicos.

Em outra frente, a ideia é enviar recursos para instalar 350 leitos extras no hospital Delphina Aziz, referência no atendimento de casos do coronavírus na capital amazense, e adotar medidas para reabrir um hospital privado que estava fechado.

O secretário de vigilância em saúde, Wanderson Oliveira, disse não ser possível afirmar que todas as regiões terão impacto semelhante ao ocorrido em Manaus.

Ele fez um apelo para que gestores locais tentem modular recomendações de distanciamento social de acordo com a estrutura disponível.

Neste sentido, o Ministério da Saúde trouxe um comparativo de medidas de distanciamento social em quatro capitais com dados de incidência e ocupação de leitos.

Entre os exemplos, está Recife, que tem índice acima de 50% da taxa nacional e 90 a 95% da capacidade instalada.

Neste caso, há necessidade de distanciamento social ampliado, quando a recomendação de evitar o máximo possível a circulação vale para toda a população. Já em Curitiba, onde a in-

cidência ainda está em nível de atenção e 58% dos leitos de UTI estão ocupados, a recomendação é de distanciamento seletivo, focado sobretudo em grupos mais vulneráveis, como idosos e pessoas com doenças crônicas.

Situação diferente, no entanto, é vista em Campo Grande, cidade que, embora esteja abaixo da taxa de incidência nacional, tem a maioria dos leitos da rede pública hoje ocupados. Ou seja, caso haja aumento de casos do novo coronavírus, haveria pouco espaço para atendimento —dai a necessidade de manter medidas de isolamento.

"Campo Grande está com 98% de ocupação e não tem leitos opcionais. Significa que tem [número de] leitos muito próximo do limite", disse Oliveira. "Ela necessita de um distanciamento social ampliado por conta desses dados."

"Não podemos baixar a guarda. Tem vários lugares que ainda não conseguiram implementar leitos suplementares", completou.

A região metropolitana de São Luís é outra que gera preocupação. Segundo o secretário-executivo da pasta, João Gabbardo dos Reis, a ocupação de leitos já se aproxima do limite. A ideia é que sejam enviados dez leitos extras.

Até o momento, o novo coronavírus já consumiu ao menos R\$ 12 bilhões de recursos do Sistema Único de Saúde.

"Isso é o que o Ministério da Saúde já empenhou, transferiu para estados e municípios, e recursos com que nós estamos fazendo as aquisições para transferência para todos os estados", disse o secretário-executivo, em entrevista à imprensa.

Gabbardo informou que parte expressiva desse montante se refere aos valores repassados para estados e municípios, em torno de R\$ 5 bilhões. O secretário-executivo rebateu críticas a respeito dos critérios usados pelo ministério para dividir os recursos.

Alguns municípios e estados mais atingidos, de acordo com o secretário-executivo, reclamam do fato de que mesmo localidades em estágio inicial do surto ou sem casos confirmados também recebem os repasses.

"Nossa intenção foi repassar recursos para todos, para que todos, mesmo ainda não tendo casos, possam estar com a sua situação financeira equilibrada e em condições de fazer as aquisições dos insumos necessários", disse. "Quem não tem ainda pacientes confirmados na semana que vem pode ter, daí a duas semanas vai ter", completou.

Segundo ele, o ministério fechou nesta segunda um contrato com a empresa brasileira Intermed para aquisição de 4.300 ventiladores pulmonares, usados em pacientes com quadro grave e dificuldade para respirar. O valor investido é de R\$ 258 milhões.

Com isso, o volume que será adquirido por meio de produção nacional deve chegar a 10.800 equipamentos.

Na última semana, a pasta havia fechado contrato semelhante com a empresa Magnamed, que fará parceria com outras indústrias para fabricação de 6.500 respiradores, como também são chamados.

Segundo o ministério, o Brasil tem 65 mil respiradores, dos quais 46 mil estão disponíveis no SUS.

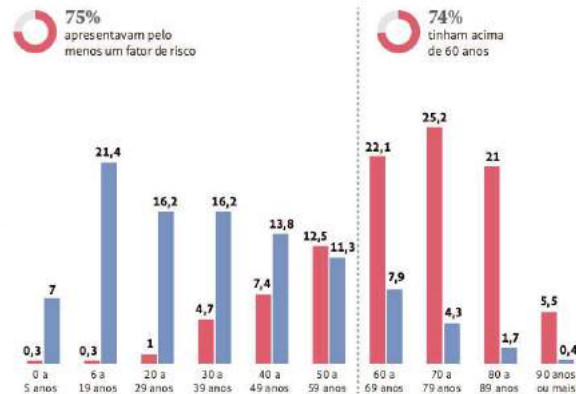
Gabbardo diz que parte do material que estava em desuso tem passado por manutenção pelo Senal. A previsão é que sejam consertados até 4.000 aparelhos.

Perfil dos mortos por coronavírus no Brasil

Balanco das mortes, por idade e fatores de risco

Por faixa etária

■ do total de mortes (os dados correspondem a 1.066 mortes, que já foram investigadas)
■ da população brasileira



Mortes por Covid-19, por gênero, em %



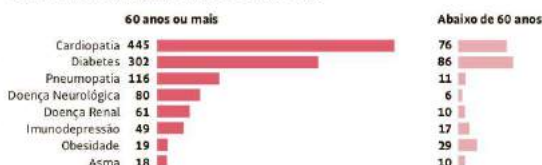
Mortes por Covid-19, por raça/cor, em %



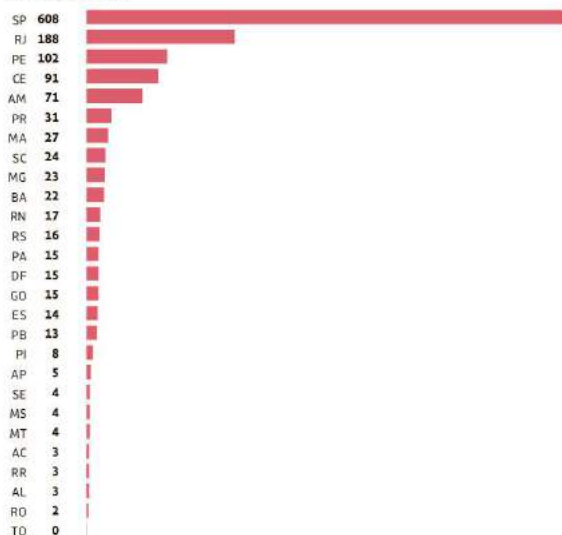
Internações por síndrome respiratória aguda grave confirmada para Covid-19, por raça/cor, em %



Total de mortes, por grupo de risco e faixa etária



Mortes por estado



*Boletim de segunda (13) não atualizou dados de raça/cor, dados são de 10. abr. Fonte: Ministério da Saúde

Detento do DF pode ter contaminado outros 20, diz Moro

BRASÍLIA O ministro da Justiça, Sérgio Moro, informou nesta segunda (13) que três presos foram infectados com o novo coronavírus na última semana no país. Em um caso, a verificação tardia pode ter resultado na propagação do vírus para outros 20 detentos.

"Tivemos desde a última semana três casos confirmados: um no Pará —um preso que saiu em saída temporária e, em retornando, apresentou sintomas e foi colocado em prisão domiciliar; um preso no Ceará e um no Distrito Federal", disse. Este último é o que pode ter infectado outros 20 detentos.

Moro reforçou que a proteção da população carcerária deve acontecer por meio do isolamento, impedindo visitas e saídas temporárias. O ministro alertou que há o risco de motins e rebeliões por causa da medida, mas que, por enquanto, verificou "compreensão" por parte dos presos.

O Ministério da Justiça tem recomendado a criação de um espaço carcerário específico para recém-chegados nas unidades, para que permaneçam em um período de quarentena.

O ministro ponderou que não é contra recomendação do Conselho Nacional de Justiça, para que juízes avaliem a possibilidade de conceder liberdade a alguns presos para evitar a propagação do vírus.

"Eu acho válida", disse Moro, que ressaltou que esse trata de uma recomendação, não uma obrigação. "O juiz não deve colocar presos perigosos em liberdade."

Moro descartou uma testagem massiva dos detentos para detectar possíveis casos e assim evitar a propagação do vírus nas penitenciárias. O ministro afirmou que a prioridade será dada para os agentes de segurança, entre eles os policiais do sistema penal.

"Quando falamos em agentes de segurança [que devem realizar os testes], devemos também os policiais penais. E não ainda a população carcerária", afirmou. "Havendo maior disponibilidade desses testes, vamos poder realizar a testagem da população carcerária. Depende da disponibilidade e das prioridades."

O ministro também informou que sua pasta está adquirindo equipamentos de proteção individual, que serão destinados aos estados para serem usados por agentes penitenciários.

Rodovias federais registram queda de 28% em acidentes

BRASÍLIA A diminuição de tráfego em rodovias federais devido à pandemia do novo coronavírus provocou uma queda no número de acidentes e mortes em rodovias federais.

Segundo Sérgio Moro (Justiça), houve redução de 28% de acidentes e de 7% das mortes entre 11 de março e 12 de abril em comparação a período equivalente em 2019. Os dados são da Polícia Rodoviária Federal.

Moro disse ainda que, do percentual, a diminuição de acidentes graves foi de 23% no intervalo. Também houve queda no número de roubo de cargas (19%) e de roubo a ônibus (49%). Natália Cancian, Renato Machado e Talita Fernandes

‘Barômetro’ vai medir eficácia de medidas sobre a economia

Força-tarefa vai levantar dados para auxiliar equipe econômica na formulação de ações mais específicas de socorro

Por Daniel Rittner — De Brasília

14/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Estrutura diferente para a crise

As 11 forças-tarefas montadas pelo Ministério da Economia

Qual grupo	O que faz
■ Gestão das contribuições setoriais	Receber propostas do setor produtivo e monitorar ações do governo
■ Perguntas e respostas para o setor produtivo	Site atualizado diariamente com explicações das medidas para orientar as empresas
■ Oferta de produtos críticos no combate à covid-19	Ampliação da capacidade produtiva da indústria nacional e distribuição dos produtos
■ Portal de qualificações	Plataforma online com mais de 700 cursos gratuitos para a quarentena
■ Soluções de inovação e startups	Identificação e aceleração de startups com inovações para o combate à pandemia
■ Garantias e créditos ao setor produtivo	Formulação de ações para linhas de crédito emergencial e garantias às empresas
■ Elaboração e articulação de instrumentos legais	Apoio técnico para a elaboração de MPs, decretos, portarias relacionadas à crise
■ Barômetro setorial	Monitoramento semanal do nível de atividade e impactos sobre cada setor
■ Planos setoriais críticos	Propor e articular ações específicas para setores afetados com a crise
■ Mapeamento das cadeias produtivas	Apoio na identificação e solução de problemas com fornecedores da indústria
■ Ações de retomada da atividade econômica	Monitoramento e apoio à formulação de protocolos sanitários para a reabertura

Fonte: Sepec/Ministério da Economia

Um “barômetro setorial” foi criado na Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) para monitorar semanalmente o nível de atividade e o

impacto das medidas oficiais de mitigação da crise em cada setor da economia brasileira.

Os números e indicadores levantados por essa força-tarefa vão auxiliar a equipe econômica na formulação de ações mais específicas de socorro para segmentos individuais. “É uma maneira objetiva de priorizar as soluções”, explicou ao **Valor** o secretário especial Carlos Da Costa.

Um acompanhamento em tempo real feito pelas autoridades do setor elétrico a pedido da Sepec demonstra, por exemplo, como o consumo de energia caiu no sistema interligado por ramo de atividade. Os dados comparam as duas primeiras semanas do pós-isolamento (18 de março a 3 de abril) com o período imediatamente anterior (entre os dias 1º e 17 de março). O tombo no consumo atingiu 45% para fabricantes de automóveis, 34% em têxteis, 32% em serviços, 26% em bebidas, 11% no comércio, 4% em metalurgia e 3% em químicos.

No início do “barômetro”, o termômetro era um questionário enviado às associações setoriais. Depois, começou a receber informações privadas, como as vendas processadas por cartões de crédito. Agora, o sistema começa a ser abastecido também com dados internos do próprio governo, como a arrecadação da Receita Federal.

“Tudo isso está se transformando em uma ferramenta muito robusta para orientar e justificar - o apoio do BNDES para setores específicos”, diz o secretário Da Costa. Para ele, todos estão sendo afetados pela pandemia de coronavírus e não há nenhum grupo de empresas “choramingando demais” nesta crise, mas alguns têm senso de urgência maior do que outros.

As forças-tarefas criadas no âmbito da Sepec abrangem uma série de iniciativas, como o Portal de Qualificações, que envolve dez instituições e oferece cerca de 700 cursos gratuitos. A capacitação a distância inclui áreas como administração, tecnologia da informação, inglês, empreendedorismo e competências gerais.

Os cursos são inteiramente on-line e organizados por áreas temáticas. Houve colaboração de entidades como Senai, Sebrae, Sest/Senac, Academia Microsoft,

aulas sem nenhuma cobrança. “As pessoas estão ficando mais em casa. Temos uma oferta grande de cursos on-line, mas muita gente não tem ideia da qualidade do que é oferecido e como eles se adaptam às suas necessidades.”

Outro grupo ficou responsável por um site específico com perguntas e respostas que possam “traduzir”, de forma mais simples, as medidas econômicas já tomadas pelo governo para atenuar a crise. A avaliação do ministério é que, com a avalanche de iniciativas anunciadas nas últimas semanas, muitas empresas - especialmente com estrutura menor - não têm recursos humanos suficientes para processar tantas informações em tão pouco tempo e fazer pleno uso das medidas.

A lista das forças-tarefas (*ver quadro acima*) contempla ainda equipes dedicadas ao estudo de instrumentos legais - medidas provisórias, decretos, portarias - para lidar com a pandemia e à estruturação de linhas de crédito ou de garantias para o setor privado. Da Costa afirma que novas medidas voltadas para as pequenas e microempresas estão perto de serem anunciadas.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Coreia do Norte lança mísseis de curto alcance, diz Coreia do Sul

Forças armadas da Coreia do Sul estão monitorando mais desenvolvimentos

14/04/2020 10:02 — Em Mundo

Petróleo opera em queda na sessão, mas sobe no mês com cortes de produção

Investidores tentam avaliar fundamentos da commodity após histórico acordo para reduzir oferta





14/04/2020 09:52 — Em Finanças

FMI: Queda dos preços das commodities coloca mais pressão sobre emergentes

14/04/2020 09:50 — Em Mundo

Irã tem menor número de mortes por coronavírus em quase um mês

"Devemos manter o distanciamento social e ficar em casa o máximo possível", disse o porta-voz do Ministério da Saúde, Kianush Jahanpoor



PIB do Reino Unido pode recuar 35% no 2º trimestre com impacto de coronavírus

Previsão é do Escritório de Responsabilidade Fiscal, um órgão independente do governo




Economia global terá contração de 3% em 2020, prevê FMI

Será a maior recessão global desde a Grande Depressão de 1929, segundo os economistas da instituição

Recessão sincronizada

Crescimento anual do PIB - em %

 Economias avançadas

 Mercados emergentes e economias em desenvolvimento

▲

14/04/2020 09:41 — Em Mundo

VEJA MAIS



Acordos de redução de jornada e salário superam 1 milhão

Medida faz parte do pacote de ações do governo para conter os efeitos econômicos da pandemia

Por **Edna Simão e Mariana Ribeiro** — De Brasília

14/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Secretário Bruno Bianco: “certeza absoluta” de que validade da medida provisória será confirmada pelo plenário do Supremo na quinta-feira — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

Mais de 1 milhão de acordos entre empregadores e trabalhadores foram

trabalho por três meses ou suspensão de contrato por dois meses.

Essa possibilidade foi permitida pela Medida Provisória (MP) 936, que prevê também compensação salarial parcial pelo governo, com o objetivo de minimizar os efeitos da pandemia do coronavírus na economia e evitar uma onda de demissões.

“Podemos dizer que a MP tem surtido frutos e são mais de 1 milhão de empregos preservados”, comemorou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

A equipe econômica estava preocupada com a possibilidade de redução de ritmo dos registros devido à liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinando que as reduções de salário e a suspensão temporária do contrato de trabalho feitas por acordo individual precisariam de aval dos sindicatos.

Ontem, Lewandowski negou recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) contra a decisão, mas esclareceu que os acordos têm validade imediata. Ação no STF questionando a constitucionalidade da medida será discutida no plenário do STF depois de amanhã. “Estamos convictos da sua constitucionalidade. O ministro [Lewandowski] só veio a chanceler essa convicção. Obviamente que o pleno ainda se manifesta, mas a nossa convicção não muda. Tenho certeza absoluta de que essa medida será chancelada”, disse Bianco.

O secretário ressaltou que os “empregados e empresas” devem ficar “tranquilos para fazer acordo” porque agora há crivo de um ministro do STF.

A secretaria está finalizando uma portaria, que será publicada nos próximos dias, para definir como será feito os pagamentos ao trabalhador no caso de acordos temporários de redução de jornada ou suspensão de contrato. Segundo o subsecretário de Políticas Públicas de Trabalho, Sylvio Eugênio, os pagamentos serão feitos pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil. No BB, os recursos poderão também ser transferidos para outros bancos.

“Os trabalhadores que não indicarem conta corrente vão receber o benefício através de uma carteira digital que será aberta em nome do trabalhador pelo Banco do

contados a partir da data do início da vigência do acordo informada pelo empregador e os processos poderão ser acompanhados por meio da ferramenta da carteira digital de trabalho.

O subsecretário explicou que será possível que o empregador e o empregado alterem o acordo durante o processo, se houver, por exemplo, uma “reativação da atividade econômica”. Segundo ele, essa função estará disponível “em breve”. Algumas situações poderão envolver desconto ou devolução de recursos pelo trabalhador.

Ainda ontem, Bianco participou de live promovida pela Mag Investimentos e disse que o projeto de lei que amplia a margem do empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS será encaminhado “nos próximos dias” ao Congresso. A proposta foi anunciada há um mês.

Segundo o secretário, o governo já tomou as medidas que não dependem de aval do Congresso, como a redução do teto de juros e o aumento do prazo para pagamento, e está trabalhando na proposta legislativa. É preciso “um pouco de paciência”, disse.

A proposta de aumentar a margem que os aposentados e pensionistas podem comprometer do valor do benefício com empréstimo com desconto em folha foi apresentada pelo governo em março, logo na primeira leva de medidas de enfrentamento aos efeitos econômicos do coronavírus, mas o projeto de lei ainda foi apresentado. Atualmente, a margem consignável total é de 35%, sendo 30% de empréstimo e 5% de cartão.

No mês passado, o Conselho Nacional de Previdência aprovou a redução do teto de juros de 2,08% ao mês para 1,8% ao mês e o aumento do prazo máximo de pagamento dos empréstimos de 72 para 84 meses.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta



Caixa vai creditar R\$ 4,7 bi do auxílio para 9,4 milhões de pessoas

Valor será pago nesta semana, segundo informações do banco

Por Edna Simão — De Brasília

14/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

A Caixa vai iniciar nesta semana novas etapas de disponibilização do auxílio emergencial. Cerca de R\$ 4,7 bilhões do benefício serão disponibilizados a 9.426.703 brasileiros do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal e do Bolsa Família.

Segundo a Caixa, nesta semana estão sendo abertas mais de 6,6 milhões de poupanças digitais gratuitamente.

O auxílio emergencial do governo federal já foi liberado para mais de 2,5 milhões de brasileiros, totalizando mais de R\$ 1,5 bi na economia. Até as 19h de ontem, o volume dos que se cadastraram por esses canais superava 34 milhões de cidadãos.

A instituição informou ainda que o envio pela Dataprev deve acontecer hoje pela manhã, de um primeiro lote de informações dos brasileiros que efetuaram o cadastro pelo aplicativo Caixa | Auxílio Emergencial e pelo site auxilio.caixa.gov.br que cumprem os critérios de elegibilidade de acordo com a Lei 13.982/2020. A disponibilização do valor, de acordo com a opção do cidadão, se iniciará a partir da quinta-feira.

No caso dos integrantes do Bolsa Família receberão o crédito do auxílio no mesmo calendário e da mesma forma do benefício regular. Entre o Bolsa Família e o auxílio



emergencial, será creditado o benefício de maior valor, para todos que tiverem direito. Nesta semana receberão 2,7 milhões de beneficiários do Bolsa Família.

A Caixa informou ainda que os inscritos no CadÚnico até 20 de março que não façam parte do Bolsa Família e que tiveram os critérios de elegibilidade verificados pela Dataprev receberão o auxílio emergencial na Poupança Social Digital da Caixa ou em conta no Banco do Brasil, incluindo neste grupo as mulheres chefes de família monoparental.

No caso da Poupança Social Digital Caixa, os créditos ocorrerão conforme a data de nascimento. Somente nesta terça-feira, 831.013 pessoas terão crédito do benefício.

O banco esclarece ainda que não é necessário corrida às agências ou casas lotéricas para ter acesso aos recursos do auxílio emergencial. A instituição abrirá automaticamente a Poupança Digital Caixa para os brasileiros considerados aptos a receber o auxílio emergencial. As pessoas que receberem o crédito por meio dessa conta poderão, por exemplo, pagar boletos e contas de água, luz e telefone.

É possível também efetuar transferências ilimitadas entre contas da Caixa ou realizar gratuitamente até três transferências para outros bancos a cada mês, pelos próximos 90 dias.

O calendário para saque em espécie do auxílio emergencial de R\$ 600 começará em 27 de abril. O cronograma seguirá até 5 de maio e dependerá da data de nascimento do beneficiário.

Segundo a Caixa, o escalonamento tem por objetivo “evitar aglomerações nas agências e unidades lotéricas, expondo empregados, parceiros e clientes ao risco de contágio” pelo coronavírus. O benefício já começou a ser depositado pelo banco, mas o saque ainda não está disponível. **(Colaborou Mariana Ribeiro)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta



Em derrota do governo, Câmara aprova seguro de receita a Estados

Veto presidencial à proposta provavelmente será derrubado

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

14/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 431 a 70, o texto-base do projeto de socorro emergencial aos Estados e municípios, que estabelece que a União deve recompor Estados e municípios pela queda de arrecadação de ICMS e ISS por seis meses, entre maio e outubro deste ano. A aprovação representa uma derrota para o governo, que orientou contra o avanço da proposta. Três emendas do Centrão ainda precisam ser apreciadas antes de o texto ser encaminhado ao Senado.

O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), orientou contra a proposta que foi aprovada, afirmando que a fórmula de distribuição dos recursos beneficiará “quem administra mal e aqueles que não estão tendo uma gestão equilibrada da crise, com preocupações com as vidas e com os efeitos econômicos da pandemia”.

O texto ainda prevê a suspensão do pagamento dos empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal de março a dezembro deste ano.

Os dois bancos poderão fazer aditamentos nos contratos para decidir como será a forma de pagamento dessas parcelas, mas, se isso não ocorrer, elas serão quitadas mensalmente após o término do contrato. O custo dessa suspensão, segundo o relatório do DF, é de R\$ 0,6 bilhões.

Em seu parecer, o relator Pedro Paulo (DEM-RJ) determina que os recursos do auxílio financeiro devem ser destinados a ações que mitiguem os impactos da pandemia do coronavírus. Os cálculos que acompanham o relatório indicam que o impacto total da proposta é de R\$ 89,6 bilhões.

“Esta Casa tem o papel de estar à frente do combate dessa que talvez seja a maior guerra da nossa geração. Nesta guerra, não existe ateu e não há ideólogo. Não apresentaria um relatório se não tivesse absoluta responsabilidade. A gente precisa dar garantia e previsibilidade aos Estados e municípios para enfrentar a crise. O seguro receita é fundamental. Quanto mais tardarmos para tomar a decisão, mais caro custará ao Brasil”, disse Pedro Paulo.

O cálculo dos valores recompostos será feito a partir da “diferença nominal, se negativa, entre a arrecadação do ICMS e do ISS de cada Estado, Distrito Federal ou município nos meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2020 e a dos mesmos meses do exercício anterior”. O impacto da compensação é de R\$ 80 bilhões.

Contrário ao formato de recomposição do ICMS e do ISS, o governo ampliará as investidas para que os senadores façam mudanças no texto. Segundo Vitor Hugo, caso a estratégia não prospere, o presidente Jair Bolsonaro poderá vetar o texto. Por ter contado com o apoio de mais 400 deputados, o veto, se realmente ocorrer, provavelmente será derrubado pelos parlamentares.

O texto prevê ainda que os governadores e prefeitos terão até o dia 15 de cada mês para informar o montante arrecadado com ICMS e ISS no mês anterior e serão compensados, se houver queda nesses valores, até o último dia daquele mês.

Caso eles atrasem o envio dessa informação, o governo federal também poderá atrasar o repasse, mas, nos três primeiros meses, para dar tempo dos Estados e municípios se adaptarem a nova regra, a União "antecipará" um valor de 10% desses tributos.

Se a queda no montante arrecadado for menor do que o repasse, a diferença será subtraída no mês seguinte ou descontada do Fundo de Participação dos Estados e

Governadores e prefeitos ficarão impedidos de conceder isenção, adiamento ou descontos no pagamento de ICMS e ISS no período, com exceção da postergação do recolhimento de impostos por microempresas e pequenas empresas e eventuais benefícios diretamente relacionados ao enfrentamento da covid-19, "se requeridas pelo Ministério da Saúde ou para preservação do emprego". Os dados serão fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e por uma comissão de deputados e senadores.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento
CAMMAX

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
X FREE HUB

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Os piores carros para revenda. Confira!
SENHOR CARROS

LINK PATROCINADO

Tecnologia japonesa vira febre em Salvador
MINI CAMERA 120

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Interrupção do fluxo de caixa quebra empresa em 15 dias, mais que lucro, diz Luiza Trajano



Estados querem reduzir repasses a outros Poderes

Ideia é “dividir” queda de receita com Legislativo e Judiciário

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

14/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Rogério Pegoretti: eventual corte de repasse virá “no ponto certo, na medida certa” — Foto: Gabriel Lordello/Mosaico Imagem


Alguns governadores tentam dividir com o Judiciário e o Legislativo parte do impacto da redução de receitas ao longo de 2020 em razão da covid-19. A ideia é negociar uma redução dos valores dos repasses feitos pelo Executivo aos dois outros poderes no decorrer do ano. A medida está no radar não somente por governos de Estados em maior dificuldade financeira, como o Rio Grande do Sul, mas também de entes que possuem maior espaço fiscal, como o Espírito Santo.

Em alguns Estados, como Pernambuco e Rio Grande do Norte, o assunto avançou mais. Em Pernambuco, o Tribunal de Justiça do Estado já divulgou medidas de contingenciamento que buscam economia inicial de R\$ 60 milhões no gasto previsto para o período de abril a setembro deste ano. As medidas, segundo nota do tribunal, decorreram de anúncio de que o Judiciário do Estado sofrerá corte de 20% no repasse do duodécimo pelo Poder Executivo, em razão de perda de arrecadação.

Entre as medidas estabelecidas pelo tribunal estão o contingenciamento da aquisição de materiais de consumo, revisão dos contratos com a redução linear no percentual de 25% dos valores contratados, redução do quadro de terceirizados e suspensão de novos projetos que resultem em aumento de despesa.

No Rio Grande do Norte o assunto estava à mesa em conversas com representantes dos três poderes desde o início do mês. Carlos Eduardo Xavier, secretário de Tributação, diz que houve consenso para redução de 18% nos repasses específicos de abril. “Vamos fazer reuniões mensais para avaliar os cenários de cada mês.” A previsão de impacto da pandemia na arrecadação do Estado é de queda de 25% em abril, afirma ele.

Para o governo potiguar, o repasse ao Ministério Público, Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Defensoria Pública somam R\$ 1,5 bilhão ao ano. As despesas totais do Estado, segundo Xavier, são de R\$ 13,3 bilhões, segundo previsão do orçamento para 2020. Mesmo antes do impacto do novo coronavírus, o orçamento potiguar já previa déficit de R\$ 500 milhões no ano.

No Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite (PSDB) já anunciou ao Legislativo e ao Judiciário que os repasses sofrerão queda em razão do impacto da pandemia na arrecadação. O tamanho do corte não foi divulgado. 

Em Mato Grosso, o governador já anunciou aos demais Poderes sobre possíveis medidas em relação aos repasses, informa o secretário de Fazenda, Rogério Gallo. Uma decisão sobre o assunto só deve ser tomada após o dia 20, diz ele.

O secretário lembra que um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelecia que em caso de frustração de receitas os Tesouros Estaduais poderiam contingenciar repasses aos demais Poderes. O dispositivo foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “É uma pena porque ficamos sem instrumentos legais para fazer a contenção do repasse assim como se faz para os demais órgãos do Poder Executivo”, diz Gallo. “Na ausência dessas ferramentas e confirmando o que já sabemos, que haverá acentuada queda na arrecadação de tributos, o governador já anunciou que poderá chamar os chefes dos Poderes para expor a necessidade de contingenciamento dos repasses proporcional à frustração das receitas.” A estimativa inicial da Fazenda matogrossense é de perda de cerca de 30% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em abril.

Para Gallo, o momento é de “razoabilidade, equilíbrio e bom-senso”. Os repasses aos demais poderes e órgãos autônomos, como Ministério Público e Defensoria, somam no Mato Grosso R\$ 2,67 bilhões neste ano, dentro de um orçamento total de R\$ 20,1 bilhões, diz ele.

Rogelio Pegoretti, secretário de Fazenda do Espírito Santo, diz que o entendimento do governo capixaba é de que, uma vez definidos em lei orçamentária, os repasses ao Legislativo e Judiciário não podem ser alterados. O Executivo, porém, aguarda dados mais concretos sobre o desempenho da arrecadação para decidir se irá propor nova lei orçamentária a fim de reduzir transferências. Segundo Pegoretti, os dois Poderes já estão cientes dessa possibilidade. Se houver decisão nesse sentido, diz, será “no ponto certo, na medida certa”.

Em São Paulo as conversas por enquanto versam apenas sobre “ajustes orçamentários”, um assunto que já foi tema de reunião entre o vice-governador, Rodrigo Garcia, e representantes do Legislativo e do Judiciário. O tema deve voltar a ser debatido em nova reunião hoje, informou a assessoria de imprensa do vice-governador.

MG destrava R\$ 781 milhões na Justiça

Recursos fazem parte de disputa com a construtora CR Almeida que tramita há 20 anos no Judiciário

Por Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

14/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo de Minas Gerais conseguiu destravar quase R\$ 800 milhões que eram objeto de uma disputa judicial que tramitava há mais de duas décadas.

Os recursos liberados serão usados para pagar parte dos salários de abril dos servidores públicos do Estado.

Com as finanças no vermelho já há alguns anos, o governo de Minas tem procurado reduzir despesas ao mesmo tempo em que vê o dispêndio com saúde aumentar devido à pandemia de coronavírus.

A equipe do governador Romeu Zema (Novo) prevê que deixará de arrecadar R\$ 7,5 bilhões neste ano com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Somando o déficit já previsto, o rombo no Orçamento deste ano pode chegar a R\$ 20 bilhões.

O governo mineiro anunciou na tarde de ontem que, graças a uma decisão judicial favorável ao pleito da Advocacia-Geral do Estado, Minas Gerais garantiu o depósito de R\$ 781,2 milhões.

“A ação que resultou no depósito dos R\$ 781 milhões tramitou durante 21 anos na Justiça Estadual do Paraná e se deve ao pagamento da dívida de crédito decorrente

S/A (extinto Banco do Estado de Minas Gerais) e a Financeira Bemge S/A através de cessão parcial de precatório devido pelo Estado do Paraná à CR Almeida S/A”, informou o governo por meio de nota.

Ainda segundo o governo, o depósito foi feito após Zema ter se reunido na semana passada com presente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

Também por meio de uma decisão judicial, o Estado já havia conseguido a liberação de R\$ 500 milhões que a Justiça havia bloqueado da Vale e que serviria de pagamento de indenizações relativas aos danos provocados pelo rompimento, no ano passado, da barragem da mineradora na cidade de Brumadinho.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento
CAMMAX

LINK PATROCINADO

Está com dificuldade de ler na quarentena? Conheça o 12min!
12MIN - AUDIOBOOKS

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
X FREE HUB



Perda de arrecadação será pior em cidades maiores

Estudo mostra que dependência do ISS cresce de acordo com o tamanho da população

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

14/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Gilberto Perre: “Estudos mostram que a participação do ISS é crescente” — Foto: Renato Costa/Folhapress

Mais dependentes da receita do Imposto Sobre Serviços (ISS), as grandes cidades devem sentir com mais intensidade o impacto na arrecadação tributária causado pelo fechamento do comércio durante a pandemia. Estudo do Observatório de Informações Municipais (OIM) comprova que o peso do ISS na arrecadação tributária das prefeituras cresce à medida que aumenta o porte demográfico dos municípios, chegando a 54,85% em cidades com mais de 5 milhões de habitantes (São Paulo e Rio de Janeiro). Na comparação com o período anterior ao surto do novo coronavírus, as receitas do setor de serviços caíram quase pela metade no Brasil.

A queda aparece em dados compilados pela Cielo. Em seu boletim mais recente, que trata dos efeitos da covid-19 sobre o varejo brasileiro, a empresa aponta recuo de 51,8% no faturamento do setor de serviços. O percentual negativo se refere ao período entre 1º de março e 8 de abril, em relação aos dias comparáveis anteriores ao surto do novo coronavírus. Para compor a base de “dias comparáveis”, os dados foram dessazonalizados, e as informações consideradas atípicas, excluídas.

“[O conjunto de dados da Cielo] confirma o que todos dizem: esta é uma recessão de serviços, em todo mundo”, afirma o economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). “No Brasil, vai prejudicar fortemente as prefeituras das grandes cidades, que dependem muito do ISS. Pior é que nelas

estão concentrados os casos de coronavírus e os hospitais, muitos, aliás, são da rede pública municipal.”

Desde o início do surto da covid-19, o varejo brasileiro apresentou retração de 24,9%, de acordo com os dados da Cielo. Diretor de inteligência da empresa, Gabriel Mariotto explica que o cálculo leva em consideração 1,3 milhão de estabelecimentos comerciais, responsáveis por cerca de 40% de vendas do varejo no país, mas que os dados passam por ajustes de forma a representar a totalidade do segmento no Brasil.

“A quarta semana de março foi o vale [ponto mais baixo do período pesquisado]. Nas duas primeiras semanas de abril, o percentual de queda diminuiu”, afirma Mariotto.

Com base em dados da base da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o estudo do Observatório de Informações Municipais (OIM) indica que o Imposto Sobre Serviços foi responsável por 47,94% do total da receita tributária municipal em 2018.

Cidades com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes - caso de boa parte das capitais brasileiras - ultrapassam a média nacional. Para esse grupo específico, a participação da receita do ISS na arrecadação de impostos chegava a 48,51% em 2018. Nos municípios pequenos, a tendência é de menor dependência em relação ao ISS e ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), esclarece François Bremaeker, gestor do OIM e autor do estudo.

“Nos municípios muito pequenos, além de o IPTU ser de pouco valor arrecadatário, a prestação de serviços também é pequena. E, no mais das vezes, ou são serviços de pouco valor agregado ou são praticados no regime dos MEIs [microempreendedores individuais], no qual o ISS é meio que simbólico”, justifica Bremaeker.

O economista José Roberto Afonso frisa que o Sistema Único de Saúde é “municipalizado”, na medida em que as prefeituras são obrigadas a aportar recursos para manter o SUS funcionando. “Muitos prefeitos contratam ou pagam num leito de UTI muito mais que o SUS repassa a eles”, pondera ele. □

Na análise de Gilberto Perre, diretor-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o país vem assistindo uma municipalização generalizada das políticas públicas. Como exemplo, Perre cita a área de saúde, na qual o atendimento médico de média e alta complexidade está, “cada vez mais, na mão dos prefeitos”.

Segundo ele, os prefeitos das grandes cidades veem com desconfiança a proposta do governo federal de fundir o ISS a outros impostos (IPI, PIS, Cofins e ICMS) como parte de uma reforma tributária. “Estudos mostram que a participação do ISS na receita tributária é crescente”, diz.

Perre argumenta que, numa economia que caminha cada vez mais da aquisição de bens para a locação (ou pagamento de uma assinatura de uso) de produtos, o ISS é o “imposto do futuro”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento
CAMMAX

LINK PATROCINADO

Essa fórmula ativa a matriz capilar combatendo a calvície nas entradas
FENODIL | MATRIZ CAPILAR

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
X FREE HUB

LINK PATROCINADO

Tecnologia japonesa vira febre em Salvador



Queda no preço gera desafio maior às pequenas e médias petroleiras

Produtores terrestres apresentaram um conjunto de medidas de socorro ao governo

Por **Rodrigo Polito** — Do Rio

14/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Bruno Eustáquio, do MME: está em avaliação impactos de flexibilização de percentuais de royalties para campos marginais — Foto: Saulo Cruz/MME



A crise do preço do petróleo, agravada pela queda da demanda devido à pandemia do novo coronavírus, obriga grandes petroleiras a reduzirem custos, cortarem investimentos e concentrarem esforços em ativos mais rentáveis. O cenário, porém, é mais complexo para pequenos e médios produtores, que, em geral, possuem menos oportunidades de redução de custos e aumento de produtividade.

Entre as grandes, por exemplo, a Petrobras determinou o corte de US\$ 2 bilhões em gastos operacionais e a redução de 30% dos investimentos previstos para este ano, totalizando agora US\$ 8,5 bilhões. E, desde o início deste mês, ela ampliou o corte de produção de petróleo para 200 mil barris diários.

Apenas para efeito de comparação o volume equivale a quase dez vezes a produção somada das empresas Enauta, PetroRio e Dommo Energia (antiga OGX), petroleiras de menor porte com ações negociadas na B3, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Conta a favor delas ter uma estrutura mais enxuta e mais agilidade para se adaptar a novos cenários. O problema, porém, além da falta de escala, é o tipo de ativo que elas administram. A Petrobras, por exemplo, pode focar neste momento no pré-sal, onde alguns poços chegam a produzir 40 mil barris diários e o custo de extração médio é de apenas US\$ 5,6 o barril.

“O problema não é necessariamente o tamanho da empresa, mas o perfil dos campos que ela tem no seu portfólio”, diz José de Sá, especialista em petróleo e diretor da consultoria Bain & Company no Rio. “Se é uma empresa que tem campos maduros offshore [áreas em alto-mar que já atingiram o pico de produção] você tem que se preocupar porque eles estão entre os de maior custo”.

Com produção de gás no campo de Manati, na Bahia, e de óleo, no campo de Atlanta, na Bacia de Santos, a Enauta adotou medidas para manter a liquidez e reduzir custos. Segundo a empresa, em comunicado ao mercado, a volatilidade do Brent será em parte mitigada por um hedge contratado previamente, com opções de venda a uma média de US\$ 57 por barril, equivalente a 35% e 16% da produção esperada para o primeiro e segundo semestres, respectivamente.

Em outra frente, a empresa, que está em fase inicial de contratação do sistema definitivo de produção no campo de Atlanta, já vai adequar o projeto ao novo cenário de Brent, para tentar torna-lo resiliente a cotações mais baixas.

A petroleira diz possuir mais de R\$ 1,5 bilhão em caixa líquido e entende estar bem posicionada. Por isso, ela pretende manter o plano de investimentos.

A PetroRio, por sua vez, revisou o plano de negócios e decidiu adiar investimentos e reduzir gastos operacionais. Nesse sentido, ela desmobilizou a terceira fase da revitalização do campo de Polvo, na Bacia de Campos. Em comunicado, ela informou ter realizado em janeiro hedge para 100% de sua produção no primeiro trimestre e de 50% no segundo trimestre, com piso de US\$ 65 por barril.

O quadro, porém, é mais delicado para pequenas petroleiras que operam em campos terrestres. Segundo Marcelo Magalhães, vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip), a Petrobras, compradora única dessa produção, aplica desconto no preço desse óleo, o que afeta ainda mais a viabilidade financeira do negócio.

A entidade enviou ofício ao Ministério de Minas e Energia com propostas para socorrer os pequenos produtores. Entre elas, estão a aplicação de royalties sobre o valor faturado pela Petrobras, em vez de ser sobre o preço de referência, e a redução temporária da alíquota de royalties.

“Esses dois aspectos, no mínimo, são fundamentais para garantir a sobrevivência da nossa atividade”, disse Magalhães, ao **Valor**.

Em transmissão pela internet, feita pelo “político epbr”, agência de notícias de política energética, na última semana, o secretário-executivo adjunto da pasta, Bruno Eustáquio, disse que estão em estudo medidas para o setor. “Estamos avaliando impactos de flexibilização dos percentuais de royalties para campos marginais e de acumulação marginal, por exemplo, à luz do que é praticado hoje”.

Receita tem queda real antes da pandemia

Arrecadação de tributos federais de março cai 5% em relação ao mesmo mês de 2019, descontada a inflação

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

14/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A receita de tributos federais em março ainda não sofreu impacto da quarentena imposta pelos governos para reduzir a contaminação da população pelo novo coronavírus. Informações preliminares indicam uma queda, em termos nominais, de cerca de 2,5% na arrecadação dos tributos administrados pela Receita Federal (excluída a contribuição à Previdência Social), na comparação com março do ano passado. Em termos reais, a queda foi superior a 5%.

Os fatos geradores da arrecadação de março são de fevereiro, quando o distanciamento social ainda não tinha sido adotado. A maior parte dos tributos é paga no mês seguinte ao da competência. A queda da arrecadação em março não está, portanto, diretamente relacionada à covid-19. A receita de abril será um melhor indicador dos efeitos da pandemia.

Os dados do Siafi, o sistema eletrônico que registra todas as receitas e despesas da União, mostram que, em março, nem todos os tributos apresentaram queda nominal. A arrecadação da Cofins e do PIS/Pasep, por exemplo, mostra pequena alta nominal, embora possa ter ocorrido queda real (quando se desconta a inflação do período).

A mesma coisa ocorreu com o Imposto de Importação (II), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a Contribuição sobre Intervenção no Domínio

Mas houve quedas nominais fortes das receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os dados se referem às receitas já deduzidas das restituições e dos incentivos fiscais. Na próxima semana, a Receita Federal do Brasil (RFB) deverá divulgar os dados oficiais, sendo que, nesse caso, as receitas serão brutas.

A rigor, os dados preliminares de março reforçam o que já aconteceu em fevereiro, quando a receita dos tributos federais apresentou forte queda. Em outras palavras, a arrecadação tributária já estava caindo no Brasil antes mesmo da pandemia do novo coronavírus. No segundo mês deste ano, os tributos administrados pela RFB (excluída a contribuição à Previdência Social) apresentaram queda nominal de 3,4%, na comparação com fevereiro de 2019.

A queda real (descontada a inflação do período) em fevereiro foi de 7,1%, na comparação com o mesmo mês do ano passado, de acordo com o Resultado do Tesouro Nacional (RTN). Todos os dados sobre as receitas estão líquidos de restituições e de incentivos fiscais. Ou seja, são os valores que o governo tem disponíveis para executar as despesas orçamentárias.

Ao contrário de março, em fevereiro houve queda nominal da receita da Cofins e do PIS/Pasep. No caso da Cofins, a queda real foi de 13,9%. Também houve queda da arrecadação do Imposto de Renda e da CSLL.

Em fevereiro, a arrecadação líquida da Previdência Social apresentou um crescimento nominal, mas com uma pequena queda real, de 0,8%. Ainda não é conhecido o resultado da receita previdenciária em março.

A queda real da receita total da União em fevereiro foi de 2,9%, de acordo com o Tesouro. O que salvou o governo em fevereiro foi a subida de 21,4% das receitas não administradas pela RFB, entre elas os royalties do petróleo. O resultado dessa receita em março ainda não está disponível.



Revisão de dados de exportação leva superávit do 1º tri a cair 9,3%

Com atualização, saldo positivo de janeiro a março, que era de US\$ 6,135 bilhões, recua para US\$ 5,562 bilhões

Por Marta Watanabe e Álvaro Fagundes — De São Paulo

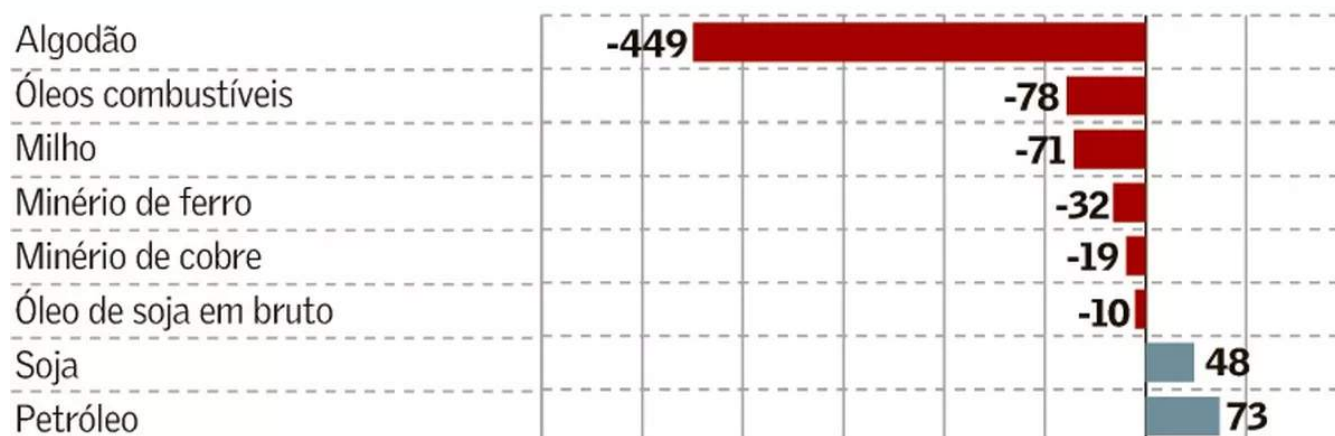
14/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Recalibrando os cálculos

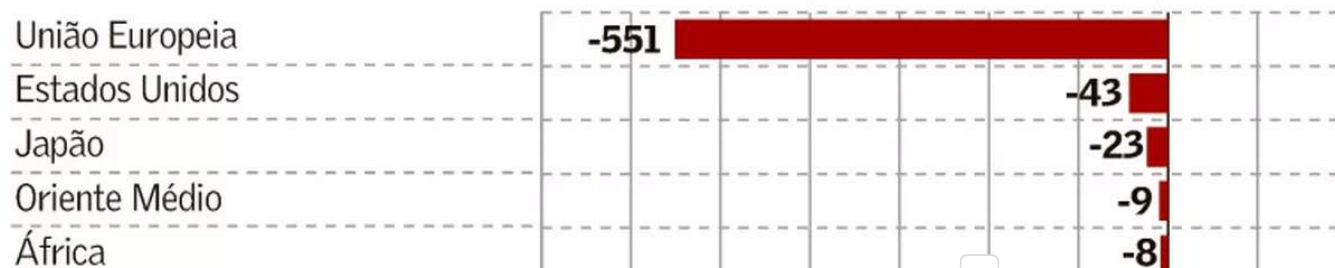
Venda de algodão ao exterior é a que mais sofreu com recálculo

■ Diferença entre as divulgações para a exportação do 1º tri, em US\$ milhões

Por produtos



Por destinos



O governo federal atualizou os dados de balança comercial relativos a fevereiro. A mudança reduziu em 9,3% o superávit comercial de janeiro a março divulgado no último dia 1º.

As exportações do mês de fevereiro, calculadas anteriormente em US\$ 16,36 bilhões, caíram para US\$ 15,73 bilhões. As importações foram mantidas em US\$ 13,26 bilhões. Com a mudança, o superávit comercial anteriormente divulgado para fevereiro caiu de US\$ 3,096 bilhões para US\$ 2,475 bilhões.

Com a atualização, o superávit de janeiro a março, que era de US\$ 6,135 bilhões, caiu para US\$ 5,562 bilhões. A queda de saldo positivo do primeiro trimestre, que antes era de 33,1% em relação a igual período do ano anterior, pela média de dias úteis, passa a ser de 39,4% no mesmo critério.

Levantamento do **Valor** com base em dados de fevereiro divulgados pelo governo federal antes e depois da revisão mostram que dentre os 39 produtos exportação discriminados, em seis houve, após atualização, redução de valor a partir de US\$ 10 milhões. O maior recuo ficou com o algodão, cujo embarque caiu de US\$ 976 milhões para US\$ 527 milhões, numa redução de US\$ 449 milhões. O milho caiu em US\$ 71 milhões, e o óleo combustível, em US\$ 78 milhões. Alguns produtos tiveram o valor revisado para cima: em US\$ 48 milhões para soja e US\$ 73 milhões para petróleo.

Por regiões de destino, o maior ajuste em termos de redução ficou para a União Europeia, com US\$ 551 milhões. Já a exportação para a China aumentou em US\$ 123 milhões.

Procurada, a Subsecretaria de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior (Secex), ligada ao Ministério da Economia, diz em nota que trata-se de revisão ordinária e por isso não foi emitido aviso sobre a mudança de números. Os dados de fevereiro divulgados no último dia 1º eram “preliminares”, diz o órgão. Em até cinco dias após

anteriores são capturados novamente, consolidados e divulgados em páginas e estatísticas oficiais.

Segundo analista que acompanha a divulgação desses dados, as revisões ordinárias sempre existiram, mas a magnitude da aplicada para os números de fevereiro salta aos olhos. O saldo de janeiro também foi revisado, mas em escala menor, passando de déficit de US\$ 1,674 bilhão para déficit de US\$ 1,626 bilhão.

Os dados de exportação passaram a sofrer alterações maiores, em relação ao que ocorria anteriormente, diz a Secex, desde a implementação do Portal Único de Comércio Exterior, em 2018. O novo sistema contribuiu para a Secex ter acesso a uma gama maior de informações e com dados mais precisos. Com isso, foi possível adequar melhor os dados de exportação às recomendações internacionais das Nações Unidas. A secretaria diz ainda que quando os reprocessamentos mensais alteram os dados, as mudanças são em torno de 1% do valor total exportado.

O reprocessamento de períodos anteriores na divulgação da balança do mês, diz a Secex, é feito mensalmente, como resultado da dinâmica das declarações de comércio exterior, que podem sofrer recorrentes alterações em valores e volumes por parte dos declarantes. “Mudanças nos meses anteriores são normais e sempre acontecem. Dependendo da magnitude das alterações que os exportadores e importadores realizam em suas declarações, a diferença pode ser em maior ou menor volume”, diz.

Não é a primeira vez que a Secex faz revisões. No fim do ano passado houve uma revisão dos dados de 2019 que provocou readequação dos dados do Banco Central (BC). Na época a autoridade monetária informou revisão que havia sido feita pela Secex nas estatísticas de exportações de bens no decorrer de 2019, o que resultou num aumento de US\$ 1,4 bilhão no valor acumulado no ano.

O aumento ficou concentrado no mês de agosto, quando a mudança de valor foi de US\$ 1 bilhão. Nos demais meses, houve aumentos e reduções. A revisão dos dados pela Secex levou o BC a revisar as estatísticas de exportações de bens das transações correntes do balanço de pagamentos.



Socorro aos Estados deve ser aprovado apesar de divergências

Câmara também analisa auxílio emergencial de R\$ 600 e a MP 905

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

14/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Apesar das divergências entre os deputados e a equipe econômica do governo, o plano de socorro financeiro aos Estados e municípios, com repasse bilionário de recursos, tem alta chance de aprovação, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

Este é um dos quatro projetos com impacto econômico pautados para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e Senado Federal esta semana e que têm alta chance de aprovação nos próximos 180 dias. A probabilidade é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O socorro financeiro substituiu o chamado Plano Mansueto, que permitia aos Estados aumentarem seu endividamento em troca de corte de gastos, mas tem gerado divergências entre a Câmara, que quer um valor maior de recursos para os governadores e prefeitos, e o Ministério da Economia, que deseja limitar os repasses e impedir novos empréstimos.

Os deputados ainda devem discutir outros dois projetos: a ampliação do auxílio emergencial de R\$ 600 para outras categorias além dos trabalhadores informais; e a



Medida Provisória (MP) 905, que cria o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”, com o objetivo de estimular a contratação de jovens e pessoas com mais de 55 anos.

Já os senadores votarão, com alta probabilidade de aprovação, a proposta de emenda constitucional (PEC) do Orçamento de guerra, que dá suporte para os gastos do governo federal no combate ao coronavírus e amplia os poderes do Banco Central para atuar na crise econômica. O texto não teve consenso no Senado, mas está na pauta da semana.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento
CAMMAX

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
X FREE HUB

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Os piores carros para revenda. Confira!
SENHOR CARROS



Witzel diz que socorro é ‘obrigação’

Em meio a discussão de projeto no Congresso, governador do Rio afirmou que ajuda financeira da União a Estados não é um favor

Por Cristian Klein — Do Rio

14/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Witzel: “Em países como Itália e Estados Unidos, os governos têm a noção e a responsabilidade de socorrer os Estados”
— Foto: Rogerio Santana/GOV RJ



No mesmo dia em que estendeu as medidas de restrição no Rio até 30 de abril, o governador Wilson Witzel (PSC) afirmou que a ajuda financeira do governo federal aos Estados, para mitigar os efeitos da crise do novo coronavírus, é uma obrigação. “Em países como Itália e Estados Unidos, as medidas restritivas são mais rígidas do que as nossas. E lá os governos federais têm a noção e a responsabilidade de socorrer os Estados. E eu tenho certeza de que o nosso governo federal fará o mesmo. Não como um favor, como avaliam alguns, mas como uma obrigação”, escreveu Witzel, ontem, pelo Twitter.

Numa série de publicações pela rede social, o governador do Rio disse que no momento há falta de produtos médicos para combater a covid-19 no mercado, além de um “leilão internacional”, que vem elevando todos os preços. “O respirador, que custava US\$ 9 mil, já flutua no mercado entre US\$ 40 mil e US\$ 60 mil, nesse absurdo leilão. Os Estados Unidos compraram da China um volume alto de equipamentos e deixaram o Brasil e outros países com dificuldade para aquisição. Os governadores e prefeitos têm feito o máximo para acelerar as compras”, justificou.

Witzel afirmou que o Estado estava assinando ontem com a rede D’Or um convênio para a construção de hospitais de campanha no Leblon, zona sul da capital, e no Parque dos Atletas (Parque Olímpico Cidade do Rock), na Barra da Tijuca, zona oeste carioca.

O governador disse que o hospital de campanha montado no Maracanã “segue em velocidade” e será o maior do Estado, com 400 leitos. “Acreditamos que em mais 20 ou 25 dias estará em operação”, afirmou Witzel, que mencionou ainda que o hospital de campanha de Nova Iguaçu, município na zona metropolitana, será modular, com 300 leitos, e apoiará o Hospital da Posse, “sempre sobrecarregado atendendo à Baixada” [Fluminense], depois de passada a pandemia.

O governador do Rio também abordou o afastamento temporário do subsecretário executivo da Saúde, Gabriell Neves, ocorrido no sábado. Witzel afirmou que a medida ocorreu para “que todos os processos em operação fossem auditados pelos órgãos de controladoria”. “Determinei que todos os processos fossem auditados pelo Ministério Público, Controladoria Geral, TCE [Tribunal de Contas do Estado] e

demais órgãos de controle. O governo do Estado do Rio não tem tolerância com quaisquer irregularidades e quer apuração”, disse.

O afastamento veio depois de reportagem veiculada pelo telejornal “RJ2”, da TV Globo, na sexta-feira, afirmando que o governo fluminense gastou R\$ 1 bilhão na compra emergencial, sem licitação, de equipamentos como respiradores, máscaras e testes rápidos para o combate à covid-19. O maior montante de recursos, quase R\$ 836 milhões, seria destinado à organização social Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (labas).

Witzel afirmou ainda que o governo está otimista depois dos dados mostrados na reunião de sexta-feira com o secretário de Saúde, Edmar Santos, quando analisaram os relatórios com a evolução da curva do coronavírus. “Se não tivéssemos tomado medidas restritivas, a realidade seria outra”, disse. O governador afirmou ainda que o Procon-RJ criou um novo canal, por meio de um contato telefônico com WhatsApp, para que consumidores denunciem irregularidades como a cobrança de preços abusivos. “Não vamos permitir que a população do Rio seja extorquida”, afirmou.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Coreia do Norte lança mísseis de curto alcance, diz Coreia do Sul

Forças armadas da Coreia do Sul estão monitorando mais desenvolvimentos

14/04/2020 10:02 — Em Mundo

Petróleo opera em queda na sessão, mas sobe no mês com cortes de produção

Investidores tentam avaliar fundamentos da commodity após histórico acordo para reduzir oferta



SOCORRO A ESTADOS COM DOBRO DO GASTO

Câmara aprova ajuda de R\$ 89,6 bi, mas Guedes avalia pedir veto a projeto

O Globo · 14 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA E BRUNO GÓES economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Com 431 votos a favor, os deputados aprovaram ajuda de R\$ 89,6 bilhões a estados e municípios, para compensar perda de arrecadação de impostos. Valor é o dobro do que a equipe econômica queria gastar, e o ministro Paulo Guedes cogita sugerir que Bolsonaro vete a proposta, que ainda vai ao Senado.

Depois de um impasse de duas semanas sobre como auxiliar estados e municípios a atravessar a crise do coronavírus, o governo sofreu ontem uma derrota ao ver a Câmara aprovar um plano de socorro de R\$ 89,6 bilhões para governadores e prefeitos. O tamanho do pacote é mais que o dobro do que a equipe econômica queria gastar, e o texto não trouxe a contrapartida de congelamento de salários de servidores, sugerida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que já avalia sugerir que o presidente Jair Bolsonaro vete a proposta. A aprovação de ontem piora o desgaste entre Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O texto ainda precisa ser analisado pelo Senado. Na Câmara, recebeu amplo apoio, com 431 votos a favor e 70 contrários. Todos os partidos foram favoráveis à proposta. Só o líder do governo, Major Vitor Hugo (PSL-GO), recomendou voto contra e confirmou que Bolsonaro avalia vetar trechos do texto.

— Não há qualquer intenção do governo de não ajudar estados e municípios, pelo contrário. Havia até uma possibilidade sinalizada pelo Ministério da Economia de aumentar o valor que o governo falou inicialmente. Mas, infelizmente, a forma como vai ser distribuída, como foi colocada no substitutivo, recompondo ICMS e ISS, vai nos impedir neste momento de votar junto no mérito. Vamos orientar não — disse o deputado, antes da votação.

O custo total do programa ficou menor do que a aversão que chegou a ser analisada semana passada, que poderia ter impacto de até R\$ 222 bilhões, segundo o Ministério da Economia. A redução foi fruto de um acordo parcial, que retirou da proposta alguns pontos, inclusive a permissão para que estados tomassem empréstimos com garantia da União e a suspensão das dívidas com o Tesouro.

A desidratação do projeto, porém, ficou longe do que o ministro da Economia queria. Guedes defendia que a ajuda aos governos locais fosse feita por meio de um valor fixo, de R\$ 32 bilhões. Parte desse dinheiro seria destinada à Saúde e Assistência Social, e o restante ficaria livre, para que os entes arcassem com o pagamento de outros serviços, mesmo com a queda da arrecadação.

A versão aprovada ontem se concentra em duas medidas. A de maior impacto é a previsão de que a União compense, entre abril e setembro, estados e municípios pela queda na arrecadação de ICMS e ISS. Considerando retração de 30% nas receitas com esse tributo em todos os seis meses, o custo aos cofres federais seria de R\$ 80 bilhões, segundo cálculo do relator da propos-

ta, deputado Pedro Paulo (DEM/RJ). O valor é o dobro do limite máximo de R\$ 40 bilhões que o Tesouro admitia custear.

Os R\$ 9,6 bilhões restantes são referentes à suspensão da dívida dos entes federados com a Caixa Econômica Federal e o BNDES. A equipe econômica já havia concordado com esse ponto.

Mais do que o tamanho do repasse, são as regras do auxílio que preocupam Guedes. A compensação de arrecadação de impostos dá previsibilidade para os governantes locais, mas, para o ministro, abre espaço para que o que for pago neste ano seja contestado no futuro na Justiça.

‘IRRESPONSABILIDADE FISCAL’

Ontem, antes da votação, Guedes afirmou que a medida é uma “irresponsabilidade fiscal”, porque cria um incentivo para que governantes sejam descuidados com as finanças públicas, já que teriam uma garantia integral da União:

—Seria uma irresponsabilidade fiscal e incentivo perverso. Um cheque em branco para governadores de estados mais ricos, pois não sabemos quanto tempo vai durar esta crise da saúde. Ao avançar com a proposta a despeito das críticas de Guedes, Maia aumentou o desgaste com o ministro. A relação entre os dois vem piorando desde a disputa sobre o controle do Orçamento, travada antes da pandemia.

O texto aprovado ontem é uma derrota particular para a equipe econômica, porque foi adaptado com base em um projeto enviado pelo próprio governo. Em sua versão original, autorizava que estados tomassem R\$ 10 bilhões por ano em empréstimos com garantia da União, com a condição de que adotassem medidas de ajuste, como privatizações.

A proposta foi apelidada de Plano Mansueto, em referência ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. No entanto, precisou ser flexibilizada para se adaptar ao cenário do coronavírus. Nas primeiras versões, o relator, Pedro Paulo, tentou manter medidas de ajuste, mas foi pressionado a deixar só as emergenciais.

A única ressalva no texto é a proibição de concessão ou ampliação de benefícios fiscais. Ou seja, governadores e prefeitos não poderão usar o dinheiro extra para dar incentivos. As exceções são medidas emergenciais para pequenas empresas, como a que já foi aprovada para as companhias do Simples Nacional.

A proposta também proíbe que a receita extra seja usada para aumentar despesas “não diretamente relacionadas ao combate dos efeitos da calamidade” da Covid-19. Os gastos dos governos locais nesse período serão acompanhados por uma subcomissão formada por deputados e senadores, de acordo com o texto.

‘PLANO MANSUETO DETURPADO PODE VIRAR PAUTA-BOMBA DE 2020’

O Globo · 14 abril 2020 · GUSTAVO PAUL gustavo.paul@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Oeconomista Fábio Giambiagi alerta que a disputa entre o Ministério da Economia e a Câmara dos Deputados em torno da versão emergencial do Plano Mansueto para socorrer estados e municípios durante o período da pandemia do coronavírus pode comprometer o crescimento brasileiro nos próximos anos. Comparando o momento atual com a crise entre a ex-presidente Dilma Rousseff e o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em 2015, Giambiagi teme que o esgarçamento das relações políticas possa levar à criação de “pautas bombas” fiscais, como ocorreu no passado. A solução, diz o economista, é “os bombeiros entrarem em ação”. Ele alerta que, “se ambos lados se vestirem para a guerra, o país não terá paz até 2023”.

Como o senhor vê as divergências entre o Ministério de Economia e a liderança da Câmara de Deputados sobre como tratar a crise fiscal dos estados?

Estou vendo isso com enorme preocupação. Se eu tivesse que sintetizar meu espírito, o resumo seria o seguinte: “está na hora de os bombeiros entrarem em ação”. O que temos visto é um acirramento das tensões entre Executivo e Legislativo a propósito da crise fiscal dos estados, que reflete uma tensão crescente entre governo federal e governadores.

A discussão entrou no terreno político. Isso torna o cenário ainda mais desafiador?

Quem conhece a história do país sabe que situações de conflagração entre os estados e a União nunca acabaram bem, nem econômica nem politicamente. Os estados perceberam que o governo está muito desarticulado no Congresso e que bastava eles se entenderem com o Parlamento. O problema é que, para o país, isso é um desastre, pois, se fiscalmente o Congresso aprovar tudo que é pressão que deságua em cima dele, é óbvio que as contas públicas ficarão completamente descontroladas.

Qual é solução?

É preciso diálogo direto entre o Executivo e os governadores. É preciso que o governo federal chame os governos estaduais e apresente suas propostas. A responsabilidade política de tomar a iniciativa da pacificação cabe ao governo federal. Se ambos os lados se vestirem para a guerra, o país não terá paz até 2023. E, nesse cenário, podemos esquecer qualquer perspectiva de recuperação do investimento.

Esse conflito entre o Executivo e o Legislativo traz à memória outros episódios recentes, como o conflito entre a ex-presidente Dilma Rousseff e o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha?

Por conta de problemas antigos de relacionamento, os dois lados (governo e Parlamento) estão deixando de sentar à mesa. O problema é que, assim, o país vai para o brejo, como foi em 2015, quando, diante do enfraquecimento do Executivo, o Congresso desandou a aprovar as tais “pautas-bomba”, numa época em que eu dizia que “o bom senso saiu de férias no Brasil”.

O Plano Mansueto deturpado pode se transformar na “pauta-bomba” de 2020. E, não nos enganemos, se o governo perder, depois virão outras derrotas.

País já tem R\$ 2,2 bi em doações contra pandemia

Itaú anuncia R\$ 1 bi para um fundo de apoio ao SUS e ao combate ao coronavírus. Para especialistas, iniciativa deve estimular envolvimento ainda maior das empresas, que já contribuem com dinheiro, testes e equipamentos para enfrentar a Covid-19

O Globo · 14 abril 2020 · MARIANA BARBOSA E RENNAN SETTI economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E RIO pool apps

Com o anúncio do Itaú Unibanco de que vai destinar R\$1 bilhão para um fundo que coordenará ações de apoio ao SUS e a estados e municípios contra a pandemia, doações para a crise sanitária já somam R\$ 2,2 bilhões. A conta não inclui, por exemplo, os 5 milhões de testes doados pela Vale, de valor não divulgado.

O Itaú Unibanco anunciou ontem que vai doar R\$ 1 bilhão para um fundo que coordenará ações de apoio ao SUS e a estados e municípios na crise do coronavírus. A doação é a maior já feita no Brasil para uma causa única e eleva a pelo menos R\$ 2,2 bilhões o valor levantado em filantropia no país para o combate aos efeitos da pandemia, segundo a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). A conta não considera, porém, doações de valor não divulgado, como a compra de testes por Vale e Petrobras.

A doação para a criação do fundo Todos pela Saúde se soma a outros R\$ 250 milhões que o banco já havia divulgado. Os recursos sairão do caixa do banco, sem usufruir de qualquer benefício fiscal, e ficarão em um fundo dentro da Fundação Itaú Unibanco, sob a gestão de um time de sete médicos e especialistas em saúde liderados por Paulo Chapchap, diretor do Sírio Libanês. O fundo Todos pela Saúde ficará aberto para receber doações de outras empresas e atuará de forma coordenada com gestores estaduais e municipais na gestão da crise.

O presidente do Itaú, Candido Bracher, disse acreditar que os investidores do banco concordarão com a doação, que foi aprovada por unanimidade pelos acionistas controladores e pelo conselho:

—Nenhuma instituição pode ser melhor do que o país em que ela se encontra. Achar que uma instituição pode ir bem num país que não vai bem não está certo. Tenho certeza de que os acionistas saberão reconhecer que o Itaú está assumindo sua responsabilidade como cidadão corporativo.

O presidente do Itaú também respondeu a críticas de que a doação, embora expressiva, represente uma fração de 3,5% do lucro do banco no ano passado, de R\$ 28,4 bilhões:

—Podemos sempre discutir o percentual. Mas essa é a maior doação privada já feita no Brasil para uma causa específica. É muito importante ressaltar que não basta ter dinheiro só, é importante conseguir alocá-lo.

Segundo integrantes de movimentos filantrópicos, o cheque do Itaú muda o patamar das doações corporativas e deve incentivar iniciativas mais incisivas de outras empresas.

— É um marco histórico, porque o dinheiro saiu do balanço do banco, não de uma fundação. Demonstra ao setor que é possível fazer algo tendo o país como prioridade, sem depender do governo — disse Carola Matarazzo, do Movimento Bem Maior, iniciativa filantrópica de empresários Elie Horn (Cyrela) e Eugenio Mattar (Localiza).

MAIS DE CEM CAMPANHAS

Para João Paulo Vergueiro, diretor executivo da ABCR, a pandemia está sendo um divisor de águas nos hábitos de filantropia dos brasileiros. Ele lembra que há mais de cem campanhas de financiamento coletivo em curso no país:

— A gente espera que o exemplo do Itaú funcione como mais um incentivo para que outras empresas façam doações de grande porte.

Os R\$ 2,2 bilhões contabilizados pela ABCR não capturam todas as ações solidárias das empresas. A Vale, por exemplo, anunciou a doação de 5 milhões de testes rápidos e 15,8 milhões de equipamentos de proteção, mas não informou quanto custaram. A Petrobras vai doar 600 mil testes do tipo RT-PCR, o mais assertivo, mas também não divulgou o preço. Outro exemplo é o Grupo Pão de Açúcar, que está doando 300 toneladas de alimentos sem informar o custo.

Entre os valores divulgados, os maiores cheques têm vindo do setor financeiro. O conglomerado do Banco do Brasil doou R\$ 55,5 milhões, enquanto o BTG Pactual deu R\$ 50 milhões. O Bradesco, além de participar de iniciativa com Itaú e Santander para doar 5 milhões de testes, está dividindo com os concorrentes R\$ 50 milhões para a compra de 15 milhões de máscaras. Já a XP está doando R\$ 30 milhões para o combate à fome. O Banco Votorantim doou R\$ 30 milhões para a compra de respiradores e espera acrescentar mais R\$ 10 milhões com uma campanha de arrecadação digital, enquanto o Safradoou R\$ 30 milhões para a compra de insumos hospitalares e está distribuindo dez mil cestas básicas.

DRAUZIO: ALÉM DO DINHEIRO

Segunda pessoa mais rica do país, Jorge Paulo Lemann tem mirado suas ações na área de educação, foco de sua fundação, e vem ajudando o poder público a desenvolver soluções para o ensino à distância. A Fundação Lemann lidera de 30 organizações que desenvolvem e outros recursos para 40 milhões de alunos da rede pública. As empresas de Lemann também estão envolvidas em iniciativas na área de saúde, como a doação de um milhão de frascos de álcool em gel e três milhões de máscaras. A Americanas.com somou esforços com Rede D'Or, Bradesco Seguros, Safra e IBP para montar um hospital de campanha no Rio, ao custo de R\$ 45 milhões.

Mas o médico e escritor Drauzio Varella, que também participará da gestão do fundo do Itaú, pondera que apenas destinar recursos não é suficiente:

— Não é questão de dinheiro só, tem que saber para onde destinar os recursos. Estamos vendo o preço alto de viver na desigualdade. Não podemos ter tanta gente pobre em um país que, em dois ou três dias de isolamento, as pessoas começam a passar fome.

Mais de 1 milhão de trabalhadores fecharam acordos

Governo prevê que 63% dos empregados com carteira assinada devem aderir a negociações para redução de salário e jornada, com contrapartida do governo. Ministro do STF Ricardo Lewandowski esclarece que liminar não suspende o previsto na MP 936

O Globo · 14 abril 2020 · CAROLINA BRÍGIDO, GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Governo divulga que mais de 1 milhão de trabalhadores fecharam acordo previsto em MP.

Meta é atingir 24,5 milhões de pessoas.

Mais de um milhão de trabalhadores já fecharam acordos de redução de salário e jornada ou tiveram o contrato suspenso por meio de negociações individuais ou coletivas, como permite a medida provisória (MP) 936. O dado foi divulgado ontem pelo secretário de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

O governo pretende atualizar o número diariamente e prevê que até 24,5 milhões de trabalhadores estarão nessa situação, 63% dos empregados com carteira assinada no país. Eles receberão um benefício emergencial do governo para complementar a renda, equivalente a um aporte de seguro desemprego a quem não tem direito caso fossem demitidos.

A equipe econômica espera que o número de acordos cresça com o entendimento de que negociações individuais de redução de salário e jornada ou de suspensão de contrato sem a mediação de sindicatos estão valendo, mesmo com a liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que exigiu o aval dessas entidades.

O advogado-geral da União, André Mendonça, fez questão de dar esclarecimento ontem, depois de nova decisão de Lewandowski. O ministro negou recurso da Advocacia Geral da União (AGU) à decisão tomada por ele na semana passada que reiterou a necessidade de sindicatos correspondentes às categorias avaliarem acordos, mas esclareceu pontos da liminar. Na prática, a decisão original de Lewandowski, da semana passada, estabelece que os acordos firmados entre empregado e patrão sem mediação sindical entram em vigor imediatamente. Depois de notificados, os sindicatos podem abrir negociação coletiva se virem prejuízo aos trabalhadores. Segundo o ministro, a “comunicação ao sindicato permitirá que este, querendo, questione eventual abuso ou excesso praticado pelo empregador, como, por exemplo, no caso de determinada atividade econômica não ter sido afetada pela pandemia”.

“Os eventuais acordos individuais já celebrados— e ainda por firmar — produzem efeitos imediatos, a partir de sua assinatura pelas partes, inclusive e especialmente para os fins de pagamento do benefício emergencial no prazo estipulado, ressalvada a superveniência de negociação coletiva que venha a modificá-los, no todo ou em parte”, diz o texto da decisão de ontem.

SEGURANÇA JURÍDICA

A AGU pediu a retirada do aval dos sindicatos, sob alegação de que isso poderia prejudicar pequenas empresas e impedir que empregos sejam salvos. Lewandowski ressaltou que a redução de salários está prevista na Constituição em momentos de crise com previsão da participação dos sindicatos. Na visão dele, seria uma forma de supervisão dos acordos. Se houver prejuízo aos empregados, as associações promoveriam negociação coletiva, cujo resultado final abriria espaço para a adesão dos que firmaram acordo individual.

Lewandowski esclareceu que a MP 936 continua em vigor e não teve qualquer dispositivo suspenso por sua liminar, que deve ser julgada pelo plenário do STF nesta semana. O ministro considerou superestimadas possíveis consequências da liminar sobre as negociações em curso. Ponderou que sua decisão obriga a União a dar “interpretação conforme à Constituição” na parte que flexibiliza regras trabalhistas, no sentido de dar voz a sindicatos em dez dias. O governo procurou dar um viés positivo à decisão. Caso isso seja mantido pelo plenário do STF, se dará por satisfeito. “Esta decisão traz segurança jurídica à matéria e garante o direito do trabalhador, o emprego e a sobrevivência de milhares de empresas”, disse Mendonça em rede social.

Senado adia votação do Orçamento de guerra para amanhã

O Globo · 14 abril 2020 · (Manoel Ventura e Amanda Almeida)

O Senado adiou para amanhã a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o “Orçamento de guerra”. O projeto facilita os gastos do governo no combate ao coronavírus, ao isolar despesas emergenciais do Orçamento da União. O relatório do senador Antonio Anastasia (PSD-MG) altera trechos do projeto aprovado na Câmara.

Ontem, o ministro do STF Ricardo Lewandowski negou pedido de liminar do senador Alessandro Vieira (CidadaniaSE) para impedir o Senado de votar uma PEC por meio de sessão virtual, pela internet.

Com as mudanças feitas por Anastasia, será preciso que os deputados votem mais uma vez a proposta. A proposta aprovada na Câmara autoriza o Banco Central (BC) a agir de forma mais ampla no combate à crise, com a compra de títulos públicos e privados no mercado secundário, para emprestar diretamente às empresas. O objetivo é fazer com que as medidas de crédito cheguem na ponta. O senador impôs, porém, uma série de limites a essa atuação do BC.

O novo texto determina que os títulos tenham sido analisados por uma das três maiores empresas de avaliação de crédito, entre outras exigências.

O relator quer a publicação diária de operações do BC e prestação de contas ao Congresso a cada 30 dias.

Anastasia tirou a criação do gabinete de crise aprovada pelos deputados. Para o senador, o presidente da República já tem a competência constitucional de coordenar as ações do Executivo.